

GEOUSP

ESPAÇO E TEMPO

10

1999 - Departamento de Geografia

ISSN 1414-7416

GEOUSP

ESPAÇO E TEMPO

Revista da pós-graduação em Geografia

Nº5

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Jacques Marcovitch

Vice-Reitor: Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Prof. Dr. Francis Henrik Aubert

Vice-Diretor: Prof. Dr. Renato da Silva Queiroz

Departamento de Geografia

Chefe de Departamento: Prof. Dr. José Bueno Conti

Suplente de Chefe: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Departamento de Geografia – Coordenação da Pós-Graduação

(Geografia Humana)

Coordenador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

**GEOUSP – Revista da Pós-Graduação
do Departamento de Geografia da FFLCH da USP**

Coordenadora: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

Comissão Redatorial

Amélia Luisa Damiani Ireleno Porto Benevides
Claudio Roberto Duarte Rita de Cássia Ariza da Cruz
Eduardo Yázigi Sandra Ana Bolfe

Comissão Científica

Adyr Balastreri Rodrigues (USP) Eliseu Spósito (UNESP – P.P.)
Ariovaldo U. de Oliveira (USP) Silvana Maria Pintaudi (UNESP – R.C.)
Amália Inês G. de Lemos (USP) Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)
Iraci Palheta (USP) Pablo Ciccollela (Univ. Buenos Aires)
Maria Elena Ramos Simielli (USP) Lia Osório Machado (UFRJ)
Nídia Nacib Pontuschka (F.E. – USP)

Capa e Projeto Gráfico

Eduardo Yázigi

Revisão

Ireleno Porto Benevides

Diagramação/Editoração

Ilustração da Capa

Sérgio Sdrous

Revista publicada pelo Departamento de Geografia
Da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo



© Copyright 1999 dos autores. Os direitos de publicação desta edição são da
Universidade de São Paulo junho/1999

SUMÁRIO

Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos 07

Artigos

- Armando Corrêa da Silva 11 A metrópole e as razões da razão técnica
Amélia Luisa Damiani 19 Urbanização e globalização:
a fragmentação do espaço e da personalidade
- Amália Inês Geraiges de Lemos 27 Geografia da modernidade e Geografia
da pós-modernidade
- Lana de Souza Cavalcanti 41 A cidadania, o direito à cidade e a Geografia escolar:
elementos de geografia para o estudo do espaço urbano
- Paulo Cesar Scarim 57 Crítica à apologia dos objetos
- Márcio Mendes Rocha 61 Formas e estratégias para o desenvolvimento
da pesquisa regional em Geografia
- Ricardo José Batista Nogueira 67 Amazônia e questão regional: um regionalismo sufocado

Intercâmbio

- Paul Claval 79 Geografia e Política
- José Estebanez 85 Representaciones de la globalizacion y el papel del espacio

Notas de Pesquisa de Campo

- Denise Elias 97 Trabalho de Campo: notas teórico-metodológicas

Resenhas

- Maria Adélia Aparecida de Souza 111 Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de
São Paulo
- Rita de Cássia Ariza da Cruz 113 Turismo – uma esperança condicional

Notícia de Encontro

- Fernanda Sánchez 117 Turismo com base local: em busca de um quadro
de referência

Teses Defendidas

- Maria Inês Zampolim Coelho 123 A estruturação do município de Osasco no contexto da
região metropolitana de São Paulo
- Anderson Pereira Portuguez 123 Turismo e desenvolvimento sócio-espacial – reflexões sobre a
experiência do agroturismo no estado do Espírito Santo
- Edu Silvestre de Albuquerque 124 O conceito de região aplicado a estados federais:
o caso do Rio Grande do Sul

Paulo Verri de Santana	124	Ecoturismo: uma indústria sem chaminé
Luis Otávio do Canto Lopes	124	Várzea e varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas
Paulo dos Santos Pires	125	Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista
Júlio César de Silva Ramires	125	A verticalização do espaço urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação
Werther Holzer	126	Um estudo fenomenológico da paisagem do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI
Sérgio Gertel	126	Organização mediática do espaço: o meio comunicacional
Claudete de Castro Silva	126	Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil. Análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de noventa
Shoko Kimura	127	Geografia da escola e lugar. Violência, tensão e conflito
Delacir Aparecida Ramos Poloni	127	A política educacional no Brasil e o ensino de Geografia: caminhos e descaminhos
Roberto Braga	128	Planejamento regional no estado de São Paulo – a experiência do Vale do Ribeira nas décadas de 1970 e 1980

SUMMARY

Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos 07

Articles

- Armando Corrêa da Silva 11 Metropolis and reasons of technical reasons
Amélia Luisa Damiani 19 Urbanization and globalization:
space's and personality's fragmentation
Amália Inês Geraiges de Lemos 27 Geography of modernity and geography of
post modernity
Lana de Souza Cavalcanti 41 Citizenship, rights to the city and school Geography
Paulo Cesar Scarim 57 Criticism to objects' eulogy
Márcio Mendes Rocha 61 Forms and strategies to the development of
regional research in Geography
Ricardo José Batista Nogueira 67 Amazon and regional matter: a suffocated regionalism

Interchange

- Paul Claval 79 Geography and politic
José Estebanez 85 Globalization's representations and space's role

Notes on fieldwork

- Denise Elias 97 Fieldwork: theoretic-methodological notes

Reports

- Maria Adélia Aparecida de Souza 111 Metrópole e Globalização Conhecendo a cidade de
São Paulo
Rita de Cássia Ariza da Cruz 113 Turismo uma esperança condicional

Notices about congresses

- Fernanda Sánchez 117 Tourism with a local basis: searching for a reference set

Theses defended

- Maria Inês Zampolim Coelho 123 The structure of Osasco's city in the context of
São Paulo metropolitan region
Paulo Verri de Santana 123 Tourism and social-space development -
reflections about agrotourism experience in the state
of Espírito Santo
Luís Otávio do Canto Lopes 124 The concept of region applied to federal states:the
case of Rio Grande do Sul

Paulo Verri de Santana	124	Ecotourism: a non-chimney industry
Luis Otávio do Canto Lopes	124	Holm and holm's: a place's life in the low course of Amazon River
Paulo dos Santos Pires	125	Ecotourism in Brazil: a historical and conceptual approach in an environmental perspective
Júlio César de Silva Ramires	125	The verticalization of Uberlândia's urban space: an analysis of habitation production and consumption
Werther Holzer	126	A phenomenological study on a place's landscape: the narrative of travelers in Brazil of sixteenth century
Sérgio Gertel	126	Mediatic organization of space: the communicational environment
Claudete de Castro Silva	126	Economic development, federative pattern and municipality in Brazil. An analysis on strategies of local economic development in municipal administration of Ribeirão Preto in the nineties decade.
Shoko Kimura	127	School Geography and place. Violence, tensions and conflict.
Delacir Aparecida Ramos Poloni	127	The educational policy in Brazil and Geography teaching: ways and non-ways
Roberto Braga	128	Regional planning in São Paulo State – the experience of Ribeira Valley in the decades of 1970 and 1980.

EDITORIAL

A GEOUSP MUDOU

Ao completar 2 anos, a revista que nasceu com o objetivo precípua de dar visibilidade às pesquisas realizadas pelos alunos da pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da FFLCH-USP, agora (sem abandonar esse objetivo inicial) abre suas páginas para todos os envolvidos na produção do conhecimento geográfico, privilegiando, no entanto, o universo do programa de Pós-graduação, deste Departamento. O compromisso da GEOUSP continua o mesmo, a veiculação do conhecimento crítico produzido enquanto exercício de liberdade – que contemple a pluralidade do pensamento e dos caminhos abertos à pesquisa e capazes de estimular o debate. Seu objetivo é aquele de abrir espaço para a divulgação da reflexão produzida a partir dos trabalhos de pesquisa, comprometidos com o desvendamento do mundo a partir ou através da Geografia.

Os artigos apresentados na primeira parte apresentam, mesclam assim, artigos escritos por alunos e professores do Departamento de Geografia da USP. Armando Corrêa da Silva, Amália Inês Lemos e Amélia Luisa Damiani que tem em comum trazer para o debate uma perspectiva teórico metodológica. Nosso intuito é também trazer as reflexões de ex – alunos deste programa e, a nosso convite a professora Lana Cavalcante, da Universidade Federal de Goiás, doutora pelo DG-USP, nos traz algumas idéias para enriquecer o debate sobre o ensino.

No seio destas transformações estamos inaugurando uma nova seção " Intercâmbio " para a publicação de artigos produzidos por professores estrangeiros com os quais os professores deste Departamento mantem relações de pesquisa e intercâmbio acadêmico. O professor Paul Claval

da Universidade de Paris IV- nos brindou com um artigo – Geografia e política especialmente redigido para este número. A GEOUSP presta, aqui, uma pequena homenagem ao querido colega e amigo José Estebanez – Universidade de Madrid -trazendo algumas de suas idéias a propósito de como pensar o espaço no contexto da globalização. A outra novidade não se encontra nestas páginas, mas na tela do computador; em breve a GEOUSP também contará com uma versão eletrônica.

Na GEOUSP número 4 iniciamos um questionamento a propósito da avaliação realizada, por Comissão da CAPES, sobre o programa de Pós – graduação deste Departamento, com um artigo escrito a partir de um debate realizado entre o corpo docente deste Programa enquanto o editorial, chamava atenção para os compromissos que estão por traz deste trabalho de avaliação. Assim, tendo como mote o Relatório de Avaliação da CAPES iniciou-se no Departamento de Geografia da FFLCH- USP um debate sobre o processo de avaliação, só que inserido num contexto mais amplo e profundo : **QUE PROPOSTA DE UNIVERSIDADE SUSTENTA ESTE TIPO DE AVALIAÇÃO – realizada pela CAPES E QUE CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE EMBASA NOSSO PROGRAMA DE PÓS –GRADUAÇÃO.** É possível a realização da pesquisa, na universidade, presa a parâmetros definidos fora do âmbito acadêmico – enquanto modelo fechado?

Em abril foi realizada uma mesa redonda com o intuito de estabelecer as bases deste debate. A conclusão é que uma tarefa se impõe; aquela de criar parâmetros de avaliação dos programas de pós-graduação capazes de contemplar a pluralidade dos posições teórico-

metodológicas que estão na base da constituição do pensamento geográfico brasileiro sem aprisionar a pesquisa num modelo hegemônico. A avaliação se impõe, nesse contexto, a partir de uma crítica séria e profunda de nosso trabalho, de modo a fortalecer a pesquisa geográfica, enquanto trabalho acadêmico, que se propõe desvendar o mundo e pensar o futuro. O problema real não se resume a mudança de padrões de avaliação mas no debate aprofundado sobre os objetivos que a movem.

Na última semana de agosto a Pós-graduação estará realizando, no Departamento de Geografia da USP um seminário para discutir o projeto de universidade que embasaria a avaliação do trabalho acadêmico realizado na Universidade, capaz de balizar uma política ampla e séria que contemple as várias tendências e posturas surgidas ao longo da história. Nesse sentido a GEOUSP abre espaço para veiculação deste debate de grande importância para a comunidade acadêmica.

Ana Fani Alessandri Carlos



A METRÓPOLE E AS RAZÕES DA RAZÃO TÉCNICA

Armando Corrêa da Silva

RESUMO:

O autor refere-se ao fato de a tecnologia ganhar independência em relação à ciência e à filosofia, afirmando o predomínio da função sobre o movimento. Então, a explicação global torna-se dependente na subtotalidade e o todo não desaparece, mas muda de lugar, ou seja, passa dos objetos às relações. O assunto é referido ao social e à metrópole.

PALAVRAS-CHAVE:

Técnica, metrópole, função, indivíduo, mentalidade.

ABSTRACT:

Author says in this paper that function preponders over movement. Science and Philosophie do not refer more totality but only to a part of the whole. Relations became more important than things. The matter here is discussed about the social and metropolis.

KEYWORDS:

Technique, metropolis, function, person, mentality.

O período técnico científico¹ é mais do que apenas uma fase de desenvolvimento das formas espaciais com as quais o capital opera. Ele representa um desenvolvimento da racionalidade a um patamar que era impossível prever no século XIX, quando a Lógica confundia-se com a Ontologia, e estava apenas implícita na mente dos grandes pensadores. Por isso, a ciência, para abrir caminho, tinha que combater o que, então, denominava-se metafísica. O movimento predominava sobre a função. No final desse período, agora, no final do século XX, a revolução dos espaços e das formas apresenta um produto final que está sendo chamado de tecnopolo. Sua força dinâmica ultrapassa as determinações históricas e põe-se com um modelo de organização do espaço que, dotado de sinergia², ganha condições de automação, que estabelece as premissas clássicas dos movimentos pretéritos de con-

centração do valor, de um modo novo, que lida com a concentração-dispersão de modo automático, gerando flexibilidade. A tecnologia ganha independência em relação à ciência e à filosofia. Surge, como dezenas de milhares, nos países, onde existe e se desenvolve, um novo tipo de pessoa: o tecnólogo, diverso do técnico e do tecnocrata. Um embrião de um novo estrato social, diferenciado, e que detém o poder, sem necessidade de usá-lo contra os outros. Não é o indivíduo do liberalismo, não é o homem novo do marxismo, não é a figura humanizada do existencialismo, não é o homem da terceira via, dos comunistas italianos, não é possível identificá-lo, embora esteja ele sendo gerado pela associação entre indústria de ponta, administração informatizada, universidade de vanguarda. Ao nível econômico ele é também um produto do capital de serviços e de sua expressão atual, o

capital técnico³ Parece, para alguns, o início de uma nova força da comunidade-sociedade, que vive em espaços especialmente construídos para ele. Mas, esse homem invisível está presente nas cidades que vivem o chamado choque tecnológico, indiferenciado nos aeroportos, hotéis, trens, metrô, aviões, etc. Em viagem que realizei à Europa, em 1985, não vi, mas, no verão, ele fazia parte, nas dez cidades que visitei, do cenário urbano, cuja expressão mais apreensível foi o que denominei de internacionalismo democrático metropolitano⁴

Então, o que me proponho a fazer, aqui, se afigura impossível, ou seja, falar de sua mentalidade.

A possibilidade decorre, por isso, de uma inversão que se opera na mente, quando a função passa a predominar sobre o movimento. Isto é, a explicação global torna-se dependente da subtotalidade, quando o todo é, então a parte, e a parte é o todo. Não que o todo desapareça: ele muda de lugar, ou seja, passa dos objetos às relações. Em outras palavras, o valor não está mais na esfera da produção, mas passa à esfera da circulação. Mas como não está nos produtos, parece a-espacial, uma vez que está contido na relação de tal modo que só o pensamento relacional o percebe inserido no real.

Esta introdução pretende definir apenas o universo da introspecção. O que se segue fica apenas ao nível do imaginário contido na pré-ideação. Examinio algumas razões da razão técnica, para tentar compreender a metrópole e seus processos.

As razões técnicas

A complexidade da produção-consumo atual torna difícil realizar um arrolamento de todas as funções técnicas. Tratarei, aqui, apenas de algumas delas.

São a sinérgica (o modelo), a sincrônica (no espaço) e a diacrônica (no tempo); a seletiva (pessoas e objetos); a classificatória (pessoas e objetos); a codificadora (linguagem); a ope-

ratória (funcionamento); a alocatória (distribuição no tempo e no espaço); e, principalmente, da normativa (ética) e da reguladora (equilíbrio e fluxos).

Começarei pela razão normativa.

Nesse caso, a técnica é neutra, sendo mecânica ou eletrônica. Ético, aqui, é o comportamento esperado que se realiza com expectativa adequada (o ato moral está implícito). Tudo deve se passar numa superfície considerada isotrópicas⁵ A relação objetiva, mas não material, ultrapassa as rugosidades⁶ Há uma troca de entropias⁷ A normatividade supõe um sistema altamente elaborado, do ponto de vista analítico, onde definidas as mediações necessárias à não ocorrência do atrito. Entre pessoas, o processo é complexo, onde a operação demande a decodificação da mensagem, o que sempre ocorre de modo difícil, mesmo nos sistemas sofisticados. A introdução da empatia torna possível a relação. Os processos dados de cooperação e conflito produzem diferentes padrões de normatividade. Temporalmente, trata-se de compatibilizar a norma da 1ª geração com a 2ª geração, para tomar apenas um exemplo simples. A utilidade da norma, no caso, dependerá do estágio da unidade produção-consumo. A situação configura dois circuitos que se interrelacionam desigualmente. É que o valor é, aqui, produzido segundo padrões diferentes. Sua circulação vai depender de fatores subjetivos diversos. O atrito pode ser ultrapassado por uma agência mediadora, como o Estado. Seria preciso considerar os diversos casos: "laissez faire" monopólio, oligopólio, capitalismo de Estado, social-democracia (políticas públicas) etc. No pluralismo, ambas as gerações atendem demandas diferentes e complementares. No espaço e no tempo, a normatividade possui sua própria razão imanente. Ela se expressa pela função de continuidade, sem que se possa localizar, no sistema, a origem da decisão. O poder se dilui em uma miríade de ações multi-fragmentadas, imersas nas estruturas sistêmicas autoritárias ou democráticas (por inversão dos com-

ponentes sociais conflitivos). O resultado é uma mudança de mentalidade, que é um tomar consciência do funcionar eletrônico, do funcionar físico, do funcionar químico, do funcionar biológico etc. Por isso, refletir sobre a técnica é identificar, num primeiro passo, a regulação.

A regulação⁹ como razão reguladora, implica numa dispersão do atrito. É uma distribuição combinatória de objetos e relações num universo confirmado segundo as regras da mundialização. Os espaços 1, 2, 3, 4 ... n são relacionados aos tempos 1, 2, 3, 4... n. Basicamente, trata-se de direcionar os fluxos, mantendo-se a condição de dinamismo do sistema. Isso cria a condição de equilíbrio instável. É por isso que o sistema admite o ecológico, mas de modo asséptico e inodoro. O homem regulado defronta-se com o enquadramento do comportamento nos países centrais e com a selvageria da periferia (o taylorismo e a fordismo). A razão reguladora torna-se necessária, pois é condição da nova liberdade possível. A liberdade cibernética, que aponta para a automação, precisa da padronização e, por isso, é amiga das propostas de unidade. Mas, tem que preservar as diferenças. A razão reguladora, que se nutre ainda das determinações (mesmo que sob a forma dos circuitos integrados) defronta-se com as indeterminações, que a própria criatividade demandada gera. O sistema pode, então, tender à estagnação. A solução que se põe, diante da perda de controle, é a sinergia, como modo de propor a liberdade aceita como horizonte. Um novo neo-hegelianismo propõe, então, a democracia (em abstrato), como fim. O período técnico científico defronta-se com sua realização espacial mais acabada.

O tecnopolo é o modelo realizado como praxis, que dá conta da reprodução composta ampliada do capital¹⁰. Numa primeira geração de valor na produção do espaço tecnológico. É a reprodução ampliada simples, atualmente independente da relação centro-periferia, enquanto relações norte-sul ou leste-oeste. A relação centro-periferia se decompõe em múltiplas relações de

dependência-autonomia. Na segunda geração de valor (a histórica mas temporal) o espaço tecnológico autogera o valor (os circuitos de cooperação)¹¹. A partir daí, o valor é tornado a-espacial (desvinculado dos "inputs" e "outputs"), ou seja, só se manifesta na relação influx. Daí ter o tecnopolo que estar estreitamente vinculado às agências de mobilidade da informação e da comunicação. A sinergia recebe e emite fluxos de sinais e significados, que são decodificados instantaneamente e novamente auto-remetidos aos pólos, de onde fluem para realimentar o processo. Uma parte desse processo é temporal. Diacronicamente, a sucata é o novo no atraso. O sistema, embora fragmentado em circuitos, tende ao reaproveitamento do a de uso, tirando 'o mais do menos' através do descartável. Sincronicamente, há uma acumulação espacial (presente) de desigualdades, que coexistem nos fluxos e nos lugares. Mas, física e socialmente, a redistribuição é desigual. Por isso, seletiva.

A razão seletiva precede a classificação, o código, a operação e a alocação. Dado um conjunto de recursos, o sistema, através de novos produtos ou mudanças de processos¹², seleciona o mais rentável, no decorrer do ciclo, atrasando o passado ou adiantando o futuro. Embora todos, teoricamente desempenhem papéis configurados no código, apenas alguns são objeto de seleção, conforme as demais razões técnicas. Assim também com os objetos, é um pré-investimento que já está previsto na programação. O plano limita a anarquia do todo ao mínimo. Na verdade, o atrito é alocado fora do tecnopolo, através da classificação.

A razão classificatória tem a função, no limite analítico, de "por ordem no caos" Ela lida, por isso, preferencialmente, com o espaço. Esse espaço é o espaço holístico. Essa ordem seria impossível de realizar-se sem o computador e as comunicações instantâneas via satélite. Nesse caso, a tipologia torna-se, mais que no passado, um modo de estabelecer prioridades, cujo atendimento escapa ao controle do tecnopolo. A prioridade pode recair sobre objetos espaciais ou

sobre pessoas. Por isso, o mercado é autoregulado, e a disciplina pessoal e grupal, de algum modo imposta, cria uma mentalidade aceitadora do plano em nível individual. Cada um impõe a si mesmo uma disciplina que, mais longinquamente, tem origem nos processos fabris industriais. Mas, em suas formas mais avançadas. De certo modo, se é livre para restringir a própria liberdade. A "consciência da necessidade" já não libera, a não ser para conduzir à prisão da "liberdade consciente". Os objetos, as pessoas, as idéias são estruturalmente dispostos para que o sistema possa atingir seu desempenho ótimo, ou seja, que todos estejam em seu lugar sem estar em nenhum lugar. Tudo gira no espaço das relações que circulam o valor de valor. Mas, não se trata de uma situação sem saída. O código aparece para introduzir o grau de consciência necessário.

A razão codificadora é uma das mais perfeitas realizações da razão técnica, por suas funções de orientação e de controle. Diferente da prática, o *modus faciendi* do passado (que é contemporâneo do código), o código significa a tentativa de domesticação do que veio a se chamar a política do corpo. Esta, como uma das muitas alternativas do diverso e do divergente, como todas as inovações a-sistêmicas, foi logo objeto da manipulação como qualquer mercadoria. Criase uma situação conflitiva nova entre a ator e sua situação inserida no mercado da atividade profissional. Mas, o sistema não só não nega a inovação, mesmo que contestatória, como também está preparado para codificá-la e introduzi-la na ordenação neo-positiva, quando o atrito, se aparece, pode até ser eliminado através de modos tradicionais, no limite. O que há de tão imperioso no código, de modo a que ele aja através do comportamento frio e impessoal anônimo? A solução não reside na teleologia, enquanto movimento da razão cognitiva teleológica, que implica em considerar o movimento histórico. No caso, o código prescreve a necessidade da necessidade, mesmo quando o objetivo é a liberdade e a busca do futuro. De certo modo, somos

cada dia mais eficazes e menos felizes. É preciso, então, criar o bem estar destituído da esperança de mudar num sentido socialmente humano e justo. O sistema transforma o bem e o mal em obstáculos que devem ser transpostos pelo desempenho funcional tecnicamente perfeito. Surge uma ideologização da técnica! Mas, a alienação daí derivada, entra em contradição com a necessidade que o código tem de representar o devir, pois o sistema não pode deter-se ao nível do tédio e da estagnação. É um esgotamento do tempo necessário, pois é milimetrado para além do utilizável. Ele gera uma cultura do desperdício, em contraposição com a miséria da maioria. Assim, o código, como regulador, precisa ser posto em operação. É por onde se introduz o grau de consciência parametrizado.

A operação, como um dos momentos mais importantes da razão técnica, coloca em ação o movimento! Mas, pré-determinado pela função. Inverte-se a lógica do sistema no limite do possível. Não é o movimento do real que comanda sua funcionalidade, mas o contrário. O sistema atinge o indivíduo, os grupos, a sociedade no seu existir singular! Então, a razão operatória não abre espaço ao livre desenvolver humano: é preciso seguir o código. Daí, a necessidade do projeto, que delimita o alcance do código e, com isto, os limites da operação. Significa eliminar a dúvida: o computador diz sim ou não; não pode, no estágio atual, lidar com o talvez... A simulação, que aparenta ser a solução, na realidade deriva sempre do sistema binário e não pode ultrapassá-lo, pois a máquina rejeita a indeterminação. Esta, como sinônimo de liberdade não alienada¹³ significaria, pelo menos, a possibilidade do advento da reflexão. Então, ao contrário do passado, a ciência e a filosofia são alocadas a serviço da técnica, para com isso eliminar a indeterminação e, com tal, deter o advento da razão cognitiva e seus derivados éticos e morais, que apontam em direção diversa do sistema. Então, coloca-se o espaço como uma parte do real que possui múltiplas possibilidades de avanço em direção ao futuro

discernível como utopia realizável: a conquista espacial, a da sideração e a do uso do solo, no campo e na cidade. A organização do espaço e a questão do meio ambiente, se são problemas, abrem inusitadas maneiras de exorcizar os fantasmas das crises sem saída.

A alocação, como razão técnica, aponta na direção do aumento de possibilidades de expansão do sistema. O capital do capitalismo, histórica e economicamente considerado, torna-se um capital global. Também o trabalho. Ambos como sinônimo de criação e apropriação de riqueza. Qual a estratégia do capital global? A centralização-descentralizada¹⁴, que interessa ao tecnólogo, mesmo que à revelia dos operários e burgueses, dos quais dependem. O futuro para poucos, contrapõe-se ao passado de muitos. O presente representa, assim, um amálgama de sonâmbulos¹⁵. Mas, abrir espaço, mesmo nessas condições, propõe o imaginário individual e coletivo, através do qual efetiva-se parcialmente a desalienação, mas, como um privilégio. O tecnólogo, por sua condição simultânea de empreendedor e empregado, põe-se como uma necessidade do sistema. Seus limites são o técnico e o tecnocrata, que são agentes que têm interesses diversos. Por meio dele, o sistema cria uma base estável, que permanece através das mudanças no âmbito do Estado, mesmo porque ele é inimigo do burocrata. O tecnólogo é um personagem metropolitano. Mas, o que é a metrópole hoje?

As aventuras da história espacial urbana

O aglomerado urbano pode ser considerado como sendo sinônimo da necessidade de uma sociabilidade nova, contraposta à sociabilidade rural. O mercado, cujas origens são remotas, é um lugar onde as pessoas se encontram e onde circulam a informação e a comunicação. A metrópole representa esse fenômeno em seu mais alto grau, inclusive (e por isso mesmo), quando se desenvolve como conurbação. Se a cidade domina o campo, é porque ela é

um fenômeno de concentração econômica, social, política e cultural, superior àquele. Essa superioridade deriva da rapidez com que circula o valor. Por isso, no limite, a razão urbana começou a predominar sobre a razão rural desde que se deram as condições (século XII) de desenvolvimento da liberdade individual, que não existia nas cidades antigas e nem no campo. Atenas, representou, no passado, o início dessa aventura espacial, particularmente através das instituições que criou, mas que só foram retomadas no Renascimento. Daí em diante, a cidade definiu-se como um lugar parcialmente duradouro de vida.

A passagem da *polis* a *metropolis* deu-se, inicialmente, como um fenômeno de aglomeração. Aglomeração crescente, por seu próprio crescimento e por razões exógenas ao campo. A atual configuração urbana do mundo é uma criação do capitalismo. A indústria e o Estado, no decorrer do tempo, deram-lhe a forma recente. Nos países socialistas existentes não foi possível eliminar a contradição campo-cidade. Apenas atenuaram-se ou eliminaram-se algumas contradições sociais. A situação atual do mundo parece significar (principalmente a partir dos anos 50) uma mudança radical que está apenas começando. A aventura urbana não terminou.

O advento da inovação tecnológica e a metrópole

A metrópole foi definida pelos geógrafos, durante muito tempo como um fenômeno de aglomeração baseado na concentração de população, formando um habitat específico. A estabilidade do fenômeno urbano gerou inclusive a Escola de Chicago dos ecologistas sociólogos.

A partir do pós-guerra, continuaram a atuar os mesmos mecanismos anteriores de geração metropolitana, que ainda não desapareceram em muitos países.

As inovações tecnológicas recentes, no entanto, estão mudando certas características metropolitanas. Criadas sob o impulso das lutas

de classes no capitalismo, espontaneamente, começaram a modificar-se, com a intervenção do Estado na economia de mercado, nos países capitalistas, e, com o controle da povoamento e das migrações, nos países socialistas.

Por seu efeito sobre as informações e as comunicações, a chamada era espacial, de existência dos satélites artificiais, proporcionando a circulação instantânea do valor, deve ser considerada o ponto de partida de uma nova configuração metropolitana.

De uma parte, a metrópole com subúrbios transformou-se na metrópole com periferia¹⁶. De outro, surgiram inovações para-urbanas, como os distritos industriais destinados a gerar externalidades, baseados na teoria dos pólos de crescimento.

Agora, foram surgindo (desde os anos 60), novas formas urbanas metropolitanas, que conjugam a indústria de ponta, a universidade de vanguarda e a administração moderna, tornadas possíveis pela chamada 3ª revolução industrial. Na França, existem 42 dos denominados tecnopolos, que são verdadeiras cidades, destinadas a dinamizar o país e que estão sendo responsáveis por uma reversão de importância das regiões e pela reconversão de pólos antigos¹⁷.

A questão metropolitana, do ângulo apreendido aqui, implica em transformações que estão atingindo o perfil socio-econômico da população. O resultado do choque tecnológico atingiu o mundo inteiro: países capitalistas, países socialistas, Terceiro Mundo. Assim como, no Ocidente capitalista falou-se em "nova classe média" "nova classe operária" "nova burguesia" nos países socialistas mais antigos, começa a surgir uma realidade social nova, ainda pouco analisada segundo parâmetros mais avançados.

Os limites da razão técnica

A razão técnica tem limites. Mas, eles não significam seu desaparecimento, isto porque ela só pode realizar-se plenamente com a automação total. É para isto que aponta o futuro do período técnico e científico.

Cria-se um paradoxo: a burguesia (privada ou de Estado) e o proletariado (urbano e rural), assim como a classe média tradicional além dos grupos pretéritos, ligados a modos de produção anteriores - perdem seu dinamismo anterior. É que o desenvolvimento das forças produtivas deslocou-se da fábrica e das unidades rurais para os escritórios e laboratórios de vanguarda, onde são geradas as idéias modernas. Mas, essas pessoas e o tecnólogo é uma delas não decidem nada! Eles são elementos do sistema e como tais, variáveis aleatórias num universo de indefinições globais. O indeterminado é o homem disponível, porque livre. Mas, fora do sistema!

Contra ele movem-se as forças da História. Mas, é o personagem central da História atual! E, faz parte de uma outra minoria, justamente privilegiada, em termos relativos, embora sua remuneração possa estar abaixo da renda ou salários de outras categorias.

No Brasil, existem tecnopolos? Talvez, sim. No entanto, o país defronta-se com uma estrutura administrativa arcaica (pública e privada), uma universidade paralisada por conflitos herdados do passado, uma indústria que, no seu todo, ainda não ingressou na modernização elementos esses que estão em confronto entre si.

Aqui, as razões da razão técnica não parecem ainda influir nos rumos de nossa contemporaneidade. Para onde?

Notas

¹ SANTOS, Milton, "Espaço e Capital": o Meio Técnico-Científico. In: *Espaço e Método*, São Paulo, Livraria Nobel S.A., 1985. Cf. também A Geogra-

fia e a Nova Dimensão do Planeta, *Rev. Bras. Tecnologia*, Brasília, v. 15 (5) 1984. O autor vem trabalhando nesse tema já há alguns anos. No

- segundo texto refere-se ao que denomina de mundialização ou globalização da economia.
- ² FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda "Sinergia". In: *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Editora Nova Fronteira, 1ª edição, 15ª impressão, Rio de Janeiro, 1975. "Ato ou esforço coordenado de vários órgãos na realização de uma função", pg. 1305.
- ³ SILVA, Armando Corrêa da. O Capital Técnico e o Espaço. *Boletim Paulista de Geografia*, nº. 65, Associação dos Geógrafos Brasileiros - São Paulo, 1985. Cf. também Produção, Troca, Circulação e Consumo de Serviços no Capitalismo Monopolista de Estado, xerox, inédito, São Paulo (1985). O assunto capital de serviços e sua expressão mais acabada, o capital técnico, são examinados em seus fundamentos, como hipótese para a explicação das mudanças ocorridas no capitalismo, principalmente no setor que Clark denomina Terciário, incluindo o chamado Terciário Superior.
- ⁴ SILVA, Armando Corrêa da. O Internacionalismo Democrático Metropolitano em Paris (França), Madrid (Espanha), São Paulo (Brasil) e Buenos Aires (Argentina), xerox, Projeto, São Paulo, 1987. Derivado de observações realizadas em sete países e dez cidades européias, incluindo França, Espanha, Portugal, Suíça, Itália, Alemanha Federal, Inglaterra. As observações foram feitas durante o verão europeu, quando é intenso o fluxo de turistas e estrangeiros em geral nesses países.
- ⁵ HARVEY, David. "Systems". In: *Explanation in Geography*, St. Martin's Press, New York. O autor discorre amplamente sobre o assunto, particularmente no sub item Organization and information systems".
- ⁶ SANTOS, Milton. "O Papel das Rugosidades". In: *Por Uma Geografia Nova*, Segunda Parte, Capítulo XII, São Paulo, Editora Hucitec, 1986 pg. 135. Trata-se de um termo oriundo da geomorfologia: "As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço".
- ⁷ HARVEY, David, op. cit., Idem, Ibidem.
- ⁸ SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos, tradução de Myrna T. Rego Viana, Livra da Francisco Alves Editora S.A., Rio de Janeiro, 1979. Trabalho original, redigido primeiramente em francês, com grande grau explicativo das desigualdades urbanas do Terceiro Mundo. Implica numa discussão a respeito da totalidade urbana e do capital com influência sobre o espaço.
- ⁹ LIPIETZ, Alain. *O Capital e seu Espaço*, tradução de Manoel Fernando Gonçalves Seabra, São Paulo, Livraria Nobel S.A., 1987. O autor filia-se à corrente econômica que trabalha com a chamada "teoria da regulação", na França. Os termos fordismo e taylorismo, citados em relação à periferia, neste ensaio, mais adiante, encontram sua explicação neste livro. No entanto, utilizo o termo regulação em sentido um pouco adverso.
- ¹⁰ SILVA, Armando Corrêa da. A Metrópole Ampliada e o Bairro Metropolitano, Tese de Livre-Docência apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, inédito, São Paulo, 1982. A tese se apoia no que é denominada reprodução ampliada composta do capital, segundo sugestão de Lojkin, Jean (1979) "Existe uma Renda Fundiária Urbana?" In: *Marxismo e Urbanismo Capitalista*. Textos Críticos, organização e tradução de Reginaldo Forti, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo - segundo o qual teria existido um "monopólio simples" no começo do século. É uma interpretação de texto de Lenin, Imperialismo, Estado Supremo do Capitalismo. Cf. texto- pg. 89.
- ¹¹ MORAES, Antonio Carlos Robert de. Os Circuitos Espaciais da Produção e os Círculos de Cooperação no Espaço, xerox, São Paulo, 1985. Texto produzido a partir de curso de Pós-Graduação ministrado por Milton Santos. Interpretação criativa dos circuitos espaciais do valor do período técnico-científico.
- ¹² SINGER, Paul. Economia Política do Trabalho, Editora Hucitec, São Paulo, 1979. Cf. o capítulo sobre novos produtos e mudanças de processos, uma contribuição bastante interessante do autor.
- ¹³ SILVA, Armando Corrêa da. A Aparência, o Ser e a Forma. Geografia e Método. Anexo, xerox, inédito, São Paulo, 1988. O autor discute a questão da determinação-indeterminação relacionada ao par necessidade-liberdade.
- ¹⁴ SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Citação de parte de texto In: Silva, Armando Corrêa da (1983). "A renovação Geográfica no Brasil" (As Geografias Crítica e Radical em uma Perspectiva Teórica), *Boletim Paulista de Geografia*, nº60, Associação dos Geógrafos Brasileiros - São Paulo, São Paulo. A autora enumera possibilidades de processos espaciais, entre os quais o que é mencionado.
- ¹⁵ LACOSTE, Yves. *A Geografia - Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra*, tradução de Maria Cecília França, Papirus Editora, Campinas, 1988. O autor refere-se ao comportamento das pessoas nas metrópoles dos países desenvolvidos, influenciadas pela mídia.

¹⁶SILVA, Armando Corrêa da. op. cit, idem, ibidem, 1982.

¹⁷DROULERS, Martine. Pólos Tecnológicos e Mudança Espacial, Conferência no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1989. A con-

ferencista é membro do CNRS/Credal Centre de Documentation et Recherche sur L' Amerique Latine e é geógrafa. Foi esta conferência que inspirou a feitura deste ensaio, que me foi solicitado por Maria Adélia Aparecida de Souza. As afirmações contidas no texto são da minha única responsabilidade.



URBANIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO E DA PERSONALIDADE¹

Amélia Luisa Damiani

RESUMO:

A proposta deste artigo é perseguir um caminho de compreensão do tema proposto, norteado pela complexidade do trabalho de Milton Santos, especialmente no livro *A Natureza do Espaço*; assim, iniciando por considerar a potência metodológica deste trabalho como eixo principal. O movimento do desvendamento da temática geográfica, a pertinência do encadeamento dos temas, pretende não subestimar os pressupostos filosóficos que definem uma concepção de totalidade, que orienta o significado do temário geográfico. Não conceber esse movimento pode criar um processo de vulgarização de sua análise, com consequências quanto ao sentido das possibilidades e da ação renovadora, que lhe são conclusivas.

PALAVRAS-CHAVE:

fragmentação, totalidade, lugar, ação, cidadão.

RÉSUMÉ:

Le but de cet article consiste en suivre un parcours de compréhension des idées régi par la complexité de l'œuvre de Milton Santos, particulièrement dans le livre *La Nature de L'Espace*. De cette façon, dès le début, l'axe principal est la prise en considération de la puissance méthodologique de ce travail. Le mouvement de décryptage des thèmes géographiques, de leur enchevêtrement, veut que les fondements philosophiques soient soulignés ainsi que la rencontre de la conception de totalité, qui donne leur signification. Ignorer ce mouvement peut consolider un processus de vulgarisation de son analyse, avec des conséquences concernant le sens des possibilités et de l'action rénovatrice qui leur sont décisives.

MOTS-CLÈS:

fragmentation, totalité, lieu, action, citoyen.

A questão central que move minha indagação, neste momento, é a da totalidade. Há muito me incomoda uma leitura possível de alguns escritos geográficos mais atuais - como os da *Ciência Espacial* e o estudo dos padrões e sistemas⁻², ou, inclusive, passagens do trabalho do prof. Milton Santos, que aproximava a noção de estrutura daquela de totalidade, preterindo a idéia de formação, de história, claramente ou não. Vislumbrava uma versão estrutural do marxismo, e, até, uma leitura vulgarizada do estruturalismo,

porque capturada por uma disciplina, a Geografia. Assim, na forma de incômodo li a noção de Milton Santos de formação sócio-espacial. Não a concebia mais abrangente que a noção de formação econômico-social, porque apontava a necessidade de pensar o significado do espaço, ao contrário, ela me aparecia redutora. As notas de rodapé remetiam, neste caso, a marxistas estruturalistas, que a história demonstrou como equivocados. Por outro lado, o sentido de tudo que vivemos parece sugerir uma força reprodutora

inesgotável, que pode real ou metaforicamente, remeter à idéia de globalização, reprodução que atualiza essa literatura estrutural e a torna oficial. Ela reina no mercado, no cotidiano, até no imaginário. Mas ela está comprometida com o eterno presente, não com o devir. Politicamente, é o *outro* do saber crítico.

A noção de totalidade não envolveria, então, a de estrutura? Certamente envolve, mas num processo complexo entre estruturação e desestruturação. Não é a idéia de composição, articulação ou equilíbrio permanente, aquela que a alimenta, mas a de negação, de movimento. "O pensamento dialético segue a formação do todo a partir das contradições, como momento e fase de seu desenvolvimento."³

A estrutura é sempre provisória, "ameaçada, minada em seu interior, pela negação" e a totalidade envolve o todo em movimento, "nunca fechado, nunca terminado" Além disso, prenhe de desigualdades. Trata-se do desenvolvimento desigual, como motriz. O desenvolvimento desigual não remete a uma fatalidade, um destino irreparável, como a concepção de subdesenvolvimento, em certo momento, parecia apontar; mas às diferenças reais, aos níveis diversos, contendo, também, inúmeras possibilidades, quase imprevistas.

O desenvolvimento desigual entre o econômico, o político e o social.

É sempre possível a crítica, mas quando ela não persegue a obra de um autor, ela pode ser parcial, chegando mesmo ao nível do preconceito. Porque ela não acompanha o projeto maior que alimenta cada trabalho, cada momento do percurso pretendido. E o sentido de nossa época, o sentido hegemônico, é aquele de informar, o amontoado das produções sugere isso, e não, exatamente, *conhecer*. As informações, produzindo retóricas, substituem o saber, o conhecimento.

Quanto ao trabalho do prof. Milton Santos, do qual não sou uma conhecedora, eis o infinito limite, um momento para mim precioso, de aproximação e não de distanciamento, é o

da compreensão do desmantelamento da rede urbana com a modernização tecnológica e a tentativa de compreender a dialética entre os fatores de concentração e de dispersão, que aparece no livro *O Espaço Dividido*. A estrutura aparecia móvel, provisória, também como desestruturação. Em relação à urbanização, configurando uma teoria crítica sobre a urbanização nos países pobres, alternativa aos modelos consolidados e demasiadamente inseridos nas estratégias políticas e econômicas de exploração dos países pobres, tive a oportunidade de tentar pensar, mais globalmente, à propósito do Simpósio sobre sua obra, realizado em 1996, em São Paulo.⁴ O que para mim é mais caro é a idéia de economia urbana segmentada, que move a interpretação da existência de um crescimento econômico que supera o crescimento populacional, rebaixando o rendimento médio e expandindo empregos mal remunerados, fruto das diversas temporalidades do capital. Dela eu me apropriei sedenta de ajuda para compreender o significado do urbano no processo de acumulação global do capital. O acento sendo nas diversas temporalidades do capital, no seu processo reprodutivo desigual, nega, portanto, a dicotomia do atrasado e do moderno. Configura a compreensão da modernização perversa e seu papel estratégico. O novo reinventa o "velho" e dele se vale, como face obscura do moderno, que não só se move por altas tecnologias, mas pela exploração e clandestinização do trabalho, definida por Alain Lipietz como flexibilização do trabalho. Pessoalmente, estudo a urbanização configurando um setor produtivo extremamente complexo e estratégico para a reprodução do capital, reproduzindo um proletariado, que sequer se reconhece como trabalhador, dados os termos crassos da exploração que sofre. Essa produção do espaço define-se, primordialmente, nas, e a partir das, grandes cidades. A elasticidade dos lucros, nesses negócios econômicos, define, nas cidades, a reprodução de um capitalismo rentista, em nosso país. Noção configurada por José de Souza Martins, tendo como universo de refle-

xão, especialmente, o campo e as atividades rurais.

Ainda a destacar, de forma introdutória, os termos definidos por Milton Santos da modernização incompleta e perversa, que atinge os países pobres, e os resíduos transformadores, que detém, no interior da pobreza e dos espaços pobres, numa demonstração da lei do desenvolvimento desigual, para além de uma leitura economicista. Admite-se o desencontro entre o econômico e o social, um não sendo, estritamente, o reflexo do outro. E, ainda, que o social, “marginalizado” do econômico mais moderno, não representa, exatamente, atraso, “ações arcaicas, irracionais e ineficientes” o que manteria um caráter etnocêntrico e ideológico, mas revela possibilidades, a força dos “lentos” os espaços da criatividade, o desconforto criador, a esfera comunicacional.⁵

Retomando o tema da totalidade, ela aparece, em *A Natureza do Espaço*, nos termos de Sartre, como totalidades em movimento. “A totalidade estruturada é, ao mesmo tempo, uma totalidade “perfeita” acabada, um resultado e uma totalidade in-fieri, em movimento, um processo.”⁶ Conviveriam a totalidade produzida e em produção, num incessante processo de totalização, definindo-se como incompleta. Utilizando-se de Whitehead, Milton Santos define “o presente iminente, inconcluso, não apenas projeto e não ainda realidade terminada...a essência da existência reside(indo) na transição entre o já dado e a nova solução, pois o presente contém um apetite para um futuro não realizado”⁷ Se a paisagem e o território aparecem como totalizações perfeitas, a totalização, que se está fazendo, define o espaço. O espaço compreende, então, a sociedade global realizando-se como fenômeno, a especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global, a condição do real concreto. A fragmentação do todo não se define estruturalmente, como divisão de um todo, que exige articulação, composição, nos termos como apresentamos de início a questão. Não se reduz a análise da divisão territorial do trabalho ao

modelo da divisão técnica do trabalho, à racionalidade sem fissuras, mas ela é lida à luz da divisão social do trabalho, comportando o aleatório. A redução da divisão territorial do trabalho à divisão técnica do trabalho não é somente um ato de incompreensão; revela uma leitura possível, embora restringida, porque, no nível da prática, e, portanto, também, do pensamento, a divisão técnica aparece como modelo, generaliza-se e transcende a fábrica. Esta é uma maneira de compreender o cotidiano colonizado, estudado por Henri Lefebvre.

A fragmentação, para Milton Santos, é lida dialeticamente, a partir de Sartre, primordialmente:

“A metamorfose do real-abstrato em real-concreto, da essência em existência, da potência em ato é, conseqüentemente, a metamorfose da unidade em multiplicidade” A fragmentação é a realização da totalidade, como processo, e não, estritamente, estrutura, simultaneidade. E equivale a um processo “pelo qual o todo se torna um outro todo...um processo de análise e de síntese ao mesmo tempo.”⁸ O que equivale a alterar, profundamente, a interpretação da fragmentação do todo, potencializando, metodologicamente, o movimento entre o todo e as partes, e, dialeticamente, transformando a parte, ao mesmo tempo, em totalidade. A totalidade em movimento é além de uma integral, um diferencial.⁹ A fragmentação do todo não somente é resultante da divisão internacional do trabalho, movida pela Globalização, pelo Mundo, o que equivaleria a dizer que o local, o lugar é, apenas, resultado do global, da globalização, imerso, de forma absoluta na racionalidade e na competitividade; mas o lugar realiza concretamente o global, que em si é abstrato.¹⁰ “A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real concreto. Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas.” E, ao mesmo tempo, “os *fragmentos* de totalidade assim tornados *objetivos* continuam a *integrar* a totalidade.”¹¹ Apenas algumas das possibilidades da totalidade se

tornam realidade. As “determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar.”¹² Empiricamente (e essa é a possibilidade aberta pelos progressos técnicos e pelas formas atuais de realização da vida econômica), o global existe através do local¹³; e assim o lugar, que não é estrita parte do global e seu reflexo, contrapõem-se a ele; é possibilidade de história, de movimento, de insurgência, de resistência. A explicação não se esgota na elucidação de um movimento vertical, que defina a especialização funcional dos subespaços e sua interdependência, mas envolve um movimento horizontal, em que “as forças oriundas do local, das horizontalidades, se antepõem às tendências meramente verticalizantes.”¹⁴ A racionalidade que se impõe, é limitada, porque exclui, econômica, social e politicamente, porque produz seu inverso, a irracionalidade, ou melhor, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas e divergentes, daí inclui, contraditoriamente, a vontade e a ação de contrariá-la. Imerso no mundo, o lugar se diferencia, é a *glocalidade* de George Benko, citado por Milton Santos.¹⁵ E a grande cidade é, neste sentido, o mais significativo dos lugares, “é o espaço onde os fracos podem subsistir” constituindo subsistemas de cooperação, diversos da cooperação de tipo hegemônico, e de solidariedade, criando formas de sobrevivência e vida extremamente plásticas, adaptáveis, criativas, nas zonas urbanas “opacas” abertas, não estritamente invadidas pela luminosidade restringida da racionalidade técnica, racionalidade técnica reprodutora de uma mecânica rotineira e sem surpresas, de uma cultura de massa uniforme e indiferenciada.¹⁶ Dialeticamente, as cidades incluem, além dessa cultura de massa, que aí tem seu ambiente propício e, ao mesmo tempo, desprezado, pois ela é indiferente à ecologia social, uma cultura popular, com raízes na terra, onde se vive, encarnando a vontade de enfrentar o futuro, sem romper com o lugar.¹⁷

E, assim, podemos esclarecer, a partir dessas últimas observações, o *alcance mundial*

do lugar, isto é, a resistência do lugar não significa, no limite último, a impossibilidade de transformar o global, que se apresentaria como avassalador, indestrutível, e a mudança possível apresentar-se-ia como apenas localizada, fruto de insurgências locais, redução da perspectiva da realização do internacional, previsto no século XIX, por Marx, restringido no século XX, pela força reprodutora da sociedade existente, imprevisita anteriormente. A interpretação exige maior complexidade. O global se realiza no lugar, como processo, história e devir. O global indeterminado, determina-se no lugar, num movimento dialético, previsto por Hegel, entre o universal e o particular. O mundo deserto, produzido pela mundialização, afirma, dialeticamente, o lugar como ligação, relação real, próxima. Contudo, estamos diante de uma aporia prática e teórica: a potência e o significado históricos da força do lugar.

A insurreição dos particularismos, no Contrato de Cidadania, do Grupo de Navarrenx, aparece como um fenômeno anti-estatista, propõe a deterioração do Estado, a negação do Estado colado na economia mundializada, o reconhecimento dos espaços de diferença e de alteridade e, ao mesmo tempo, apresenta-se como a emergência possível de despotismo, de dominante tradicionalista com elementos religiosos, nacional-populistas, etc. -. Não pode ser lida, portanto, sob as luzes de um progressismo universalista; pode reproduzir micro-absolutismos, recusando a legitimidade da diferença e do diverso, e sem potência para contrapor-se à ordem mundial, senão simbolicamente.¹⁸ Considerei, pessoalmente, a interpretação do lugar, também, como *particularização*, segregação, privação, o limite do homem privatizado do cotidiano.¹⁹

Esses movimentos podem, também, refletir uma resistência potente, ainda em curso, da qual não vislumbramos os resultados. (Pensamento sugerido por E. J. Hobsbawm, em artigo reproduzido pelo Jornal “Folha de S. Paulo” com data desconhecida).

Consideremos a interpretação de Milton Santos sobre os lugares como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo, reproduzindo a possibilidade de comunhão. Quanto às grandes cidades, principalmente, a idéia não é a do domínio e da generalização absolutos da heteronomia social, da alienação regional, fruto das demandas externas, que levam à ação, governadas por fatores, cuja sede é longínqua. As cidades são também, e contrariamente, um espaço de revelação, sugerindo um movimento da consciência que se dá conta da cidade pela lógica dos medos, das premonições, da sensibilidade, aguçada com o próprio processo de trabalho; tornada, a seguir, uma dúvida metódica popular, “que constitui a sementeira de que brotam visões totalizantes.”²⁰

O ato, a ação é o centro da explicação e não se resolve numa praxis repetitiva, mas, também, criativa, na constituição do cidadão e da personalidade forte, na “existência de indivíduos solidários tanto ao nível da ação, quanto ao nível da sensibilidade.” Os “outros também sendo nós”²¹ A compreensão não se desenvolve, neste sentido, analisando, de um lado, o consumidor, reduzido à usuário; e de outro lado, a personalidade forte, ativa, *distintos*, nos termos de um dilema formal: *ou* um *ou* o outro. Na verdade, o primeiro, o consumidor, contém a segunda, a personalidade forte, como negação. A explicação desse movimento dialético exige a mediação da noção de alienação, enquanto duplo processo, o de alienação-desalienação. São alguns dos termos através dos quais a ação aparece no livro *O espaço do cidadão*.

A idéia, que move a análise, não é *ou* cultura de massa, imersa nas áreas luminosas do consumo e do consumismo, própria às classes médias, *ou* cultura popular, própria aos pobres, abortados de sua condição de trabalho e de consumo; então, culturas apenas distintas e separadas. Mas, ambas são tratadas numa relação, relação esta contraditória. A cultura popular negando a cultura de massa, a ela resistindo. A cultura popular, nascida da privação, configurando uma alternativa e constituindo a negação à cultura de

massa, mais ainda, aparecendo como superação, negação da negação do pobre, privado de consumo. Então, ele não é somente privação no presente, ele é futuro criador. E as grandes cidades assim o revelam, como consciência das impossibilidades e direito de ver e compreender. Os “pobres descobrem o seu verdadeiro lugar, na cidade e no mundo, isto é, sua posição social.”²² Os pobres podem viver a contingência de chegar às classes médias, a de reivindicar soluções tópicas, como no caso de associações de moradores, que definem, para Milton Santos, uma “ação política espacista, mas não propriamente espacial.”²³

“O trabalho das associações de moradores apenas precipita o ciclo, na medida em que tende a facilitar a aquisição da mercadoria casa, e sua valorização posterior, incluindo-se no conceito de habitação os serviços públicos que lhes acrescentam valor. Para ser transcendente, a luta urbana deve focar a cidade como um todo e o indivíduo total.”²⁴ Compreendendo que a “individualidade somente se realiza no grupo” Sendo o grupo a condição para adquirir os instrumentos de realização eficaz da liberdade. O homem livre nasce com a desalienação e se afirma no grupo. O que não garante, ainda, a cidadania, que só tem eficácia enquanto categoria tornada jurídica, sempre revista e ampliada. Ainda a considerar “a diversidade (enorme) de situações espaciais de classe” e que uma cidadania concreta não prescinde do componente territorial, por exemplo, exigindo uma repartição não-mercantil dos bens e serviços de um lugar.²⁵

Sobre a personalidade, é possível, e mesmo necessário, discutir os processos de “socialização narcisista” definidos no livro *O Contrato de Cidadania*, já mencionado. “O narcisismo não é mais considerado como uma doença individual, mas como um tipo de personalidade que a sociedade do capitalismo tardio escolhe em seu seio, do qual ela necessita para poder se reproduzir. Ela é então geralmente vista como uma forma de ‘pseudo-patologia cada vez mais difusa e mediada socialmente’”²⁶ Define-se uma

autonomização infundada das regras, como intensificação do político vazio de conteúdo, que age sobre os indivíduos fazendo crescer sua insegurança, pois as regras estão mais rígidas e, paradoxalmente, não regem mais.

“Aqueles que as sofrem, na insegurança e na precariedade da existência, são *terrificados* pelas regras e por sua ineficácia, ao mesmo tempo que eles percebem como perigoso o *outro*, no olhar do qual eles vêem se refletir seu próprio medo.”²⁷ Então, existe, hoje, uma transformação radical da vida dos indivíduos, definindo uma modificação histórica da subjetividade, uma vacuidade geral do eu, a considerar; indivíduos sujeitos a uma disciplina renovada e, ao mesmo tempo, mutilados, divididos em inúmeros pertencimentos, constituindo seu caráter como

“estrutura coagulada de interação”: diluição da autonomia, definição de uma “pseudo-afetividade difusa, como expressão de uma inacreditável pobreza simbólica”²⁸ Eles se calam e vivem a “normalidade” a indiferença.

“Mas, talvez, o sofrimento, que acompanha a consciência desta desestruturação do eu, possa justamente constituir o ponto de partida de um engajamento responsável em favor de uma atitude crítica e negativa renovada.”²⁹ Uma “figura de sujeito que é composta pelas diferenças e pelas alteridades, que conheça o outro como sua própria determinação.”³⁰ Além da solidão, que se redescubra na solidariedade e no desejo de negação. No sentido trágico da crise. Na crítica do político.³¹

Nos pobres e na sua comunicação o prof. Milton Santos lê esta possibilidade.

Notas

¹ Texto apresentado no Simpósio Multidisciplinar Internacional “O Pensamento de Milton Santos e a Construção da Cidadania em Tempos de Globalização” promovido pela Unesp-Bauru/FOB/USP-Bauru, em Bauru, de 24 a 27 de julho de 1997.

² Johnston, R. J., Geografia e Geógrafos, São Paulo, Difel, 1986.

³ LEFEBVRE, Henri. *Marx*. Madri, Guadarrama, 1974, p. 58.

⁴ Trata-se do Encontro Internacional “O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo” realizado na Universidade de São Paulo, em outubro de 1996, e o trabalho mencionado refere-se à participação em mesa redonda sobre a “Teoria da Urbanização para os Países Pobres” da qual resultou um artigo pessoal denominado: “Teoria da urbanização para os países pobres: elementos da obra de Milton Santos”

⁵ Concepção que vem sendo construída, por Milton Santos, em sua obra, resgatada e aprofundada em seu livro *A Natureza do Espaço*.

⁶ Santos, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 96.

⁷ Op. Cit. p. 97

⁸ Idem nota anterior.

⁹ Op. Cit. p. 98.

¹⁰ “Segundo Hegel, ‘o espírito torna-se um objeto, pois o espírito é o movimento de se tornar outra coisa para si mesmo, isto é, um objeto para si mesmo e, depois sublimar esse estranhamento’... O que chamamos totalidade é a Idéia hegeliana. A fenomenologia é a transmutação do real-abstrato em real concreto. E vice-versa.” (Santos, Milton. *A Natureza do Espaço*, p. 98).

¹¹ Op. Cit., *A Natureza do Espaço*, p. 98.

¹² Op. Cit. p.100.

¹³ A mediação do movimento das redes, constituindo os níveis mundial, o dos territórios dos Estados, além do local, nesta explicação, está abstrata, embora, contida na recente obra de Milton Santos, *A Natureza do Espaço*, devido à proposta da mesa.

¹⁴ Op. Cit., *A Natureza do Espaço*, p. 228.

¹⁵ “A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares.” (Santos, Milton. *A Natureza do Espaço*, p. 258)

¹⁶ Op. Cit., *A Natureza do Espaço*, pp. 258/261.

¹⁷ Op. Cit. p. 262.

¹⁸ Groupe de Navarreux. *Du Contrat de Citoyenneté*, Syllepse/Périscopie, 1990.

¹⁹ Damiani, Amélia Luisa, O Lugar e a Produção do Cotidiano. In Encontro Internacional: Lugar, Formação Socio-espacial, Mundo, ANPEGE (Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Geografia), Universidade de São Paulo, 08 a 10 de setembro de 1994.

²⁰ Santos, Milton. *O Espaço do Cidadão*, São Paulo, Nobel, 1987

²¹ Op. Cit. p. 77.

²² Op. Cit. p. 65.

²³ Op. Cit. p. 75.

²⁴ Op. Cit. p. 76.

²⁵ Op. Cit. pp. 78/79/82/116/117.

²⁶ Op. Cit., *Du Contrat de Citoyenneté*, p. 266.

²⁷ Idem nota anterior.

²⁸ Op. Cit. p. 267.

²⁹ Idem nota anterior.

³⁰ Op. Cit. p. 277

³¹ Op. Cit. p. 279.



GEOGRAFIA DA MODERNIDADE E GEOGRAFIA DA PÓS-MODERNIDADE

Amalia Inés Geraiges de Lemos

RESUMO:

Este trabalho refere-se aos diferentes enfoques epistemológicos que a Geografia assume nestes dois momentos civilizatórios.

Parte-se desde os paradigmas impostos pela filosofia positivista e as formas de análise teóricas que se exigiam da Geografia (sr universal e geral em seus conteúdos), até os novos enfoques da relação sujeito-objeto, que admitem o único e o excepcional.

A aproximação do sujeito e do objeto permite pluralidades de enfoques e também de interpretações, ao que se dá por denominação de ciência pós-moderna.

Ao longo da exposição do trabalho procura-se ver os estudos geográficos inseridos numa visão hermenêutica e aceitando novas interpretações entre o local e a totalidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Geografia, modernidade, pós-modernidade, ciência, hermenêutica.

ABSTRACT:

This text discusses different epistemological approaches that Geography assumes in these two civilizational moments. It starts from the paradigms imposed by positivist philosophy and the theoretic analyse's forms Geography was required (to be universal and general its contents), to the new approaches about the relation subject-object that accept the unique and the exceptional.

The approximation between subject and object permits pluralities of approaches and even of interpretation which is nominated post modern science.

Along this exposition it's pursuit to see geographic studies under a hermeneutic vision, accepting new interpretations between local and totality.

KEY WORDS:

Geography, modernity, post modernity, science, hermeneutic.

Partindo dos Conceitos

A reflexão entre modernidade e pós-modernidade, que penetra diferentes campos teóricos no começo da década de 80, significa que se percebem mutações com referência a um aprofundamento das incertezas, a uma barbarização da história pela exacerbação da carência e da miséria humana, a que as velhas

verdades propostas pela ciência, já não mais respondem.

Neste final de século uma quantidade de termos são procurados pelos cientistas sociais para rotular o nosso tempo prenhe de mudanças, emergindo um novo tipo de sistema social: "sociedade de informação" "sociedade de consumo" "sociedade pós-industrial" entre outros, mas que sugerem o fim de um período.

A crise entre modernidade e pós-modernidade apresenta-se em relação às ideologias políticas, aos conceitos estéticos, aos raciocínios científicos, às concepções religiosas, críticas filosófica e cultural, enfim, em todo o espectro do conhecer.

“Nós, latino-americanos, com uma história violentamente empreendida no despontar do moderno através da conquista hispano-portuguesa, ficamos plenamente envolvidos nesta problemática, desde as nossas especificidades, desde a nossa memória e formas de ter participado dos códigos e paradigmas da modernidade: desde nossos antecedentes de sedução e de formar um juízo ao civilizatório que ela propôs.” (CASULLO, 1989, p. 12)

A própria essência de modernidade traz, no bojo, a idéia de ruptura com um mundo tradicional, com outra ordem, com outra cultura, que fôra sustentado na religião e seus dogmas. Um novo mundo, simbólico, produzirá essa ruptura com o triunfar da racionalidade.

Modernidade pode também, ser concebida como um valor determinante de assumir os princípios que fazem da história a realização da civilização. Urdanibia escreve: “A modernidade surgirá com a idéia de sujeito autônomo com a força da razão e com a idéia de progresso histórico para um brilhante final na terra.” Continua, o autor, afirmando que a tese central do pensamento desse período é que “...todos os homens são, por natureza, essencialmente idênticos entre si.” (1990, p. 51) A partir dessa tese há uma idéia de universalidade e identidade; dentro de uma concepção marxista a tese do sujeito individual muda para a tese da história. O sujeito, a partir desse momento, começa a ser pensado como nação, cultura, classe social, raça, ou seja, como sujeito coletivo.

Touraine opina que “... a idéia de modernidade, na sua forma mais ambiciosa, é a afirmação de que o homem é o que ele faz, e que portanto, deve existir uma correspondência cada vez mais estreita entre a produção, tornada mais eficaz pela ciência, pela tecnologia

ou pela administração e, a organização da sociedade, regulada pela lei e a vida pessoal, animada pelos interesses, mas também pela vontade de se liberar de todas as opressões.” (1995, p. 9)

A modernidade se identifica com o moderno e a modernização, num tempo em que a palavra mais ouvida e exigida é progresso, e isto não significa unicamente progresso nas idéias, mas também o das formas de produção e de trabalho, seja na industrialização e na urbanização, seja, por extensão, na administração pública e na organização da vida da população.

O progresso era identificado com a formação política do estado-nação, forma concreta da modernidade econômica e social. Mas, o conteúdo da nação, foi produto da revolução francesa como pensamento republicano e leigo, triunfo da razão sobre a tradição, o novo destruindo as velhas formas.

A modernidade é identificada com o capitalismo e para sua realimentação e seu dinamismo teve o conhecimento científico e tecnológico aplicados, tanto à produção dos homens, quanto aos valores e às mercadorias.

A nova religião seria o mercado, e seu funcionamento exigia racionalidade que dependia da liberdade pessoal. “Através da ciência e do conhecimento sempre renovado, do cálculo formal e matemático, coloca-se um novo pré-requisito aos indivíduos: a liberdade estatuída pelo direito positivo formal. Liberdade que se singulariza através de códigos prescritos em termos de regras formais aderidas ao estatuto do homem livre, sendo geradas, a partir dele, as duas condições que constituem o capitalismo como modernidade”: o capital não originário de acumulação primitiva porém resultante de violência e “relação política” e o trabalhador livre e assalariado. (HIRANO, 1991, p. 4)

O capitalismo como materialização da modernidade exigia um processo de transformação dos lugares em que penetrava, pois era o “progresso” que chegava. Como se identificava esse progresso? em primeiro termo havia que racionalizar o trabalho. Palavra de ordem da in-

dústria desde as concepções de Taylor e Ford até Lenine, discípulo muito aplicado e entusiasta dos dois anteriores. Em seguida, havia que intensificar um poder político, que mobilizasse as energias, para obter uma modernização acelerada. Finalmente, a necessidade de subordinar as tradições, os regionalismos e o senso de pertencer ao lugar para obter uma poderosa integração nacional.

Esta correspondência entre a razão e a vontade resultava numa subordinação do indivíduo à sociedade e, desta, a uma produção modernizada e ao poder do estado, o qual poderia exigir uma mobilização coletiva, com apelo à racionalização e ao desenvolvimento, que resultava no progresso.

Este paradigma se afirmava em três pilares de sustentação: O Estado Moderno, o Mercado e a Cidade.

Enfim, poderíamos continuar falando de modernidade por muito mais tempo, mas a verdade é que, desde o final do século XVIII a modernidade tem como projeto a emancipação da sociedade, a partir dos pensadores burgueses, que sustentam o ideário da Revolução Francesa, assim como as doutrinas sociais do liberalismo inglês e do idealismo alemão; paralelamente surgem os marxistas e posteriormente os neomarxistas, e os defensores da Teoria Crítica Alemã. Todos eles têm, como epicentro de suas idéias, a defesa da liberdade do indivíduo e o direito à igualdade perante a lei e perante as condições econômicas.

Quanto ao conceito de pós-modernidade, Jean François Lyotard escreve, em seu livro "La Condition Postmoderne" que a palavra se usa no continente americano a partir dos sociólogos e dos críticos, em virtude do estado da cultura e da realidade social, após as transformações que afetaram as "regras do jogo" tanto nas ciências, como na literatura e nas artes. Num outro momento, o mesmo autor nos ensina que o termo quer reafirmar o conteúdo de verdadeiro e do justo, que vem a faltar e que a modernidade não concretizou.

Jean Chesneaux se interroga "como caracterizar nossa sociedade dos anos 80? "Sistema técnico" diz Ellul, para quem toma como base a hegemonia da tecnologia; "Sociedade Pós-Industrial" afirma Touraine, a quem preocupa as transformações no sistema de produção. Primado do produtivismo e da tecnocracia, afirmam os ecologistas. Uma etapa nova do capitalismo, asseguram os marxistas.

É um conceito periodizador, que mostra traços novos na cultura, na emergência de um novo tipo de vida social e uma nova ordem econômica, denominada, eufemisticamente, de sociedade pós-industrial ou de consumo, sociedade dos meios de comunicação ou do espetáculo ou do capitalismo transnacional. Observa-se, também, na sociedade, uma cultura de massa hedonista e psicodélica que não é mais, aparentemente, revolucionária.

Concomitantemente, os meios de comunicação formaram uma multiplicação geral das visões do mundo: um Weltanschauungen mundializado. Tomaram a palavra as minorias de todas as classes, e todas as culturas e subculturas se fizeram públicas. A lógica do mercado e da informação perpassou todos os limites e, numa ampliação contínua de notícias, "tudo" é objeto de interesse e de mercantilização.

O ocidente vive uma pluralização de concepções irresistíveis. "Hoje é impossível assumir o mundo da História sob pontos de vista unitários" (VITTINO, 1990, p. 5) A realidade é o resultado de cruzarem-se, de inter-relacionarem-se, de "contaminarem-se" múltiplas imagens, de interpretações que distribuem os meios de comunicação em concorrência mútua sem uma linha ou coordenação central.

Na sociedade de comunicação generalizada e de vários conteúdos, a pluralidade de culturas hoje é muito mais concreta do que se poderia imaginar e, muito mais interconectada com as diferenças particulares dos seus lugares de origem. Vittino nos diz que "viver neste mundo múltiplo significa fazer experiência da liberdade entendida como oscilação contínua entre

pertinência e desfazimento.” Liberdade problemática pela banalidade assumida, estereotipada e vazia de significados e de compromissos.

Do ponto de vista teórico, a denominada pós-modernidade nega o universalismo, a generalização, que eram qualidades e procedimentos inerentes da modernidade. Valoriza o caráter único e excepcional, admite a necessidade de se chegar ao conhecimento por outras vias de legitimação que, nem sempre, podem proceder da racionalidade: tais como a inspiração, os sentimentos, a indeterminação, a polimorfologia, a polissemia, enfim, interpretações que negam a validade da razão totalizante e toda generalização produzida por leis gerais. Em oposição aos modernistas, há uma predominância do irracional tomando como princípios as formas, as cores, as imagens, as metáforas, os sentidos, permanentemente reatualizados e reconstruídos.

O maior indicador do movimento que se poderia chamar de pós-moderno, talvez seja a crítica às raízes iluministas, ao poder absoluto da razão e com ela à ciência postas, agora, sob suspeita. Há uma adesão irrestrita a um movimento de hermenêutica. Nas sociedades pós industriais, ou, chamemos, mais desenvolvidas, as transformações tecnológicas do saber foram consideráveis e afetaram as principais funções como são a pesquisa e a transmissão do conhecimento. Seguidamente a estes “desastres” um outro questionamento de grande alcance se esboça: os “metadiscursos” na expressão de Lyotard (1979, p. 12), as grandes narrativas, não mais atingem os objetivos propostos. Menciona por exemplo uma multidão de acontecimentos de ordem histórica, que não responderam às necessidades da realidade social. O discurso cristão de redenção do pecado de Adão pelo amor, “...a narrativa aufklarer da emancipação e da servidão pelo conhecimento...” o discurso marxista da emancipação da exploração e da alienação pela socialização do trabalho, a narrativa capitalista de que se chegaria ao desenvolvimento e se terminaria com a pobreza do mundo, através do avanço técnico-industrial.

Finalmente, uma antítese do discurso da modernidade, apregoa o anarquismo epistemológico, tomando como exemplo as idéias de Feyerabend e apoia as pesquisas pequenas e descomprometidas. Nega os megaprojetos de investigação e se volta, com ênfase, ao diferente e estimulante enquanto objeto de pesquisa. Contesta o método científico, que considera um dogma, e a estrutura rígida e hegemônica do conhecimento racional. Em oposição aos princípios da modernidade, considera que há, na base do conhecimento, um irrealismo (intuição?), que, nem sempre, é produto do binômio razão/ciência e que, pode ser, também, mito/ magia/religião. Negá-lo, constitui uma ideologia autoritária dos cientistas.

Mito e razão devem ter vínculos estreitos dados pela proximidade sujeito-objeto. Valorizar o momento particular e único como instância na progressão do saber.

Vattino nos propõe reintroduzir a hermenêutica nas ciências sociais como um novo “idioma comum à filosofia e à cultura nos anos 90 e assim suprimir as interpretações marxistas e estruturalistas, globalizantes, doutrinárias e autoritárias predominantes até os anos 80. “O horizonte da hermenêutica abriria espaço para um conhecimento não hierarquizado, menos pretensioso em suas generalizações e mais atento às especificidades, pois não está comprometido com uma ordem lógica, estável e geral”(GOMES, op. cit. 1996, p. 24)

Na Procura da Essência

Entraremos no tema falando da epistemologia da ciência como um todo, elemento fundador da modernidade, e dos paradigmas nos quais a nossa disciplina está inserida. A Geografia não é separada nem divorciada do contexto de visão do mundo, da mentalidade, do Weltanschauung dos alemães, do pensamento filosófico que lhe dera origem.

Ao final dos anos 80 os paradigmas da ciência moderna, é sustentado no pensamento racional, já que a razão foi desde o final do século

XVIII a fonte de todo conhecimento, da norma, do direito, da verdade. Fonte da ordem, do equilíbrio, do progresso, da civilização, são conceitos emitidos desse sistema moderno de acesso a um mundo considerado humano, a um domínio da natureza a partir da razão. A racionalidade moderna exigia o enfrentamento objetivo do sujeito frente ao objeto, a explicitação do método científico, as normas precisas para a condução do pensamento que produzem o conhecimento. Todos estes alicerces da ciência moderna se encontram numa profunda crise. Isto significa que esses paradigmas, não correspondem mais à necessidade do pesquisador e às respostas que procura.

As normas que compunham as características das ciências na modernidade, sustentadas nas expressões metafísicas, traziam como exigência "... a apreensão de algo exterior ao intelecto ou pensamento, e preexistente a ele e a suas operações. É que apreendido e incorporado ao pensamento se faz conhecimento". (PRADO JR, Caio 1979, p. 5). Conceitos como essência e verdadeiro deviam dar a autenticidade ao conhecimento.

O longo período que se denomina de modernidade, que para alguns, nasce com Descartes no século XVII e, para outros pensadores, com o Descobrimento da América (Octavio Paz), que se estenderia até os anos 70, definido como o longo tempo de domínio da racionalidade, "...constrói sua identidade muito mais sob a forma de um duplo caráter: de um lado, o território da razão, das instituições do saber metódico e normativo; do outro, diversas "contracorrentes" contestando o poder da razão, os modelos e métodos da ciência institucionalizada e o espírito científico universalizante". (GOMES, 1996, p. 26).

Nesse conjunto de princípios de domínio da racionalidade, aceitava-se a idéia de movimento de progressão, que, em última instância, permitia a aproximação da realidade de um fenômeno, através da lógica científica e da verdade universal. O progresso é, no dizer do escritor Bengali, a carruagem que levaria todos os povos da terra a participar da civilização e do domínio da cultura

européia. Esse progresso, em ascensão gradual do conhecimento, permite a ruptura que daria uma espécie de evolução entre a crise e os momentos de ascensão. Esta concepção de movimento é particularmente interpretada, tanto para o processo histórico, como para o conhecimento científico. Gomes nos afirma que: "a crise é o anúncio de uma modificação, é também o signo da confrontação entre dois níveis de compreensão, o antigo e o novo. Este último terá sempre êxito nesta luta pela demonstração de sua superioridade e adequação de sua argumentação, continuando, assim, a marcha inexorável que visa a uma posição mais justa, mais adequada e mais poderosa do ponto de vista dos instrumentos da racionalidade"

Este raciocínio, sustentou todas as grandes bases epistemológicas, desde Kant, Hegel, Comte ou Marx. De qualquer maneira, há, embutidos nestas diversas concepções do pensamento científico moderno, os conteúdos diferenciados de espaço e de tempo.

Porém, a partir de qualquer opção epistemológica que se faça, não há possibilidade de se escapar de fazer uma reflexão sobre a ciência de um repensar hermenêutico, o que significa que, para podermos compreender a produção geográfica hoje, o existir da Geografia nos dias atuais, devemos compreender a totalidade das ciências. Citando Gadamer, (in: SANTOS, 1989, p. 12) "...o todo e a parte são aqui, de algum modo, uma ilusão mecânica, pois o princípio hermenêutico é o de que a parte é tão determinada pelo todo como o todo pelas suas partes"

Os anos 90 nos introduzem numa crise epistemológica, na qual os paradigmas conhecidos como produtos da modernidade já não respondiam à nova realidade que o mundo nos apresentava. As oscilações decorrentes das interpretações empiristas, de bases positivistas até as funcionalistas e estruturalistas de fundamentação marxista ou, não haviam se esgotado. Os modelos metodológicos que exigiam a formulação de leis, assim como de sistema, estrutura ou de pro-

cesso, após esta profunda crise, deixaram alguns sedimentos, o que permitiu aos geógrafos, provavelmente os mais temerosos de enfrentar os problemas epistemológicos, a certeza de que o conhecimento, assim como a ciência, estão em permanente transformação. Esta situação se deu nas Ciências Sociais como um todo, e dentro da Geografia também, como resultado da sua existência sustentada no fenômeno da "realidade social"

Através da reflexão hermenêutica, consegue-se transformar a ciência de algo estranho, longe das nossas vidas, incompreensível, num objeto familiar, próximo, falando nossa língua e, o mais importante, fazer-se compreensível, para comunicar-nos aos leigos, as suas valências, os seus limites, "...os seus objetivos e o que realiza aquém e além deles, um objeto que, por falar, será mais adequadamente concebido numa relação eu-tu (a relação hermenêutica) do que numa relação eu-coisa (a relação epistemológica) e que, nessa medida, se transforma num parceiro da contemplação e da transformação do mundo"(SANTOS, 1989, p. 13). Aceitar esse novo olhar sobre a ciência é resgatá-la dos princípios dogmáticos absolutos ou, aprurísticos, que desde Descartes com seu "Cogito ergo sum" à reflexão transcendental de Kant ao idealismo hegeliano, às diferentes reflexões filosóficas da história do pensamento científico trouxeram até os nossos dias. "...Trata-se de compreendê-la enquanto prática social de conhecimento, uma tarefa que se vai cumprindo em diálogo com o mundo e que é afinal fundada nas vicissitudes, nas opressões e nas lutas que o compõem e a nós, acomodados ou revoltados." Consideram-se assim, situações, valores, comportamentos, atitudes, além de outras "circunstâncias" na expressão de Ortega e Gasset, que constituem o nosso existir.

A partir dessa atitude, do que se denomina o "círculo hermenêutico" se realiza uma desconstrução do corpo teórico, construído pela ciência sobre si própria e, as imagens que de si mesma fez, para tornar compreensíveis as razões desses objetos e imagens construídas. Sus-

tentada na concepção teórica de Bachelard, houve a necessidade de procurar desconstruir para construir uma nova forma de se "fazer conhecimento"

Esta reflexão, que fazemos a partir da Geografia, uma fatia do conhecimento, privilegiando-a como uma ciência social, que a partir dela será para uma totalidade "a realidade social" enfocaremos, abordaremos, analisaremos com o nosso instrumental teórico que dará uma forma diferente da mesma "realidade" Com a reflexão hermenêutica pois, procuraremos tornar compreensível o que as ciências sociais são na sociedade e o que elas dizem da sociedade. O conhecimento científico-social hoje, apresenta o nosso papel social e, assim sendo, a "autocompreensão do nosso estar no mundo técnico-científico contemporâneo."(SANTOS, 1989, p. 14)

As Ciências Sociais, entre as quais consideramos a Geografia *latu sensu*, tornam-se uma prática social, além de um conhecimento, na medida em que a objetivação seja apropriável e se transforme em subjetivável. Este processo acontece, quando os objetos sociais dos sujeitos sociais se convertem em conhecimento científico-social. Em resumo, afirma Souza Santos, "...a subjetividade científica é cada vez mais o produto da objetivação social."(1989, p. 15)

Neste final de século XX, com o grande dinamismo do que Milton Santos denominou o "meio técnico-científico-informacional" o nosso "objeto-subjetivado" sofre de um dinamismo extremo. Assim Boaventura de Souza Santos nos volta a informar: "A análise das condições sociais, dos contextos culturais, dos modelos organizacionais da pesquisa científica, antes acantonada no campo separado e estanque da sociologia da ciência, passou a ocupar o papel relevante da reflexão epistemológica"(1989, p. 57). O novo paradigma, que nos é apresentado e, que poderíamos chamar ciência pós-moderna (título que o próprio autor utiliza), para realizar a nossa pesquisa científica, parte do reconhecimento de que todo saber é social, signifi-

cando que os conceitos de historicidade e de processo, de liberdade, de autodeterminação e até de consciência – que pertenciam a valores pessoais do homem –, agora devem ser estendidos à realidade social, o que significa que a própria relação sujeito-objeto sofre uma mudança radical. Souza Santos cita Clausewitz para afirmar que o objeto é a continuação do sujeito por outros meios, e conclui afirmando que "...o conhecimento científico é autoconhecimento"

Nesse novo paradigma, que os epistemólogos denominam de ciência pós-moderna, ela é definida como "...assumidamente analógica que conhece o que conhece pior através do que conhece melhor" (SANTOS, 1989, p. 63)

Esta forma de interpretação nos permite estudar a relação sociedade-natureza sem desprezar os sistemas de crenças, os juízos de valor, os preconceitos, os costumes, sem que sejam considerados elementos do senso comum ou como descrições não-científicas. Particularmente para a Geografia, reformula princípios que estão na essência da chamada Geografia Moderna, ou seja o da analogia ou comparação, só que, neste momento, com novos conteúdos, não só puramente descritivos, formais ou generalizantes.

Como integrantes de um mundo perpassado pela comunicação, nas exigências metodológicas, há necessidade de participar desse rumo. A comunicação do conhecimento é a essência do seu ser social. Tem que ser considerado, assim mesmo, que todo conhecimento é local e ao mesmo tempo é total, porque a parte é o todo e, o todo é a parte, segundo nos interpreta a visão hermenêutica da ciência

Embora, respeitando-se a fragmentação das disciplinas, a divisão do conhecimento hoje, não é disciplinar, é temática. "Os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros" (SANTOS, 1989, p. 65). O conhecimento avança na medida em que o objeto se expande como as raízes de uma árvore, procede pela diferença e pelo alongamento de

fronteiras na busca de novas e mais variadas interfaces.

Esta nova forma de analisar o conhecimento entre o local e o total, traz também uma nova maneira de perceber que, o ser total não é determinístico, e sendo local não é descritivista. O autor suma-citado nos afirma: "É um conhecimento sobre as condições de possibilidade da ação humana projetada no mundo a partir de um espaço-tempo local. Um conhecimento desse tipo é relativamente imetódico, constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica. Cada método é uma linguagem e a realidade responde à língua que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta. Numa fase de revolução científica como a que atravessamos essa pluralidade de métodos só é possível mediada pela transgressão metodológica" Esta visão diferenciada da ciência, permitirá, cada vez mais, uma aproximação entre as ciências naturais e as ciências sociais.

Os quatro momentos do conhecimento científico que podemos mencionar como da observação, da descrição, da explicação e da interpretação, em cada particularidade epistemológica teve valorização diferentes. Hoje afirmamos que, nessa transgressão metodológica, a distância entre a descrição e a explicação será cada vez mais curta. Milton Santos afirma que descrição e explicação são inseparáveis. Deve fazer parte dos alicerces da descrição a vontade da explicação (1996).

Demonstrando a Existência

Os conteúdos dos conceitos de espaço e de tempo, que constituem a essência da nossa interpretação científica como geógrafos dos estudos sobre a relação natureza e sociedade são o que muda nos diferentes momentos epistemológicos do nosso ramo do saber entre a Geografia da modernidade e a Geografia da pós-modernidade.

Se o objeto da Geografia é o espaço, o conceito dele foi mudando nos diferentes momentos do pensamento científico. Num primeiro momento, ele foi concebido como ambiente físico, o condicionamento e o determinante natural da sociedade. Posteriormente, é o estudo das relações espaciais e da distribuição no interior de seu espaço geográfico, embora considerando que a organização e a estruturação desse espaço pertencem ao homem. Há nesses conceitos uma forte influência do caráter de espaço absoluto de Newton, o qual era considerado, junto com o tempo, como categorias de ordem imanentes. Assim mesmo, tanto o espaço, como o tempo, seriam classificados no que Aristóteles denominou determinantes dos dados sensíveis.

Os conceitos de espaço introduzidos pela física predo minaram na Geografia até os anos 70, quando, por influência das concepções materialistas da história, tomam uma nova conotação.

Assim, a física nos trouxe a idéia do “espaço caixa” no qual se coloca determinado número de objetos. Trata-se neste caso de uma propriedade do objeto material caixa que é, ao mesmo tempo considerado real, porém nesta definição o conceito espaço adquire um significado que é livre de qualquer relação com um objeto material particular. “Por este caminho, através de uma extensão natural de “espaço-caixa” pode-se chegar ao conceito de um espaço independente (absoluto), de extensão ilimitada, no qual são contidos todos os objetos materiais. Então um objeto material que não esteja situado no espaço é simplesmente inconcebível; por outro lado, no esquema de formação deste conceito, é perfeitamente concebível que possa existir um espaço vazio”(BETTANINI, 1982, p. 17)

Se a percepção do espaço tinha uma forte influência da física, também o era o tempo, já que nos primórdios estava direcionado à sua relação com o espaço. Posteriormente, a percepção do tempo entra numa nova dimensão, pela influência da civilização judaico-cristã. Nessa tradição o tempo é um Dom Divino, é elemento fun-

damental de articulação da História. O tempo que possui um fim em si mesmo, um tempo teológico, um tempo que é uma doação de Deus para usufruto dos homens, da mesma forma que Deus outorgara outros frutos da natureza, a terra, a água, o sol, as plantas, os animais; era o tempo apropriado à interpretação da Gênese. Como tal, esse tempo “...não poderia ser submetido ao controle dos homens, não poderia ser utilizado para permitir ganho material aos homens, pois tal fato significaria a exploração de algo que não pertencia aos homens” (GLEZER, 1992, p. 5)

Nas sociedades pré-modernas, nos diz Giddens, o tempo ainda estava intimamente ligado ao espaço. Media-se aquele em relação a este. A experiência do tempo está na relação com a experiência do lugar. Há uma relação natural entre estes elementos. No período de intensificação das atividades comerciais, e ao iniciarem-se as viagens interoceânicas, as distâncias começam a ser calculadas em tempo e, este, igual ao espaço, se torna objeto de contagem e de medida. Assim, surge um tempo novo e um espaço novo, “mensurável, orientado, previsível, sobreposto ao tempo eternamente recomeçado e imprevisível do meio natural”.(GLEZER, 1992, p. 6)

Com a denominada “modernidade” o tempo adquire uma nova forma de percepção, agora há um esvaziamento das antigas relações e, em conseqüência, a ciência e a técnica criam um tempo hegemônico, escravizante, que se impõe ao indivíduo, tempo com uma lógica absoluta de mensuração, “tempo comedor de tempo”

A modernidade criou um tempo seqüencial, com operações de controle, com atitudes de significados para a produção de lucros e rendas rígidas, com ordens imutáveis. É um tempo compartimentado, com valor financeiro, de produção, de uso e de consumo, o tempo da realização rápida da mercadoria. É o tempo real que tornou o homem seu escravo. A maior realização da modernidade foi a formação do modo de produção capitalista, e este conseguiu converter o tempo, Dom de Deus, em tempo como Servidor a um tempo, Senhor e escravizador, dos dias

atuais. A modernidade recusa o passado porque é uma perda do tempo, a razão, essência desse tempo, não permite ficar no passado. Com as grandes transformações que a modernidade trouxe, como diz Giddens, o espaço vai ficando cada vez mais longe do tempo, pois fomenta relações localmente distantes ou de interações face a face. "Em condições de modernidade, o lugar se torna cada vez mais fantasmagórico: isto é, os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles." (1991, p. 27) Há um "esvaziamento de tempo" como pré-condição para o "esvaziamento do espaço"

Harvey igualmente discute a concepção do tempo-espaço, antes e após o iluminismo, como um dos paradigmas da modernidade e, em especial, o espaço estreitando-se cada vez mais pelo tempo. O pensamento modernista encara o domínio da natureza como uma materialização da liberdade humana. "Sendo o espaço um "fato" da natureza, a conquista e organização racional do espaço se tornaram-se parte integrante do projeto modernizador. A diferença, desta vez, era que o espaço e o tempo tinham que ser organizados, não para refletir a glória de Deus, mas para celebrar e facilitar a libertação do "homem como indivíduo livre e ativo, dotado de consciência e vontade" (1989, p. 227). Essa imagem, esse mito, trouxeram as grandes transformações à América Latina e ao resto do mundo não europeu.

Essa concepção do "espaço caixa" e de tempo atemporal, teve forte influência nos estudos da Geografia Moderna, porquanto a definição da Geografia estava em concordância de como os fenômenos físicos, biológicos e humanos estavam distribuídos, colocados dentro dessa "caixa" que era a superfície terrestre. Esse espaço era contínuo, isotropo (com as mesmas qualidades físicas em todas as direções), homogêneo, finito ou infinito, dado que era completamente independente de sistema de relações. Era o espaço da localização, dos inventários dos recursos naturais, enfim o espaço dos quatro parâmetros de comprimento, largura, altura e duração, a medida do

tempo considerada imediata, é o espaço "meio-ambiente" que trouxe à Geografia preconceitos que perduram até os dias atuais.

Esses conceitos, de espaço e de tempo, foram as bases da Geografia dos chamados "pais da Geografia Moderna": Humboldt e Ritter além de Ratzel, da chamada escola determinista e dos possibilistas franceses, foi a Geografia distribuída pelo resto dos países, tanto do mundo anglo-saxônico, como do mundo latino.

Humboldt, escreve Quaini citando Almagià, "...restituiu à geografia, quase que de todo esvaziada de seu conteúdo, objetos, métodos e critérios de ciência original de caráter essencialmente naturalista; de ciência tendo tarefas próprias, muito amplas e bem diferenciadas das de outras ciências que no passado floresceram de seu tronco" (QUAINI, 1983, p. 22).

Lucien Febvre, procurando as bases componentes da origem da Geografia moderna, escreve: "Uma científica: na gênese da geografia moderna é conhecida a função desenvolvida por naturalistas e viajantes, desde Humboldt a Richtofen e Ratzel. A outra, política, no sentido mais amplo do termo: toda a progênie intelectual, toda a série dos herdeiros espirituais de um Montesquieu poderia ser encontrada diante de nós. A terceira, finalmente histórica: porque o tempo em que nenhuma geografia, com o significado atual do tempo, existe ainda, foram em primeiro lugar os historiadores, pelo próprio progredir de seus estudos particulares, a se verem obrigados a formular uma série de problemas, não propriamente geográficos, mas que tinham alguns elementos de ordem geográfica." (citado por QUAINI, 1983, p. 22)

Interessante destacar que esse espaço receptáculo, divorciado do tempo, ou melhor dito, um tempo atemporal que também na sua percepção não produzia o espaço, como afirma Dollfus "Um espaço mutável que se descreve" está impregnado de toda uma terminologia de ordem biológica. Assim, Vidal de la Blache, um dos fundadores da geografia francesa no início do século, define a paisagem como "espaço con-

creto e localizável que pode ser descrito “e o denomina de “fisionomia” Outro autor francês se refere à paisagem chamando-a de “seres geográficos” A geografia tradicional, de base positivista, está impregnada de expressões com forte influência dos conceitos das ciências biológicas; marcam a necessidade de ser uma ciência natural que lhe davam a possibilidade de criar leis. Este fato, como diz Foucault, pertence ao projeto positivista que pretendia fundamentar sobre todas as ciências. Esse espaço receptáculo, tinha sua principal preocupação nas formas e na descrição das mesmas.

Todos estes autores se preocuparam em assegurar um estatuto científico à Geografia, proporcionar-lhe um lugar dentro da classificação das ciências, através de uma adaptação ao método científico por meio de leis e princípios gerais, definir seu campo de trabalho, classificar os fatos de seu domínio, e procurar uma hierarquia de valores. Mas, com passar do tempo, a Geografia se havia tornado o que Milton Santos denominou de “viuva do espaço” porque a sustentação da sua existência era debitada à “...história dos historiadores, a natureza “natural” e à economia neoclássica, todas as três tendo substituído o espaço real, o das sociedades em seu devir, por qualquer coisa de estático ou simplesmente de não existente, de ideológico.” (1978, p. 91)

Após as teorias da relatividade de Einstein, o conceito de espaço da física muda para o campo, no qual está embutida a idéia de campo de forças. A definições do espaço na Geografia se tornam “o espaço como um sistema de relações “ou, também, o espaço como “reflexo da sociedade” O próprio Lefebvre define a cidade como a projeção da sociedade sobre o terreno (O Direito a Cidade).

Interessante considerar que nos anos 60 e 70, tanto na Europa como nos Estados Unidos, nos estudos que se faziam, especialmente da cidade, se considerava o espaço como palco onde a sociedade se produz, sem nenhuma particularidade, como uma planície sem características pró-

prias e, o mais surpreendente, como se este não fosse propriedade privada.

De qualquer forma, foram os anos 70 que nos trouxeram a concepção de espaço mercador, a partir das teorias marxistas e de um enfoque metodológico com base no materialismo histórico, no qual o espaço tem valor de uso e valor de troca, que este recebe as diretrizes do papel do estado e dos conflitos sociais. Toma-se consciência, a partir dos trabalhos de Milton Santos, de que “produzir é produzir espaço” e mais ainda, que “...ele é simultaneamente produtor e produto; determinado; um revelador que permite ser decifrado por aqueles mesmos a quem revela; e, ao mesmo tempo, em que adquire uma significação autêntica, atribui um sentido a outras coisas. Segundo essa aceção, o espaço é um fato social, um fator social e uma instância social” (1978, p. 130)

A Geografia, nos diz Pierre George em 1966, “é o resultado e o prolongamento da História” e continua afirmando como historiador do atual deve -aplicando métodos próprios- se preocupar com os estudos da História materializada no espaço. A cidade em especial a metrópole -é, sem dúvida, esse “reescrever” do tempo no espaço, tanto na sua forma, como no seu conteúdo. (p. 21)

Bachelard faz referência à interpretação da relação amalgamada espaço-tempo e “mostra como tudo está contra esta idéia a imaginação, os sentidos, as representações: só vivemos o tempo esquecendo o espaço, só entendemos o espaço suspendendo o curso do tempo, mas a fusão espaço-tempo é uma relação total...”(BACHELARD, 1929, p. 99, citado por BARBOSA, 1996 p.114)

Milton Santos define o espaço “como acumulação desigual de tempos” (1978, p. 209), e a maior expressão dessa acumulação desigual é a metrópole, porque esse espaço representa diferentes momentos do desenvolvimento da sociedade.

A partir do momento em que a Geografia deixou de pensar o espaço como absoluto e pela

relação espaço-tempo, produziu-se um novo conteúdo na interpretação da realidade.

Ao finalizar os anos 70 e, principalmente no começo da década de 80, se fecham os grandes debates acerca do papel do espaço na interpretação materialista da realidade, especialmente no desenvolvimento capitalista, numa relação dialética entre a sociedade e o conteúdo, que teria o espaço nesta visão. Soja citando Gregory o qual transcrevemos nos diz: "A análise da estrutura espacial não é derivada e secundária à análise da estrutura social, como sugeriria a problemática estruturalista: antes, uma exige a outra. A estrutura espacial não é, por conseguinte, meramente a arena em que os conflitos de classe se expressam (SCOTT, 1976, p. 104), mas é também o campo no qual e, em parte, através do qual as relações de classe se constituem, e seus conceitos devem ter lugar na construção dos conceitos de determinadas formações sociais (...) as estruturas espaciais não podem ser teorizadas sem as estruturas sociais, e vice-versa, e (...) as estruturas sociais não podem ser praticadas sem as estruturas espaciais e vice-versa" (1978, p. 120-1).

Para concluir este processo, finalmente, o espaço é considerado uma instância social, ocupando o lugar de mercadoria no modo de produção capitalista e sofrendo todos os defeitos e as qualidades de qualquer outra mercadoria, inclusive o fetichismo do consumo exagerado, mesmo que ele possua características especiais.

Porém esse paradigma do espaço-mercadoria, visão economicista, também esgota sua forma de interpretação no início dos anos 90, porque a ciência, como já mencionamos, tem outras visões e perspectivas. Embora a realidade econômica do espaço não mudou, ela só já não satisfaz da explicação e da interpretação.

Entre as novas formas de abordar o espaço dentro da Geografia pós-moderna, destacamos o conceito de lugar, de região, de território, de paisagem; em todos eles estão embutidos os conceitos de local e de global. Há nesses antigos conceitos geográficos uma nova concepção de tem-

po. Mas, sem dúvida, no conceito de lugar há um denso conteúdo de cotidianidade marcado pela cultura e pelo imaginário.

Os conceitos de lugar mudaram a partir de uma dimensão puramente física. Vidal de la Blache definia a Geografia como a ciência dos lugares- a uma expressão de inserção no processo de totalidade. Lefebvre afirma que "a história de um dia, engloba a do mundo e a da sociedade" e eu concluo, acrescentando, também, a do lugar. (1991, p. 8)

Os lugares que hoje a geografia estuda devem ser considerados como um componente de nossa identidade de sujeitos, como centro de significados, como condição da própria existência, foco de vinculação emocional para os seres humanos, contexto para as nossas ações; o lugar como expressão da paisagem e da cultura, de experiências e significações diferenciadas. O lugar concentra significados, pensamentos e os sentimentos dos seus habitantes. A especificidade dos lugares traz, no seu bojo, o estudo das paisagens em função das experiências diferenciadas e dos significados, também diferenciados. Por esta linha de abordagem, da chamada Geografia Humanista, é possível interpretar os lugares com novas dimensões simbólicas e culturais, concebidos "...como uma paisagem vivenciada holística e sentida em todas as suas dimensões, inclusa a temporal" (BALLESTEROS, 1992, P.II).

Esta vertente de interpretação humanista, na versão existencialista afirma a existência de uma potencialidade de tempo, de uma empiricidade do tempo, de grande conteúdo no lugar e que Ballesteros citando Samuels afirma: "...o tempo é sempre algum lugar e o lugar é sempre algum tempo"

Milton Santos igualmente define o lugar "...como a extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial, outra é a norma, a organização, os regimes de regulação" (1994, p. 34)

Porém o lugar, a interpretação e vivência do mesmo se diferenciam segundo as classes so-

ciais, os gêneros, a condução de origem, o grau de cultura, entre outras categorias. Assim, o lugar não só nos remete a um território habitado, mas, também, a uma posição dentro de um sistema social.

Estes conceitos emitidos nos remetem a outros muito importantes para a nossa realidade de Terceiro Mundo. Estes são os de tempo e de cultura. Ambos estão interligados. Qual é o significado de tempo para nós hoje, na nossa realidade de pós-modernidade? Em primeiro lugar diremos que se trata de um tempo social, que inclui nele todas as outras concepções de tempo conhecidas, além de possuir a essência do tempo histórico que é ideológico, político e cultural. A percepção do tempo histórico é a percepção das mudanças e das transformações. O tempo social inclui em seu conteúdo valores.

Entendemos por cultura um sistema de ordens significativos e sistemáticos, que relacionam o material ao social por meio do simbólico. Marilena Chauí define cultura como "...criação coletiva de representações, valores, símbolos e práticas que determinam para essa coletividade suas formas de relação com o espaço, o tempo, a natureza e os outros homens, definindo o sagrado e o profano, o necessário e o possível, o contraditório e o impossível, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o legítimo e o ilegítimo, o "nós" e o "eles" " Continua Chauí dizendo que "a ordem humana da cultura é a relação simbólica com o ausente, isto é, a linguagem, o trabalho, a história e a morte." (1993, p4)

Estas concepções teóricas levam os geógrafos pós-modernos a se preocuparem com

os problemas ambientais, não como elementos da natureza, que já não existem, mas como conseqüências culturais, produzidas num espaço que se define como sistema de objetos e sistema de ações. Levam também a se preocuparem com a história do presente, na qual a religião, o lazer, o turismo, os gêneros, os grupos minoritários, e o consumo se materializam num lugar, numa região, num território, num espaço com tempos e culturas diferenciados. Formas e conteúdos próprios de nosso tempo, de nossa visão de mundo.

Para concluir, diremos que as categorias do método geográfico não se esgotaram, embora formuladas por Milton Santos ao final da década de 80. Hoje elas possuem novas formas de interpretação. Analisamo-nas com uma visão hermenêutica. Qual o significado desta palavra que foi tão usada ao longo deste artigo? Hermenêutica vem do grego *hermeneutiké* que significa arte de interpretar, expressão de um pensamento e a sua explicação. Esta forma de análise foi muito usada na Idade Média para estudar as Sagradas Escrituras, pois elas deviam não só ser traduzidas, como também interpretadas segundo os significados lingüísticos, sociais e espaciais da época. Chama-se também hermenêutica a interpretação do que está expresso em símbolos, assim como toda expressão humana escrita ou não, desde as obras de arte até os relatos populares.

Como reflexão filosófica é uma forma de análise interpretativa sobre símbolos religiosos e mitos, e, em geral, sobre qualquer forma de expressão humana, em oposição à análise objetiva e ao pensamento lógico.

Bibliografia

BALLESTEROS, Aurora Garcia (ed). *Geografía y Humanismo*. Barcelona, Oikos-Tau, 1992.
BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Trad. Liliana Laganá Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1982.

CASULLO, Nicolás. "Modernidad, biografía del ensueño y la crisis" In: Casullo, N. (organiz.): *El Debate Modernidad Pós-Modernidad*. Buenos Aires, Punto Sur Edit. 1989.

- CHAUI, Marilena. *Raça e Cultura. Aula Inaugural FFLCH-USP*, São Paulo, 1993.
- DOLLFUS, Olivier. *O Espaço Geográfico*. trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo, Difusão Européia do Livro. 1972, coleção Saber Atual.
- GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. 2 edic., São Paulo, Edit. UNESP, 1991.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. 2 edic. São Paulo, Edic. Loyola, 1989.
- HIRANO, Sedi. *Formação da Sociedade Moderna no Brasil*. Texto de sistematização crítica apresentado à FFLCH para obtenção do Título de Livre Docência em Sociologia. São Paulo, 1991.
- QUAINI, Massino. *A Construção da Geografia Humana*. trad. Liliana Laganá. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 1995.
- LEMOS, A. I. Geraiges de. *A Metropolização nos Países do Terceiro Mundo*. Prova de Erudição para a obtenção do título de Professor Titular em Geografia. FFLCH-USP, nov. de 1997
- LEMOS, A.I. Geraiges de. *Em Busca de Novos Paradigmas no Estudo do Urbano: a metrópole*. In: Boletim de Geografia Teorética, Rio Claro (S.P.), 1991, vol.21,n. 42.
- LEMOS, A. I. Geraiges de. *Formação Sócio-espacial e Lugar como mediação: "As Paisagens do Nordeste na Cidade de São Paulo"* In: *Revista do Departamento de Geografia -FFLCH-USP-*, ano 1997- n 12.
- LEMOS, A.I. Geraiges de. *Modernidade e Metrôpoles Latino-Americanas*: Rio de Janeiro e Buenos Aires. Tese de Livre Docência apresentada ao Dep. de Geografia, FFLCH-USP, 1996 (mimeog.)
- PRADO JUNIOR, Caio. "Teoria Marxista do Conhecimento e Método Dialético Materialista" In: *Seleção de Textos*, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1979, n 6.
- SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo, Hucitec-EDUSP, 1978.
- SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo, Hucitec. 1994.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a Uma Ciência Pós Moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Souza. "Um discurso sobre as ciências na transposição para uma ciência pós-moderna" In: *Revista de Estudos Avançados*. USP, maio/agosto 1988, vol.2,n 2, p. 46-71.
- SOJA, Edward. W. *Geografias Pós-Modernas*. Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. 2 edic., Petrópolis, Vozes, 1994.
- VATTINO, G e Outros. *En torno a la Posmodernidad*. Barcelona, Anthopos, 1990.



A CIDADANIA, O DIREITO À CIDADE E A GEOGRAFIA ESCOLAR

Elementos de geografia para o estudo do espaço urbano¹

Lana de Souza Cavalcanti

RESUMO:

Este texto discute a relação cotidiana do cidadão com sua cidade e a influência da escola e do ensino de Geografia nessa relação. A preocupação é analisar as possibilidades do exercício pleno do direito do cidadão à cidade contemporânea através da formação de uma cidadania consciente e ativa.

PALAVRAS-CHAVE:

cidadão, cidadania, cidade, ensino de Geografia.

RESUMÉ:

Ce text discute la relation quotidienne du citoyen avec le cité et l'influence de l'école et de l'enseignement de la Géographie dans cette relation. Il s'agit d'analyser les possibilités du plein exercice du droit du citoyen à la cité contemporaine, au milieu de la formation d'une citoyenneté consciente et active.

MOTS-CLÉS:

Citoyen, citoyenneté, cité, enseignement de la Géographie.

O ensino de Geografia contribui para a formação da cidadania através da prática de construção e reconstrução de conhecimentos, habilidades, valores que ampliam a capacidade de crianças e jovens compreenderem o mundo em que vivem e atuam, numa escola organizada como um espaço aberto e vivo de culturas. O exercício da cidadania na sociedade atual, por sua vez, requer uma concepção, uma experiência, uma prática – comportamentos, hábitos, ações concretas de cidade. A vida nas cidades é cada vez mais um fato mundial, pois a partir de um certo momento histórico, toda a sociedade passa a ser organizada em função do espaço urbano. Sendo assim, a cidade torna-se tema importante a ser trabalhado na escola fundamental, num projeto de formação

da cidadania. A escola, porém, não é a única instância de formação de concepções e práticas da cidade, habilidades básicas no exercício da cidadania. As práticas de organização e gestão da cidade, os resultados dessas práticas e a própria experiência cotidiana são também formadores de cidadania. Em outras palavras, o cidadão se torna cidadão com a contribuição de várias instâncias, destacando-se a escola. A escola (e o conhecimento), por ser um lugar dedicado ao trabalho com o conhecimento e com a atribuição de significados, pode ser a instância síntese ou lugar de encontro e confronto entre as diferentes fontes de concepção e prática da cidade (o saber ou conhecimento científico e o saber cotidiano). A cidade é um livro escrito que precisa ser decifrado por seus ci-

dadãos (LEFEBVRE, 1991) e a escola tem um papel importante nesse sentido.

Se a escola assume o tema da cidade e do urbano como conteúdo educativo, deve promover em suas atividades a possibilidade de confronto entre as diferentes imagens de cidade: cotidianas e científicas. Como afirma Bernet, trata-se da possibilidade de combinar três imagens da cidade:

a imagem subjetiva que cada qual forma espontaneamente de seu meio; outra imagem mais objetiva, global e profunda que as próprias instituições educativas hão de contribuir para configurar a partir da anterior; e uma terceira imagem que é a imagem da cidade a construir; ou seja, uma imagem forjada com os materiais do desejo (talvez inclusive utópicos) que possa contrastar-se com a realidade presente e orientar assim a participação para edificar uma cidade melhor e mais educadora para todos (1997:34).

A imagem não está desvinculada de uma prática, uma prática de indivíduos na cidade, por isso é necessário o entendimento de como se dão a imagem e a prática da cidade hoje. Para efetivar um trabalho escolar com o tema em questão, é importante entender como as diferentes experiências e conhecimentos de crianças e jovens da/na cidade se "cruzam" ou se "encontram" com os conteúdos sistematizados e experiências curriculares na aula de Geografia e os resultados que esse encontro pode apresentar do ponto de vista da aprendizagem e do desenvolvimento intelectual, social e afetivo do aluno.

No ensino de Geografia, o tema da cidade já integra o conteúdo curricular de nível fundamental, seja na 1ª fase, com o estudo do bairro e do município, seja na 2ª fase, com o estudo do processo de urbanização da sociedade brasileira e mundial e com o estudo do con-

ceito de cidade e espaço urbano. Nos últimos anos, todavia, esse tema tem adquirido relevância nas propostas curriculares, em virtude da preocupação com a vinculação entre os conteúdos sistematizados e os conteúdos da vida cotidiana do aluno e de sua cultura. Essa relevância aparece, por exemplo, na proposta político-pedagógica "Escola para o século XXI" da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, que tem como projeto temático "a cidade e a cidadania" (1998). Nessa proposta, a relação cidade e cidadania é eixo temático da proposta curricular, e não apenas de Geografia, o que aponta para o reconhecimento do caráter interdisciplinar do estudo da cidade.

Algumas questões surgem: como e com quais conteúdos a cidade educa seus habitantes? Como é a vivência da criança com a cidade de Goiânia? Quais são suas experiências geográficas nesta cidade? Como as escolas de Goiânia atuam ou podem atuar para confrontar diferentes experiências e potencializar as experiências individuais e/ou coletivas com a cidade? Como preparam ou podem preparar crianças da escola fundamental para ter acesso, por sua conta, às possibilidades educativas e culturais da cidade de Goiânia? Que conceito de cidade está orientando os estudos geográficos na escola? E, por fim, como as escolas podem ajudar seus alunos a conhecer e a construir seu direito à cidade?

Reafirmar o direito à cidade é uma maneira de contraposição à organização dominante da sociedade atual, que quer se autodenominar "globalizada" ressaltando uma tendência de homogeneização de seus espaços. A defesa do direito à cidade para todos os seus habitantes parte do entendimento de que a produção de seu espaço é feita com a participação desses habitantes, obedecendo suas particularidades e diferenças. É defender a necessidade de uma cidade com gestão democrática que busca mediar interesses e ações de uma ordem sócio-econômica mais geral com os interesses e ações mais imediatas e elementares nem por isso menos impor-

tantes para a vida humana do cotidiano de seus moradores.

A luta pelo direito à cidade, aos seus lugares, ao consumo mais autônomo e consciente de seus lugares e objetos, ao ambiente, é, assim, um exercício da cidadania. Conforme Braga (1994:43) constatou em sua pesquisa:

“as conquistas dos mesmos (trabalhadores) ilustram a contribuição dos trabalhadores na edificação do espaço urbano, não só construindo o espaço do capital com seu trabalho, mas também o seu próprio espaço, através das lutas”.

Vale, para reforçar, transcrever as palavras de Thierry Paquot, citadas por Carlos (1996: 147/8):

é lá e somente lá (na cidade) que o *homo urbanus* pode tomar consciência da artificialidade do mundo, da desapareção progressiva das zonas naturais, da amplitude dos simulacros que ocultam a nudez do ser. O *homo urbanus* é um animal sábio, que sabe como daí se sair e de fazer do urbano o lugar propício à sua felicidade. Tarefa tão difícil que se assemelha a um desafio. A cidade é uma conquista, um desenvolvimento dos sentidos. Um desabrochar dos espíritos, Uma possibilidade da paixão. O urbano é a intelegibilidade do *Homo urbanus*.

Para desenvolver o tema proposto, o texto está organizado em duas partes. A primeira tem por objetivo explicitar um entendimento básico dos principais elementos a serem considerados num trabalho didático de formação dos conceitos de cidadão e de cidade. A segunda busca discorrer sobre temas que a Geografia pode eleger como pertinentes ao estudo da cidade, a partir dos elementos dos conceitos de cidadão e de cidade, formulados na primeira parte.

1- CONCEITOS DE REFERÊNCIA PARA SE ESTUDAR A CIDADE E A CIDADANIA

O objetivo escolar de formação de cidadania é responsabilidade da escola como um todo, mas à Geografia cabe, mais especificamente, o trabalho com conceitos, como os de cidadania e de cidade, e com a organização do estudo nas escolas em temas. Para a organização dos temas de estudo, é preciso inicialmente explicitar os conceitos de cidadão e de cidade.

Cidadão

Buscar elementos e aspectos que compõem um programa formal de Geografia para formação da cidadania requer uma reflexão sobre o significado que pode ser dado nesse programa para o conceito de cidadania. O termo tem uma história longa, bastante complexa, o que exige sua contextualização, para torná-lo referência concreta para a vida na sociedade contemporânea. A distância entre a defesa abstrata da cidadania e a concreta possibilidade de seu exercício é muito grande e requer bastante cuidado na sua explicitação.

Uma idéia suscinta, mas bastante expressiva, é a de que cidadania é o exercício do direito a ter direitos (VIEIRA, 1997; ARENDT in BENEVIDES, 1998). Essa idéia liga cidadania e direito. Os significados do conceito de direito é também bastante complexo e com história longa. Relevante para a argumentação aqui é a distinção feita por Vieira (idem, ibdem) entre o direito natural, baseado na idéia de universalidade, e o direito positivo, baseado na particularidade e historicidade das normas e valores. Considero que a idéia de universalidade, de direitos universais, é extremamente importante na defesa de uma organização social democrática, formada a partir de um “contrato” livre que garanta igualdade de direitos a todos. Essa igualdade, porém, não é algo dado, ela é construída histórica e socialmente. Não há, então, universalidade no sentido de valores, normas, direi-

tos que devem ser considerados universais para todo o sempre, independente de sua inserção no espaço e no tempo. O que há são direitos universais, mas histórica e socialmente construídos. Com isso, pode-se defender a idéia de que cidadão é aquele que exerce seu direito a ter direitos, ativa e democraticamente, o que significa exercer seu direito de, inclusive, criar novos direitos, ampliar outros. É no exercício pleno da cidadania que é possível, então, transformar direitos formais em direitos reais. Conforme Benevides (1998:170):

cidadãos ativos são mais do que titulares de direitos, são criadores de novos direitos e novos espaços para expressão de tais direitos, fortalecendo-se a convicção sobre a possibilidade, sempre em aberto, da criação e consolidação de novos sujeitos políticos, cientes de direitos e deveres na sociedade.

A idéia de uma cidadania ativa que cria seus direitos, ao longo da história depend da organização social e da composição de poder nessa organização, permite pensar criticamente os tipos de direitos mais convencionalmente atribuídos à composição da cidadania (cívís, políticos, sociais), buscando ampliar essa composição a partir de demandas sociais democráticas e contextualizadas, como o caso de lutas pela incorporação de direitos ligados mais a grupos humanos que indivíduos, como o direito à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente (VIEIRA, 1997).

Essa idéia de cidadania também faz uma ligação direta à proposta de democracia política, econômica e social (só se tem direito numa sociedade democrática, entendendo-a como aquela que garante a igualdade de condições de vida a todos). Está vinculada com a prática da vida coletiva e pública, ou com o exercício coletivo da vida, com associação forte aos direitos e deveres inerentes ao exercício político democrático da vida em sociedade.

Ao lado do aspecto político do conceito de cidadania, ressaltado nas argumentações anteriores, é importante ampliar esse conceito para um entendimento mais amplo que diz respeito tanto à vida pública e a exercícios formais/jurídicos de direitos e deveres quanto ao sentido ético de uma vida solidária, ao exercício cotidiano, coletivo e individual, da vida na cidade que pressupõe a co-presença – seja no núcleo familiar, seja em grupos específicos de interesses e identificações diversas, seja na sociedade mais ampla. Com base em uma análise da cultura e da economia da atualidade, Canclini (1997) explora a idéia da cidadania como processo cultural², que inclui direitos à igualdade e, também, à diferença³, indicando “um estado de luta pelo reconhecimento dos outros como sujeito de interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas” Segundo esse autor, no novo cenário sócio-cultural está a passagem do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida.

Santos (1987) defende a recuperação da noção de cidadão com base no modelo cívico (fazendo referência a civilização), que subordina o modelo econômico e é composto por, entre outros, dois componentes essenciais: a cultura e o território. O componente territorial supõe uma gestão adequada para garantir a produção e distribuição de bens e serviços públicos.

O conceito de território é instrumentalizador quando se quer pensar e compreender a cidade na sua relação com a cidadania. Território está associado aos processos de posse, de domínio de um lugar, de uma área. Através da dimensão territorial, o exercício da cidadania pode ser pensado como uma questão de direito à cidade, direito ao domínio coletivo do espaço da cidade.

A escola pode organizar ações para a formação da cidadania democrática, ativa, com direitos amplos criados e recriados num processo histórico, social, econômico, cultural. Benevides (1998) destaca três elementos indispensáveis e interdependentes em um projeto

de educação para a cidadania: a formação intelectual e a informação; a formação moral; a educação do comportamento. O cidadão democrático, ativo, criativo, consciente de seus direitos políticos, sociais, culturais, individuais, territoriais, precisa conhecer a cidade, precisa compreendê-la com profundidade, precisa decifrar seus símbolos, precisa desenvolver um sentido ético e estético sobre ela, para que possa lutar e conquistar seus direitos cívicos e sociais e cumprir com seus deveres, individual e coletivamente. Como afirma Santos, a cidadania se aprende. Sem essa aprendizagem, a cidade torna-se impalpável. Ela se torna, como ele diz (1987:14), "um amontoado de signos aparentemente desconhecidos, agindo, no entanto, em concerto, para limitar mais do que para facilitar a minha ação, tornando-me impotente diante da multiplicidade das coisas que me cercam e de que posso dispor"

Cidade

Como ponto de partida, compreende-se que a cidade é uma aglomeração de pessoas (habitantes e visitantes) e de objetos (casas, ruas, prédios) (CARLOS:1992). É em função das pessoas e dos objetos que a cidade se estrutura e tem uma dinâmica interna. O arranjo interno de uma cidade é construído, pois, conforme se organizam a vida e o processo produtivo. As pessoas precisam morar, daí vão se configurando áreas residenciais diferentes porque as pessoas se inserem no processo produtivo de maneira diferente por exemplo, uns são proprietários dos meios de produção, outros são assalariados, outros, desempregados, excluídos do processo produtivo. As pessoas precisam trabalhar; as fábricas, as empresas, ou outra unidade de produção, comercialização e de serviços vão ocupando um espaço físico compatível com a atividade que irão desenvolver. Para que a unidade produtiva possa funcionar, são necessárias, ainda, atividades de apoio (energia industrial, escritórios, bancos).

As pessoas precisam consumir, passear, comer... Vão surgindo e se organizando os transportes, as lojas, os supermercados, os hospitais, as escolas, equipamentos de lazer, dentre outros.

Todos esses elementos vão configurando a paisagem urbana, que é a aparência e a forma da cidade, a forma que vai sendo produzida. E o conjunto formado pelos objetos e sua disposição, pelos sons e odores, pelas pessoas e seus movimentos. Uma estudo dessa visão aparente da cidade vai fornecendo pistas para a compreensão de aspectos mais essenciais do espaço urbano nela materializado⁴ A cidade pode ser entendida como um espaço geográfico, como um conjunto de objetos e de ações (SANTOS, 1997), mas entendendo esse espaço como lugar de existência das pessoas, não apenas como um arranjo de objetos, tecnicamente orientado.

O aprofundamento do estudo da cidade pode ser encaminhado para a apreensão de sua dinâmica interna, ou seja, para o entendimento de alguns de seus elementos básicos, como a produção, a circulação e a moradia.

A *produção* da cidade refere-se à produção da vida cotidiana das pessoas que nela vivem e atuam suas atividades e o arranjo espacial em função dessas atividades e à produção econômica realizada nessa cidade, que diz respeito às atividades diretamente produtivas.

Dentre as atividades cotidianas da cidade destacam-se as de lazer, de educação, de trabalho, de descanso. Todas essas atividades compõem a dinâmica de vida das pessoas que vivem na cidade e, conseqüentemente, a dinâmica da própria cidade. Entre as atividades, podem ser destacadas as produtivas: a indústria, o comércio e a prestação de serviços. Atualmente, diz-se que estamos vivendo em uma sociedade pós-industrial⁵, pelo peso que têm tido às atividades comerciais e de serviços na dinâmica social. Nesse caso, mais do que produzir, é preciso hoje informar e circular o que está sendo produzido. Ainda que seja essa uma afirmação de forte significado, dada a possibilidade de sua constatação empírica, não

se pode deixar de atribuir importância à atividade industrial, enquanto atividade de transformação e de produção de bens necessários à vida.

As atividades produtivas tendem a ocupar áreas específicas na cidade, fazendo parte da paisagem urbana. Assim, pode-se dizer que na cidade há uma divisão territorial do trabalho, que é a destinação de áreas prioritariamente para determinadas atividades, acarretando o aparecimento de zonas residenciais, zonas industriais, zonas comerciais e outras. Nas grandes cidades de hoje nem sempre se pode falar em zonas de atividades específicas, pois na maior parte das vezes o crescimento acelerado das cidades e a dinâmica e complexidade da vida urbana levam à construção de zonas mistas.

Outro elemento da dinâmica interna da cidade é o da *circulação* das pessoas e objetos (mercadorias). Para que a vida nas cidades possa ocorrer, é preciso que as pessoas circulem por sua malha para participar individual e coletivamente de sua produção e de sua própria vida. As pessoas saem e voltam de suas casas porque buscam em outros lugares a satisfação de suas necessidades e de necessidades da cidade em geral: para trabalhar, para festejar, para consumir material e simbolicamente a cidade. Em função disso é que se organizam os meios de consumo coletivo, que podem ser: as escolas, os hospitais, as áreas de lazer, espaços culturais, a infra-estrutura urbana, os meios de comunicação, os meios de transporte.

Entre os meios de circulação, o transporte, especialmente o transporte coletivo, é atualmente de grande importância na dinâmica das cidades, para o desenvolvimento das atividades produtivas ou não. A esse respeito, algumas preocupações são prioritárias na estruturação da cidade, como: planejar a largura das vias de circulação conforme a densidade (número de ônibus) prevista para a área; dispor, na paisagem urbana, de informações do sistema de transporte de maneira simples e clara, para todos; manter em condições boas de funcionamento os próprios ônibus, os locais de

acesso a ele e, a mais importante de todas, oferecer quantidade e qualidade compatível com a demanda.

Outro elemento de extrema importância na configuração interna da cidade é a *moradia*. As moradias mudam com o tempo, em função de diferentes concepções sociais, culturais, arquitetônicas, mas, a diversidade maior entre elas não está relacionada a essas concepções. Há uma variação de habitações no mesmo tempo e no mesmo espaço porque há uma variação na capacidade de pagar pela casa e pelos equipamentos e serviços coletivos. As unidades de moradia são, então, de tipos diferentes em função de diferenças existenciais e sociais concretas. Têm-se, assim, desde as mansões e apartamentos luxuosos às favelas, ocupações e cortiços.

A sistematização inicial da estruturação interna de uma cidade teve a função de encaminhar o raciocínio para o olhar que o cidadão tem ou pode ter para a cidade. Ou seja, destacaram-se tópicos com mais potencial para a formação da cidadania: a produção, a circulação e a moradia. São elementos da dinâmica interna da cidade que condicionam e produzem práticas cotidianas dos cidadãos na cidade, podendo orientar a organização de temas de estudo da cidade na escola, como os que serão considerados a seguir.

2- TEMAS PARA O ESTUDO ESCOLAR DA CIDADE

1º Tema: Cidadão e o habitar da/na cidade

Esse tema refere-se ao exercício de *habitar* na cidade, de compreender sua lógica e sua história. O direito de habitar é mais do que de morar, é morar bem, frequentar a cidade, morar com dignidade, ter acesso aos bens da cidade, poder exercer seu modo de vida, ter o direito de produzir cultura, construir identidades.

A cidade é, para os crianças e jovens em idade escolar, em primeiro lugar, a sua morada, o seu abrigo. Ela é o lugar no qual as

peças produzem sua vida cotidiana mais elementar, em casa, em sua privacidade, na convivência de seus amigos e familiares. Esse aspecto afetivo da moradia é tão fortemente vivido por crianças e jovens que chega a ser fator predominante em sua definição de lugares em que gostariam de morar⁶. Isto leva a considerar esse aspecto como prioridade nas ações de formação do cidadão para a vida urbana, apostando que daí se pode extrair elementos para a introdução de aspectos mais estruturais da moradia, como a lógica da propriedade privada do solo, o processo de valorização do solo urbano, a história da política habitacional no país, o processo de segregação urbana.

Em segundo lugar são importantes a observação e análise da moradia através da leitura de sua paisagem. Essa idéia de estudar o espaço através da paisagem já é corrente na produção da ciência geográfica dos últimos anos. Porém, o que ressalta nesse texto, ao buscar focar a experiência cotidiana de crianças e jovens com o espaço de sua cidade, é a necessidade de se aprender a fazer a leitura da paisagem geográfica da cidade. Nessa direção, Lefebvre compara a cidade a um livro, a uma escrita, a um sistema de significações, considerando sua especificidade da seguinte maneira:

Sobre esse livro, com essa escrita, vêm se projetar formas e estruturas mentais e sociais. Ora, a análise pode atingir esse contexto a partir do texto, *mas este não é dado*. Para atingi-lo, impõem-se operações intelectuais, trabalhos de reflexão (dedução, tradução e transdução). A totalidade não está presente imediatamente nesse texto escrito, a Cidade (grifo meu) (1991: 48).

Esse autor alerta para o fato de que é possível ler a cidade porque ela se escreve, porque ela é uma escrita, mas, para tanto, não basta examinar o texto, deve-se recorrer ao contexto, que para ele é aquilo que está sob o texto, “a

vida cotidiana, nas relações imediatas, o inconsciente do ‘urbano’ aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados” e aquilo que está acima desse texto, as instituições, as ideologias (LEFEBVRE, idem, ibidem, p. 55/56).

Algumas constatações podem ser feitas, nas particularidades das cidades. Por exemplo, Goiânia é uma cidade nova, moderna e planejada. Suas formas modernas não são grandes resistências a mudanças de funções ou mesmo à reestruturação de áreas, como duplicação de vias, instalações de grandes equipamentos públicos, construção de grandes e modernos prédios, em suas áreas mais antigas e centrais. Seu centro se revitaliza através de suas obras constantes e de vulto e seus bairros crescem assustadoramente com edificações residenciais e outras. Goiânia é uma cidade em construção, é uma obra constante, resultando numa verticalização intensa possível de ser observada pela paisagem. A consolidação dessa cidade moderna tem levado a uma grande segregação espacial. Nas ruas centrais e dos bairros que circundam esse centro nuclear da cidade, por exemplo, vão sendo “instaladas” edificações amplas, altas, de alto padrão de construção, modernas, difíceis de conviver com habitações modestas, mesmo que sejam os cortiços típicos de áreas centrais das grandes cidades brasileiras. E as moradias dos pobres são empurradas para uma periferia escondida dessa modernidade⁷. Nas periferias vão se processando, de modo disperso e fragmentário, as chamadas “invasões”

Esse processo de segregação sócio-espacial, dividindo a cidade em áreas mais centrais e ricas e uma periferia pobre cada vez mais distante, é fenômeno comum nas grandes cidades, mas em Goiânia esse processo é particularmente intenso, fazendo com que um olhar de visitante, um olhar menos atento, um olhar de criança e jovem em formação veja nela uma cidade de 1º mundo, sem grandes desigualdades sociais, sem grandes problemas habitacionais. A compreensão desse processo de segregação

é objeto da formação do cidadão para a vida na cidade.

2º Tema: Cidadão e os lugares da cidade

Esse tema de estudo da cidade aponta para o direito do cidadão de viver na cidade, circular pela cidade e seus lugares, de consumir lugares e de consumir nos lugares, de usufruir desses lugares.

A relação da criança e do jovem com a cidade em que vive pode ser entendida como uma relação com o lugar, ou, numa cidade grande como Goiânia, com os lugares. Como entende Carlos (1996), a apreensão da cidade, como um lugar, enquanto o espaço tornado familiar, com o qual se tem identidade, na relação do local com o global (CAVALCANTI, 1998), torna-se difícil nas cidades grandes. Deste modo, deve-se então buscar a relação do cidadão com os diferentes *lugares* da cidade. Ao viver em uma cidade, o cidadão circula por seus lugares e constrói uma relação com eles, uma relação cotidiana ativa e interativa. Essa relação constrói os próprios lugares e são por eles construídos. Alguns destes são privados, dele, cidadão, ou de seu grupo de convivência, outros são privados, de outros, outros são públicos, seus por direito. No seu cotidiano de relações com a cidade e seus lugares, o cidadão (em particular, a criança e o jovem) vai construindo uma geografia, a sua geografia, mas ele o faz sem, muitas vezes, ter consciência disso, ou seja, sem reconhecer essa geografia que constrói e reconstrói. Seja como for, essa relação com os lugares está sempre ocorrendo, e uma apreensão mais ampla desses lugares e da própria cidade permite que ele lute mais e melhor pelos seus direitos de circular pelos lugares e de consumi-los.

A percepção da cidade, pelo caminho da observação de suas paisagens por crianças e jovens, permite distinguir os lugares de consumo (restrito ou geral), os lugares interditados, os lugares permitidos. A forma dos lugares, expressa pelas paisagens, tem aspectos culturais e subjetivos:

uma dimensão estética, uma dimensão afetiva, que tem a ver com a identificação emocional das pessoas com esses lugares. O aspecto afetivo remete à noção de privacidade, de permissão, de território. Mas, há a distinção entre lugares privados e públicos. Nos lugares privados as dimensões estética e afetiva são privativas dos "incluídos" conseqüentemente geram interdição e estranhamento dos "excluídos" E os lugares públicos? Como são construídos? Como são produzidos no cotidiano? Se a lógica de produção da cidade é resultante da contradição entre a lógica do capital e a do cidadão (CAVALCANTI, 1993), conseqüentemente os lugares são produzidos segundo essa lógica. Sua produção mais democrática no sentido de atender aos interesses do cidadão, de conduzir e permitir realmente o uso público depende da qualidade da ação individual e coletiva dos cidadãos nessa direção.

A observação das grandes cidades brasileiras, com suas mensagens, símbolos e normas, fornece indícios de interdição da circulação à cidade para alguns e privilégio da circulação para outros. Goiânia não é diferente. Suas ruas, os cruzamentos de ruas em rotatórias sem sinalização para pedestres, a organização do trânsito, são exemplos que mostram bem o privilégio da circulação para os que têm carro. Mesmo as calçadas, legalmente destinadas à circulação de pedestres, encontram-se sempre cheias de carros estacionados, inclusive em estacionamentos planejados pelos comerciantes e prestadores de serviços para atender melhor às necessidades de seus clientes. Essa interdição tem a ver com segregação social, com segregação urbana: segregação de lugares nos pequenos interstícios da cidade, que ocorre por entre as ruas, calçadas, lojas, prédios e outros equipamentos urbanos; segregação de áreas inteiras, bairros inteiros "destinados" à classe alta, "impedidos" de circulação ou de usufruto pelos cidadãos em geral; segregação de áreas inteiras "destinadas" à classe baixa, às vezes baixíssima, destituídas muitas vezes até do direito de receber serviços públicos mínimos, como correio, telefone público, entrega de objetos de consumo. Nes-

As áreas só circulam seus moradores, já que a “dificuldade” de acesso e o medo da violência e da pobreza afastam as outras pessoas.

A cidade pode também ser lida e compreendida através de seus lugares de manifestação de identidades e de resistência, particularmente a que acontece em lugares públicos. São as ruas, as praças, os parques, os lugares mais democráticos do ponto de vista do acesso de todos os habitantes, são lugares propícios às manifestações de identidade e de resistência, tanto individuais expressas nos habitantes das ruas da cidade (mendigos, bêbados) como coletivas, expressas nos pequenos grupos, com suas formas de manifestar suas diferenças (caso por exemplo dos territórios de gangues, de crianças de rua, de comércio informal ou camelô). Além disso, os grupos maiores encontram nesses lugares espaço para expressarem posições ou reivindicações (caso dos grupos de categorias profissionais que, quando em greve, se aglomeram e se manifestam pelas ruas, ou caso dos grupos culturais que se reúnem nas ruas para organizar festas populares).

Importa para a criança e o jovem entender como sua cidade inclui esses lugares, como os gestores se comportam diante desses lugares e de suas diferentes possibilidades de uso e como os cidadãos, em geral, aí se comportam. Se, como diz Lefebvre (1991), a cidade é um lugar de encontro, de festa, ou, como diz Santos (1997), é um lugar da co-presença, é de se esperar que a cidade se abra aos seus habitantes para que eles se manifestem, sozinhos ou em grupo, pelas suas ruas, praças. A cidade grande, de um modo geral, contém muitos desses lugares, porém a grande concentração de pessoas e a diversidade de interesses acabam dificultando o pleno uso de alguns deles, principalmente daqueles que se localizam nas áreas mais centrais. A dinâmica da circulação nessas cidades vai gerando inúmeras regulamentações de seu uso, como nesse caso das manifestações coletivas⁸. A lógica da cidade, a articulação das suas diferentes esferas – a circulação, a produção, a moradia – a concentra-

ção de objetos técnicos, levam à necessidade de uma gestão que busque a viabilização da própria cidade, o que significa trabalhar com suas contradições, a partir do contexto dos movimentos sociais e das relações de poder apresentadas. É nesse aspecto que o conhecimento da cidade e a compreensão dos direitos ao seu usufruto podem ajudar os cidadãos a se organizarem para compor forças nas ações de regulamentação da cidade e de seus lugares no sentido do uso democrático, do maior acesso a ela, do não privilégio do capital, da não racionalização do espaço, com base unicamente nos interesses de quem tem dinheiro para usufruir da cidade.

A informação é um outro aspecto igualmente importante, quando se pensa na relação do cidadão com sua cidade e na sua capacidade e possibilidade de se educar com ela ou de se educar para ela. Os lugares da cidade contêm informação, o que dá à ela uma dimensão simbólica. A busca de informação e a ação de informar fazem parte das atividades cotidianas da cidade e de seus moradores. Mas, não é uma atividade da mesma magnitude para todos. A cidade, como conjunto de ações e objetos, como “ambiente construído” (SANTOS, 1997), é plena de sinais, signos, símbolos, que estão à disposição de seus “usuários” desde que estes saibam decifrá-los. O pleno uso da cidade e o exercício do direito de circular por ela requerem dos cidadãos uma determinada formação, (escolar ou extra-escolar) que lhes possibilite os instrumentos necessários à leitura da cidade. A falta dessa formação para todos, em função das grandes desigualdades existentes, por exemplo, acentua o caráter segregador dessas cidades. Além disso, a gestão da maior parte deles leva em conta as necessidades dos mais ricos, razão pela qual em suas ruas e lugares não há demonstração da busca de facilitar o acesso simbólico e material da maioria dos cidadãos aos diversos lugares da cidade.

A despeito de não saberem “ler” plenamente a cidade, as pessoas, na maior parte das vezes, concordando com Linch (1988:14), não

se perdem nas cidades. Mas, a tentativa de evitar essa experiência talvez seja uma das razões da pouca mobilidade dos habitantes das grandes cidades, principalmente os mais pobres, os que moram nas periferias (que são os que menos sabem ler a cidade)⁹.

3º Tema: Cidadão e o consumo na/da cidade

A cidade é o lugar privilegiado do consumo, consumo de massa, consumo coletivo, individual, de elite. É um lugar em que se concentram todas essas práticas. Na relação cidadania/consumo na cidade destaca-se a discussão sobre o direito de participar da produção e de consumir o que foi produzido. A defesa do acesso democrático aos bens produzidos pela sociedade tecnológica é algo já bastante presente, porém, a experiência cotidiana dos cidadãos da cidade grande (ou pequena, tanto faz) é a de uma distribuição bastante desigual desses bens, é a de um acesso muito restrito desses bens por parte de um segmento cada vez menor da sociedade.

A constatação dessa contradição entre o desenvolvimento cultural, econômico, tecnológico da sociedade em geral e o estado de precariedade de grande parte da humanidade é frequente e bastante tratada na literatura corrente. A razão de trazê-la aqui é a necessidade de ressaltar sua incidência no espaço da cidade e na vida cotidiana do cidadão, particularmente de crianças e jovens. A explosão quantitativa e qualitativa de objetos técnicos e culturais na cidade, resultante do desenvolvimento da sociedade atual, é tão importante que chega a poluir o ambiente urbano. Do ponto de vista ambiental, isso não deixa de ser um grande problema, mas, do ponto de vista social, é uma violência, principalmente para os mais pobres, para os mais frágeis, que não têm saída, a não ser repartir os seus lugares com esses objetos, os quais nem sequer usufruem.

Nos moldes como a sociedade tem encaaminhado seu crescimento, não há como fugir do consumo, da prática do consumo, consumo ligado ao circuito produtivo e econômico, consumo

que custa dinheiro, seja na produção das necessidades básicas materiais da vida cotidiana, das necessidades básicas não materiais ou das necessidades não básicas, sofisticadas, materiais ou não. E a experiência cotidiana das pessoas com o consumo é vivida pela maioria como se se estivesse numa corda bamba, salvando-se da sedução do consumo impossível e da crueldade do consumo fácil para uma pequena minoria mais rica.

É nesse contexto, particularmente na cidade, que o cidadão e o conceito de cidadania são muitas vezes entendidos como equivalente ao de consumidor (SANTOS, 1987): ser cidadão, nesse caso, é ser consumidor; só é cidadão quem é consumidor; quem não consome não pode ser cidadão, não pode reclamar seus direitos, não tem de pagar impostos, não tem deveres, nem com o Estado nem com outros habitantes da cidade.

Não se pode sustentar essa equivalência reducionista numa visão democrática de sociedade. O consumo é ingrediente da cidadania. Ao consumir, o indivíduo constrói sua cidadania. Mas esse consumo não pode ser entendido apenas do ponto de vista das necessidades individuais e supérfluas, pois o consumo integra a prática cotidiana da vida, do ponto de vista cultural, material, social. Nesse sentido, é direito de o cidadão consumir, usar, usufruir material e simbolicamente de sua cidade, de tudo que ela tem, apreciar seus lugares, ter condições para apreciar suas paisagens, seus lugares públicos, compartilhar com outros do consumo desses lugares, além de ter direito de consumir na cidade, consumir de fato seus objetos (nas lojas, supermercados, áreas de lazer, cinema, museus). Todavia, como alerta Canclini (1997), o consumo pode ser pensado como elemento, dimensão da cidadania. Propõe vincular o consumo com a cidadania por considerar que a prática do consumo pressupõe definição e seleção do que se considera valioso, do que se considera elemento de integração e de distinção social. Assim, lembrar que cidadãos são também consumidores leva a considerar a prática de consumo, na sua di-

mensão ética, estética, ecológica, um componente de uma concepção democrática da cidadania.

É útil, pois, a idéia de articular consumo e cidadania, pois do ponto de vista dos cidadãos e de sua vida cotidiana, o acesso aos bens econômicos é uma das vias concretas de vivenciar o direito à produção social, o direito à inclusão, o direito à participação. Além do mais, como o consumo é social, há um partilhamento de significados nos objetos de consumo (material ou não) e no consumo de objetos. Ele é elemento de comunicação entre as pessoas, mesmo que subordinado ao controle político, econômico e ideológico do mercado. Mas é, na possibilidade de se desenvolver um consumo mais autônomo e consciente, de uma prática de vida na sociedade contemporânea mais justa, mais criativa, que se permita inclusive a construção de identidades dos cidadãos. Canclini explica esse processo de ligar a atividade de consumo com a formação de identidades:

Nós homens intercambiamos objetos para satisfazer necessidades que fixamos culturalmente, para integrarmo-nos com outros e para nos distinguirmos de longe, para realizar desejos e para pensar nossa situação no mundo, para controlar o fluxo errático dos desejos e dar-lhe constância ou segurança em instituições e rituais. Dentro desta multiplicidade de ações e interações, os objetos têm uma vida complicada. Em certa fase são apenas 'candidatos a mercadorias', em outras passam por uma etapa propriamente mercantil e em seguida podem perder essa característica e ganhar outra (1996:64).

Não se pode desconsiderar a racionalização da prática de consumo na sociedade capitalista, que na expressão de Lefebvre (1991a) é uma "sociedade burocrática de consumo dirigido" mas, partilhando dessa prática de con-

sumo global, de massa, está o consumo que estrutura o modo de vida das sociedades, das cidades. Ramos (1998:134), buscando elementos do modo de vida do cidadão goianiense, aponta práticas urbanas de consumo de origem rural, talvez pelo fato de ser a capital de um Estado predominantemente agrário. Como exemplo, cita:

Basta lembrar que uma das maiores festas da cidade é a Exposição Agropecuária de Goiânia, realizada anualmente e que atrai milhares de visitantes. A maioria deles não tem qualquer ligação com os negócios que são realizados nesta feira. Mas vestem-se à moda *country* imitando o estilo *cowboy* norte-americano e gostam da música *country*. Ouvem e apreciam também a música sertaneja produzida no Brasil e na qual Goiás se destaca no lançamento de duplas de cantores desse ritmo que, hoje, fazem sucesso em nível nacional.

4º Tema: Cidadão e ambientes urbanos

Como já foi mencionado, o exercício pleno da cidadania significa, entre outras coisas, o direito ao ambiente. Trata-se do direito de construir e de usufruir de ambientes saudáveis, ecologicamente corretos, em todos os lugares, incluindo as cidades e o ambiente urbano.

Ambiente urbano é o lugar da cidade, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas, em constante mutação, e em relação de interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído. Nesse ambiente há uma interação complexa de configurações sociais, naturais, políticas, psicológicas.

As grandes cidades, costuma-se dizer, têm grandes problemas ambientais. Esses problemas se agravam em função da complexidade de ações, criações, produção, dos homens e mulheres que

nela circulam, vivem, passeiam, trabalham. Todas essas ações são responsáveis pela configuração ambiental da cidade. A cidade, enquanto trabalho humano, é a expressão da relação do homem com a natureza (a primeira e a segunda natureza). Assim, a construção de casas, de indústrias, o calçamento de quintais, o asfaltamento de ruas, a canalização dos córregos, levam à retirada da vegetação e dos animais ali presentes e ajudam a configurar o ambiente urbano, dando-lhe um aspecto peculiar, um aspecto de ambiente construído. A intensificação dessas ações, como no caso das grandes cidades, provoca alterações no ambiente, tais como:

À medida que diminui a capacidade de infiltração da água no terreno, as ações e criações urbanas provocam, nos dias de muita chuva, o acúmulo e a concentração de grande quantidade de água, as inundações, os deslizamentos de encostas, processos que se agravam com a acumulação de lixos residenciais e industriais.

A liberação para a atmosfera de grandes quantidades de fumaça e de gases tóxicos provoca, a médio e longo prazos, problemas respiratórios e de alergia nas pessoas.

A concentração de edificações urbanas, de letreiros, de sinalizações, de carros, acarreta poluição sonora e visual, apontada com fator de agravamento de problemas de saúde da população, como a tensão, o cansaço, o stress.

A retirada do "verde" e dos demais elementos da natureza da "convivência" na cidade têm levado à busca da população de áreas especialmente criadas para isso.

A concentração no espaço urbano das contradições e diversidades sociais, e a explicitação das diferentes condições de propriedade e de usufruto dos bens, que o ambiente oferece e mostra à vista, têm provocado a violência e a marginalização de determinados grupos da cidade.

Todos esses são problemas ambientais urbanos, na sua dimensão física e social, que tendem a se agravar com a grande concentração da

população em áreas urbanas e com a reprodução da lógica atual de produção do urbano. O agravamento desses problemas se dá em função da construção diversificada e complexa do ambiente urbano, com base em elementos físico/naturais do sítio urbano. Mas a dimensão social da questão ambiental urbana ganha relevância pelo imbricamento de vários elementos e pela constatação de que a experiência desses problemas não é igual para todos que moram na cidade, ou nela circulam. No complexo e ilógico (lógico) espaço da cidade podem ser encontradas, por exemplo, áreas de padrão ambiental residencial consideradas bastante adequadas ao lado de áreas de habitações precárias e de baixa qualidade ambiental.

Em Goiânia, o crescimento urbano desordenado, principalmente nas últimas décadas, favoreceu o agravamento de problemas ambientais, como por exemplo o surgimento de grandes boçorocas, denominação para um tipo de erosão, como atesta Nascimento (1994), ao relatar pesquisa no sítio urbano da cidade. Segundo a autora, apesar de possuir um relevo suave, com um sítio urbano favorável, há um grande volume dessas erosões em Goiânia, afetando a segurança das habitações, das vias públicas, das obras de patrimônio público, como galerias pluviais, pontes, áreas de hospitais, parques.

Em função do modo de vida urbano e de sua estrutura interna¹⁰, as cidades, principalmente as grandes, são hoje *locus* de alguns dos problemas ambientais mais graves e vitais, e que requerem soluções sempre imediatas, pois na maior parte das vezes afetam diretamente a vida cotidiana dos habitantes (não de maneira homogênea, já se disse). No entanto, essas soluções "imediatas" quase nunca são viabilizadas, seja pela própria lógica da construção do ambiente urbano, intimamente relacionada à lógica da economia urbana que articula interesses de diferentes segmentos da sociedade, na sob a égide de segmentos dominantes; - seja pela complexidade desse ambiente construído, que leva à construção de formas relativamente duráveis,

dispendiosas, objetos técnicos que permanecem muitas vezes como “rugosidades” na paisagem urbana e que são interdependentes a construção de um ou a alteração de outro objeto urbano nunca decorrem de uma ação isolada, na medida em que interferem em outros objetos e em outras ações¹; seja, ainda, porque a construção desse ambiente tem uma lógica cultural, o ambiente é construído no jogo entre poderes, interesses e práticas da sociedade com o ambiente, com a natureza; de um lado aqueles dominantes, os econômicos, de outro, aqueles que se expressam no cotidiano, como resistência ou como reprodução de uma determinada ordem, mas sempre expressando valores, hábitos, comportamentos individuais e coletivos definidos num processo de construção histórica da sociedade e que não se desfaz de pronto.

Como alerta Smolka, os problemas ambientais “não só não emergem da noite para o dia – exceto talvez nos fenômenos de saturação instantânea – como também não podem em geral ser resolvidos rapidamente” (1993:136). Esse raciocínio destaca a complexidade da tarefa social de “resolver” esses problemas e permite afirmar que tanto para atuar nas causas como nas conseqüências dos danos ambientais é fundamental que, além de lutas pela transformação mais estrutural da sociedade, haja preocupações quanto à formação humana para o exercício pleno do direito ao ambiente. A superação de determinados problemas do cidadão com seu ambiente urbano depende não

só de uma alteração do processo de estruturação interna da cidade, mas, também, concomitantemente, depende de mudanças de comportamentos sociais e culturais, o que, por sua vez, depende de mudanças nas percepções ambientais desse cidadão, destacando-se mais uma vez os jovens e crianças, pela possibilidade de compreender, de ler, de visualizar, de sentir melhor e mais integradamente o lugar de sua vida cotidiana, o lugar (ou os lugares) de sua cidade.

As idéias aqui desenvolvidas partiram de alguns pressupostos iniciais para o tema, dos quais se originaram temas de estudo da relação do cidadão com a cidade, na tentativa de, no plano teórico, separar e sistematizar um real – o espaço urbano – que é, na verdade, uma síntese. Considero esses temas como sugestões para um trabalho escolar no sentido de subsidiar a formação de conceitos de cidade e de espaço urbano pelo cidadão, jovens e crianças em idade escolar. Certamente existem ainda outros temas igualmente importantes para esse estudo e que requer pesquisa. Alguns temas já podem ser formulados, como: a cidade como um lugar de aprendizagem; a cidade como lugar de participação; a cidade e o acesso aos equipamentos públicos, a cidade e a preservação do ambiente no uso do espaço público. No entanto, os temas tratados nesse texto foram os que emergiram inicialmente da busca de referência para construir, na escola, ações docentes de Geografia que relacionem o tema da cidade com o de cidadania e com o do direito à cidade na sociedade contemporânea.

Notas

¹ Este texto compõe estudos preliminares para a pesquisa, em andamento, intitulada “O tema da cidade no ensino de Geografia em escolas de ensino fundamental de Goiânia” A preocupação com o tema decorre de trabalho realizado como tese de

Doutorado, defendida em 1996 e publicada posteriormente (Cavalcanti, 1998).

² “Ser cidadão não tem a ver apenas com os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram em um território, mas também com as

práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento, e fazem com que se sintam diferentes os que possuem uma mesma língua, formas semelhantes de organização e de satisfação das necessidades” (CANCLINI, 1995: 22)

³ A reflexão de Benevides é esclarecedora desse “princípio” democrático de direito à diferença: “O contrário da igualdade não é a diferença, mas a desigualdade, que é socialmente construída, sobretudo numa sociedade tão marcada pela exploração classista. É preciso ter claro que igualdade convive com diferenças – mas que não são reconhecidas como desigualdades, isto é, não pode existir uma valoração de inferior/superior nessa distinção. Em outras palavras, a diferença pode ser enriquecedora, mas a desigualdade pode ser um crime(1998: 166).

⁴ A paisagem urbana, como dimensão formal do espaço, não pode ser pensada separadamente desse espaço, ao contrário, tanto um como outro são interpenetrados, a forma urbana expressa as ações e relações sociais da qual resultaram, sendo ainda espacialidade que condiciona ou que produz práticas sociais determinadas, formando, assim, no conjunto dessas ações e formas (objetos), o espaço urbano.

⁵ Termos como sociedade pós-industrial, sociedade pós-capitalista, sociedade pós-moderna, revolução informacional, sociedade informacional, têm sido utilizados para denominar os fenômenos socioeconômicos, culturais e políticos que têm caracterizado a sociedade contemporânea.

⁶ Em pesquisa anterior (1998) identifiquei representações de alunos de 5ª e 6ª séries de escolas de Goiânia (de 12 a 14 anos) a respeito de seu bairro, sua casa, entre outros elementos do estudo geográfico. O objetivo era o de compreender atitudes desses alunos em relação ao bairro onde moravam ou onde gostariam de morar. As respostas destacavam bastante os aspectos afetivos nessa atitude, os significados simbólicos do lugar, como gostar do lugar em que moram em função da possibilidade de brincar com amigos, de estar perto da avó, ou, ao contrário, não gostar do lugar em função de ter “bêbado” na rua, de “bagunça” de “briga” O estudo apresenta uma consideração mais geral sobre os dados encontrados: “as crianças disseram que gostam de um lugar para viver, para morar quando esse lugar lhes oferece coisas que preenchem necessidades vitais, como: segurança, liberdade, afetividade, alegria e ludicidade” (1998:48).

⁷ Esse processo de segregação espacial é visível particularmente em alguns bairros da periferia mais

próxima da região sul de Goiânia, que tem sofrido uma valorização imobiliária intensa nos últimos anos. Nesses bairros é possível perceber na paisagem o processo de valorização em andamento, ao se encontrar ruas com mansões bastante luxuosas protegidas com altos muros, prédios de padrão médio e, ainda, teimando em permanecer num outro “tempo” alguns casebres que criam galinhas e plantam hortaliças protegidas por telas de arame. Esses contrastes foram destacados em reportagem de jornal local em um bairro: Com suas ruas estreitas seguindo uma seqüência lógica, que contrasta com avenidas largas, o Jardim América é um bairro onde a desigualdade social está evidente. Ao lado de uma luxuosa residência com piscina, encontramos um barracão paupérrimo” Diário da Manhã, 1-02-99, Bairros, p. 3.

⁸ Em São Paulo, por exemplo, a elevada incidência de manifestações de protestos nas ruas levou à criação de decretos municipais regulamentando essas ações. A preocupação principal parece ser a de que tais manifestações criam transtornos no trânsito da cidade, como mostra reportagem da Folha de São Paulo, de 21 de outubro de 1998. Como destaca a reportagem: “São Paulo teve 273 manifestações para 288 dias no período (entre janeiro e outubro de 98). Todas provocaram algum tipo de interferência no trânsito, o que levou a CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) a classificar os protestos como um novo agente causador de congestionamentos. (Folha de São Paulo, 2710/98, 3-6).

⁹ Em reportagem da Folha de São Paulo, os dados de uma pesquisa indicam essa pouca mobilidade da população mais pobre da cidade de São Paulo, destacando o sistema de transporte como fator de “inibição” dessa mobilidade. A manchete diz o seguinte: “Mais ricos usam 9 vezes mais as ruas”, e em uma de seus destaques apresenta o “caso” de uma moradora da cidade que vive há 41 anos na cidade sem ter conhecido a Av. Paulista. Folha de São Paulo, cad. 3, 4/5, 27-09-98.

¹⁰Smolka (1993) destaca, como ingredientes dessa estrutura, a justaposição ou concentração espacial, a escala e diversidade de funções e sua base na forma de ambiente construído.

¹¹Por exemplo, numa cidade como Goiânia, cidade nova, planejada, com formas urbanas bastante favoráveis às inovações técnicas exigidas pela modernização de seus lugares, tem também a característica de uma cidade que cresce de modo bastante veloz, velocidade facilmente visualizada em sua paisagem em permanente construção e reconstrução. Nesta cidade, a intensidade da construção do ambiente urbano, conforme a lógica de uma

cidade capitalista, evitar problemas ambientais significa, entre outras coisas, praticar ações institucionais mais globais, que considerem a interdependência na modernização de bairros, por

exemplo, de ações de asfaltamentos de ruas, esgoto, água, área de depósito de lixo, canalização de rios, espaços públicos de lazer, definição de linhas de transporte urbano, entre outras.

Bibliografia

- BERNET, Jaume Trilla. Ciudades Educadoras: bases conceptuales. In: *Cidades educadoras*. Curitiba/PR, Editora da UFPR, 1997
- BENEVIDES, Maria Vitória. Educação para a cidadania e em direitos humanos. *Anais ENDIPE, Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino*. Águas de Lindóia, SP, 1998.
- BRAGA, Rosalina. *Conhecendo a cidade pelo avesso, o caso de Salvador*. Belo Horizonte, Del Rey, 1994.
- CARLOS, Ana F. A. *A cidade*. São Paulo, Contexto, 1992.
- _____. *O lugar no/do mundo*. São Paulo, HUCITEC, 1996.
- CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e cidadãos*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.
- CAVALCANTI, Lana de S. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. São Paulo, Papyrus, 1998.
- _____. Elementos de uma proposta de ensino de Geografia no contexto da sociedade atual. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, Editora da UFG, 13 (1), jan./dez., 1993.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes, 1991.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática, 1991a.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- NASCIMENTO, Maria Amélia. Erosões urbanas em Goiânia. *Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, Editora da UFG, 14 (1), jan./dez., 1994.
- RAMOS, Márcia Eliane. *Espaço urbano e modos de vida: um estudo de caso sobre lazer e modos de vida em Goiânia*. Dissertação de Mestrado. Goiânia: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais/UFG, 1998.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo, Nobel, 1987
- _____. *A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, HUCITEC, 1997
- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO. *Escola para o século XXI*. Goiânia, Editora Hagaprint, 1998.
- SMOLKA, Martim O. Meio ambiente e estrutura intra-urbana. MARTINE, George (org.) *População, meio ambiente e desenvolvimento*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1993.
- VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. Rio de Janeiro, Record, 1997.
- Jornais:
- Folha de São Paulo*. São Paulo, 27 de setembro de 1998.
- _____. São Paulo, 27 de outubro de 1998.
- Diário da Manhã*. Goiânia, 1 de fevereiro de 1999.



CRÍTICA À APOLOGIA DOS OBJETOS

Paulo Cesar Scarim

RESUMO:

Em nenhuma outra época a humanidade produziram-se tantos objetos. Sobre esta afirmação é necessário que recaia uma análise. Os reflexos deste fato sobre as noções e conceitos do pensar geográfico é o centro deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE:

Objeto técnico, razão, conceito, espaço geográfico e modernidade

ABSTRACT:

In no other time men has produced so many objects. It is necessary to analyze this affirmation. The reflection of this fact on notions and concepts of geographical thoughts are the center of this article.

KEY-WORDS:

Technical objects, reason, concept, geographical space and modernity

No nosso entorno nos relacionamos com um conjunto de objetos, que povoam nossa percepção, nossos pensamentos e nossos sonhos. São pensados como realizadores de nossos anseios e acabam-se colocando como a marca do homem do final deste século (um computador, um carro ou um celular). Sendo a base de nossa percepção, este mundo dos objetos torna-se a base dos conceitos do entendimento. É sobre este neo-determinismo artificial, ou a apologia deste, que este texto busca descortinar.

O primeiro ponto de partida, que se põe de imediato, para se construir a crítica, é a separação homem - natureza. Este é um marco ontológico, pois no processo de humanização, pelo trabalho, o homem transforma a natureza, e também se (auto) transforma, se auto-definindo a partir de sua diferenciação real com a natureza. Na produção material do seu mundo o homem toma consciência

de si. A auto-consciência humana aparece na história como a separação do seu diferente, a natureza. Esta foi a condição da emancipação humana com relação à natureza: o processo de trabalho, o desenvolvimento da técnica e da linguagem. Com a exteriorização humana, ou seja, a produção de um espaço, de objetos com a forma humana, acompanha, e é o meio, desta humanização. Mas este é um princípio genérico, ou seja universal.

Nesta construção teórica é possível identificar o grande projeto da razão: libertar o homem, identificando-o em relação ao outro. E isto significou um projeto de dominação deste outro, entendido tanto como a natureza externa ao homem (com seus ciclos, violências...), como o que há de natural no homem (o que há de bárbaro, seus ciclos, seus desejos, seus instintos...) e também o outro que vem do estrangeiro (o outro homem, o desconhecido, o artista...).

Como primeiro marco podemos, portanto, identificar a liberdade humana enquanto o processo de produção do mundo do homem, de onde, se destacam a técnica, o saber e a comunicação, tendo como essência o trabalho, ou seja, a prática material.

Um segundo marco, base da modernidade e particular a um período histórico, é aquele no qual o homem domina o outro homem diretamente e através da dominação dos meios de vida humana: dos bens naturais, dos instrumentos e do espaço construído.

Assim o trabalho que a princípio significa a exterioridade da humanidade, condição de sua auto-consciência e de sua liberdade, passa a ser estranho ao próprio homem trabalhador, que não mais possui nem a condição nem o produto do seu trabalho.

Desta forma a exteriorização (a condição da auto consciência, a obra humana, o espaço produzido, os objetos, assim como os meios para esta realização) sob o regime da propriedade privada e do trabalho autômato e assalariado deixam de ser fins para ser o meio de realização da dominação, da exploração e da acumulação capitalista. Esta é a base da sociedade capitalista e através dela o mundo humano passa a ser a clausura humana.

Quando a ciência se alia ao poder e busca viabilizar a expansão desta base, a técnica e a comunicação assumem o papel político de administração do mundo.

Seu método e sua linguagem passam a ser a da coesão, da ordem e da coerência. Funda-se sobre a hierarquia, a divisão do trabalho e a dominação. E procura transformar o desigual em equitativo e o contraditório em sistema. Indústria e ciência passam a ter a mesma racionalidade: a do progresso, a do desenvolvimento.

Um terceiro marco, apenas como atualização dos primeiros, se elabora quando o sistema de produção de mercadoria e de acumulação capitalista necessita para se auto reproduzir sair da fábrica, pois fica claro não somente que é necessário produzir mercadorias como

também produzir o homem consumidor, e também que é necessário e possível transformar em mercadorias espaços e tempos que ainda não estavam incorporados totalmente ao sistema. Assim, não somente o homem passa a ser instigado a consumir tudo o que necessita para viver, como também seu tempo livre, e não somente seu tempo de trabalho, passa a ser tempo útil, como consumidor.

O mesmo movimento que faz o capitalismo ser mundial faz o espaço ser vendido em parcelas e faz com que para cada momento da vida seja criado uma mercadoria. Por isso modernização, modernidade e metropolização não se separam, mesmo podendo ser distinguidos separadamente. A infra-estrutura do capitalismo se apodera pouco a pouco de todas as instâncias espaço/temporais da vida, se transformando em infra-estrutura da vida.

A forma racional da ciência e da técnica, ou seja, a racionalidade materializada nos sistemas de ação racional com respeito a fins acaba constituindo uma forma de vida, uma totalidade histórica de um mundo de vida. Esta racionalidade procura definir a vida, definir o mundo, a partir de conceitos e da lógica pela qual esta racionalidade se define. Da mesma forma, a mercadoria se veste de vida, a partir da propaganda, se envolve de sentimentos, sonhos e fantasias. O mundo coisificado, ou seja, o mundo dos objetos, o sistema construído a partir da racionalidade instrumental, procura se auto definir como o mundo, a totalidade mundo, se auto proclama a humanidade.

Esta racionalidade se torna totalitária quando busca se apoderar do mundo todo, dos sonhos, quando procura definir o que é racional e o que não é racional, procurando dominar tempos e espaços, definindo-os como racionais, irracionais ou arcaicos. A ciência, com sua parcialização e especialização, se identifica com este movimento. Foi sua explicação que criou para ele uma linguagem, uma cidade, um logos.

Um quarto marco ("em parte real, em parte virtual"), seria quando este mundo dos objetos

se instaura como totalidade. Quando a ciência, a tecnologia e a informação formam a base técnica da vida social atual, formando o meio de vida do homem, instalando um novo sistema de natureza. O meio no qual fertiliza as condições de expansão do tempo hegemônico, onde os objetos técnicos e as ações racionais e ajustadas procuram dominar. Esta cientificização, tecnicização e informatização dos espaços e das ações formam um neodeterminismo do espaço artificial. E é a partir dele que nossa análise deveria começar. Mas foi necessário antes pensar o pensamento, injetar na razão um questionamento, pois este corre o perigo de ser simples racionalidade.

Este é o trajeto do empobrecimento e da dissolução do sujeito enquanto consciente de si pelo reconhecimento na sua obra e na natureza não dominada, pois transformada em meio, em consumidor. Mas também é o empobrecimento e a dissolução do objeto, que de obra passa a ser uma coisa reproduzida em qualquer escala, pois reduzida à matéria, materialidade pura, despojada de sentido, uma mercadoria. A liberdade do sujeito passa pela libertação do objeto, restituindo seu sentido e o sentido de sua produção. É necessário recusar a falsa aura, o falso encanto que o objeto mercadoria se atribui através da publicidade e se instala no mundo desencantado em que reina a mercadoria sem qualquer significação.

Podemos portanto visar três faces no objeto. Uma, esta falsa aura que a mercadoria lhe atribui, um não ser querendo ser, querendo ser desejado, ser possuído, querendo ter nome, ter sentido. Um Eros objetificante, energia desperdiçada, direcionada para a posse de objetos.

A segunda face é o objeto sem sentido, objeto alienado, desvalorizado, o objeto em ruína. O objeto como ruína, a cidade como um super-objeto como ruína, é a imagem daquilo que foi destruído pelos opressores, daquilo que foi construído com os escombros. É o objeto como memória, recapitulação do sofrimento, monumento das catástrofes. A cidade é o palco alegórico da modernidade e os dramaturgos são

os objetos fetiches do capitalismo, as mercadorias, que automatizadas procuram determinar o destino do homem, esvaziando-o, e querendo assumir um rosto humano. Reino do inorgânico quer ser visto como orgânico, pelos seus invólucros. A essa humanização sentimental da mercadoria opõe-se sua metamorfose alegórica.

Uma terceira face é aquela que representa algo que transcenda a mera existência imediata do valor de troca e do valor de uso, representando uma perspectiva de desalienação. O valor de uso não é a negação da mercadoria e sim pelo contrário seu suporte material, que serve de base às fantasmagorias do fetichismo.

A salvação do objeto é possível privando-o não somente de seu valor de troca mas também de sua utilidade. Extraíndo-o do seu processo produtivo, no qual as coisas recebem seu valor e do processo de circulação, no qual são consumidas, realizando sua utilidade. A salvação do objeto é possível arrancando-o de suas conexões espaço-temporais, pois são conexões impostas pelo poder e pelo saber. Conexões que são base para todo um arcabouço de conceitos, e como os conceitos dos dominadores sempre foram o espelho no qual se refletiu a imagem de uma ordem, é necessário repensar os conceitos.

A vontade é fundamental para superar a objetificação. Vontade de criar um possível mais além do atual. Vontade de transbordar o devir nadificante. Resgatando o sentido da vida e a vontade de viver. A vontade não é inesgotável e não transcende a um ser exterior ao mundo, posto que se esgota na decadência e no niilismo moderno, mas que disto mesmo nascem nossa consciência e nossa liberdade, o que nos coloca a necessidade do resgate das possibilidades gestadas no passado e não concretizadas (memória) e o pensar livremente o presente (ente). O que significa obrar para a eternidade, dando à existência uma densidade infinita, precipitando a decadência, superando o niilismo, lembrando que há sempre um pouco de loucura no amor, e há sempre um pouco de razão na loucura.

A geografia, e os geógrafos não podem deixar de lado a tarefa de perscrutar os seus conceitos e sua base de pensamento sobre o mundo atual. Não pode simplesmente querer ser o espelho "cartesiano" do mundo. A modernidade, nos ensina W. Benjamin, coloca na frente deste espelho a vitrine. Diferente da metáfora do espelho, da relação direta entre o homem e a natureza, a metáfora da vitrine coloca a questão do fetiche. Já Hegel advertia da necessidade de uma força enorme que se desenraizasse do imediatamente terreno.

Neste tempo de obscuridade do sujeito e de crise da centralidade do trabalho, a geografia corre o risco de ser uma metáfora espacializante do reino glorioso da mercadoria. É possível identificar em escritos que, na busca desenfreada do princípio da empiria e da descrição, inadvertidamente fazem o discurso da tal globalização.

Não se perguntam se as palavras e os conceitos não possuem origem e significado e que pensar o pensamento (aquilo que atravessa a cabeça do homem) é o preceito basilar de se fazer ciência. A ciência não é o empírico e o empírico não é o real, de imediato. Neste caso não é possível suprassumir as mediações.

"Entre" o objeto fetiche e o objeto ruína é mister que se levantem, assim como o crepúsculo e a vigília, os sinais da singularidade. Em parte já anunciada pelas (re)descobertas do lúdico, do tempo livre, do lugar, da solidariedade, entre outros menestréis que clamam aos sensíveis por uma epistemologia geográfica menos eirada.

Para a Geografia estar "viva" talvez seja necessário ao mesmo tempo que desconfiar dos sinais, numa sabedoria matuta, desviar o olhar da florescência dos apologistas dos "novos objetos ultra tecnológicos modernos" (sic).

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. *MAGIA E TÉCNICA, ARTE E POLÍTICA*. Obras escolhidas. Ed. Brasiliense, S.P., 1985

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. Ed. Hucitec, S.P., 1996

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*.

Ediciones Península, 4ª Ed., Barcelona, 1978

ROUANET, Sérgio Paulo. *Édipo e o Anjo*. Itinerários freudianos em Walter Benjamin. Ed. Tempo Brasileiro, R.J., 1981



FORMAS E ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA REGIONAL EM GEOGRAFIA

Márcio Mendes Rocha

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta metodológica de pesquisa regional, a partir do uso misto de técnicas qualitativas e quantitativas. Discute-se, para tanto, a necessidade de avaliar as condições objetivas de reprodução das ciências, ou seja, condições financeiras, materiais, infra-estruturais, além de desenvolver uma avaliação histórica das áreas do saber geográfico e dos métodos subjacentes a estas áreas. São discutidos também a parte operacional da pesquisa, seu caráter de trabalho coletivo, dando ênfase na qualidade das relações estabelecidas entre os participantes da equipe com os eventuais entrevistados, e na importância da consistência de um projeto político mais amplo que envolva o grupo de trabalho. Por fim é feita uma rápida avaliação sobre as condições político/econômicas que levaram às reflexões deste artigo.

PALAVRAS-CHAVE:

regionalização, técnicas de pesquisa, pesquisa em equipe, geografia política, abordagem geográfica.

ABSTRACT

This text's objective is to present a methodological proposal for a regional research, from a mixture of a qualitative and quantitative techniques. This way, the necessity of valuing the objective conditions of sciences' reproduction is discussed, that is, financial, material, infra-structural conditions, besides developing a historical valuation of geographic knowledge's areas subjacent to these areas.

It's also discussed operational aspects of the research, its collective work character, emphasizing the quality of the relation established between the members of the group with fortuitous interviewed people, and the importance of the consistency of an ample politic project that involves the work group.

At last, it's done a brief valuation of politic/economic condition that led to the reflections present in this text.

KEY WORDS:

regionalization, research techniques, in-group research, political Geography, geographical approach.

Introdução

A geografia, há muito, vem abandonando a perspectiva regional de análise. Depois da crítica às monografias descritivas, que marcaram o período de 1930 a 1950 no Brasil, a opção de trabalho no âmbito dos grandes espaços ancorou sua

metodologia nas técnicas de investigação quantitativas, o que significou e até hoje significa, em grande parte dos trabalhos, uma perspectiva "institucional". ou seja, trabalhos vinculados a institutos, fundações, etc, que detêm o controle e/ou o financiamento da coleta de dados. A referência de dados para as investigações regionais, a

partir das técnicas quantitativas, fundamenta-se, basicamente, naqueles dos censos demográficos. Quais as conseqüências disso?

No caso brasileiro, a primeira questão que aparece é a confiabilidade dos dados (veja o caso dos dados do censo de 1991). Sendo previsto o censo de 10 em 10 anos, ele deveria ter sido aplicado em 1990, mas por questões de ordem política, do governo em exercício (Governo Fernando Collor de Melo), naquele ano, o cronograma de execução das enquetes foi postergado. Isso resultou, de início, em sérios problemas, pois quebrou a série decenal de coleta de dados, o que viesou as análises de processo, os estudos temporais.

Um segundo aspecto, não mais de cunho conjuntural, diz respeito ao empobrecimento das investigações de âmbito regional, em função da "bitola" estabelecida pelas variáveis elencadas nos questionários do censo. Neste sentido, a perspectiva de investigação do fenômeno passa, portanto, pela possibilidade de obter dados acerca dele, o que, efetivamente, desencadeia uma inversão dos procedimentos de pesquisa, ou seja, a determinação de uma investigação passando pela possibilidade de obtenção dos dados, o que, certamente, cerceia a criatividade científica.

Por outro lado, existe, fundamentalmente nas ciências humanas as *técnicas qualitativas de investigação*. Nascidas das pesquisas antropológicas, posteriormente incorporadas pela sociologia, psicologia, pedagogia, é hoje utilizada pelas várias disciplinas das ciências humanas. Esta técnica fundamentou-se basicamente nos estudos societais, ou seja, trata de universos sociais restritos (grupos étnicos, minorias, migrantes, etc.), o que BERTAUX, (1997) denomina de "mundo social". Existem, no âmbito da análise qualitativa, várias técnicas que podem e devem ser incorporadas pela geografia. A perspectiva histórico estrutural, bem como a fenomenológica, são paradigmas científicos que se orientam pelas técnicas qualitativas e desenvolveram um bom número de pesquisas em geografia humana.

Quando observamos o perfil da produção científica em geral e da geográfica em particular,

constatamos que ele é mediatizado pelas perspectivas teórico / metodológicas de seus pesquisadores e que estas atuam como instrumentos que otimizam uma construção ideológica do mundo. Ou seja, o investigador busca na base teórico metodológica, condições "objetivas" para interpretar o objeto de sua investigação em consonância com sua ideologia. Aqui, de certa forma, vemos uma diferenciação no que tange às ciências naturais e sociais.

O mito da neutralidade científica, o qual coloca a racionalidade instrumental acima das relações sociais, onde a ciência, ou o cientista veiculam socialmente uma postura neutra de sua produção científica, habitou e habita hoje, com menor grau, o universo acadêmico.

Na abordagem de fundamentação histórico-estrutural o pesquisador é visto como um agente transformador. Crítica, portanto, esta forma de modelização asséptica do mundo. Aqui, o método qualitativo operacionaliza tal perspectiva de forma satisfatória. TRIVIÑOS (1987) ressalta dois aspectos positivos da interpretação qualitativa sua dimensão desreificadora¹ e a quebra da neutralidade científica. A objetividade científica é mediatizada por uma ação política do produtor do conhecimento, a consciência de tal perspectiva traz uma postura qualitativamente diferente do pesquisador.

Métodos e Áreas - um corte que cicatriza.

De certa forma observamos que a dicotomização entre Geografia Humana e Geografia Física apresenta um nexo metodológico. As técnicas quantitativas, estatísticas habitando o mundo das geociências e uma parte dos geógrafos que tratam da Geografia Humana desenvolvendo seus trabalhos a partir de técnicas de investigação qualitativa.

A incorporação das técnicas qualitativas para os estudos de Geografia Humana é de certa forma recente entre os geógrafos brasileiros. No caso de estudos regionais, torna-se ainda mais raro. A perspectiva histórico/estrutural e a fenomenologia são os ramos mais importantes

que incorporam as técnicas qualitativas para o desenvolvimento de suas investigações.

No entanto, nem as áreas de Geografia Física e de Geografia Humana, nem as técnicas de investigação qualitativas e quantitativas devem ser vistas de forma dicotomizadas. O geógrafo pode (e deve) incorporar conhecimentos complementares acerca do espaço onde pretende investigar. E esta investigação pode aglutinar o uso de diversas técnicas.

Quando remontamos à história da epistemologia da geografia, grosso modo, passamos dos estudos positivistas do início do século para o nascimento de novos paradigmas na geografia, como a "New Geography" a Geografia da Percepção e a Geografia Radical.

Na década de 70 ocorre, no caso brasileiro, um rompimento de uma geografia fortemente acadêmica para uma geografia da práxis. Esta atua na transformação das velhas formas de produção geográfica. A chamada Geografia Crítica politiza a reflexão geográfica, contextualizando sua produção nas contradições conjunturais que se manifestam na sociedade. No final da década de 70, a polarização política é nítida. De um lado uma geografia teórica-quantitativa, modelizadora, que efetivamente incorpora um novo rigor metodológico e um novo status da produção geográfica, de cunho claramente oficial. Do outro, uma geografia marxista, histórico estrutural, contestatória mas que, em seu pragmatismo militante subestima a reflexão epistemológica da geografia apresentando um discurso político, em detrimento de um maior rigor científico.

O saldo deste embate foi positivo; no âmbito das organizações ocorreu efetivamente um processo de democratização. Um marco deste momento foi, no congresso de Fortaleza, as alterações estatutárias da Associação dos Geógrafos Brasileiros, que democratizou e fortaleceu a entidade.

Nos anos 90 as indeterminações político/econômicas de âmbito mundial, impactam sobre as ciências sociais, que efetivamente entram numa crise de paradigma, iniciando um retomar de concepções, como, no caso da geografia, a noção de pai-

sagem, e também o abandono de outras como, já no âmbito das Ciências Humanas, as concepções marxistas, o conceito de classes sociais, por exemplo.

A geografia, como era de se esperar, vive estas indeterminações e, de certa forma, ensaia novas sínteses.

A velha dicotomia entre geografia física e geografia humana desaparece, ou melhor, é absorvida por um corporativismo maior, a partir da pluridisciplinaridade, das grandes linhas de pesquisa como os estudos ambientais ou geociência. Com certeza, nesta década de 90, a fronteira, ou território do saber apresenta uma nova feição.

Observando pelas condições materiais para a reprodução da investigação científica, a alteração das relações com as entidades financiadoras de pesquisa, que neste período "racionaliza" e redesenha os subsídios para pesquisa reduzindo o tempo das bolsas e extinguindo algumas modalidades de financiamento de pesquisa está levando a um repensar do desenho das pesquisas e da exequibilidade dos projetos.

É a partir deste ponto que pretendo apresentar uma proposta de trabalho regional.

A investigação regional possível

Pela continentalidade do território brasileiro, a escala regional para as pesquisas geográficas estabelece sua pertinência. No entanto, as condições de se desenvolver uma pesquisa nesta escala, com autonomia e criatividade, deve partir de formas exequíveis, no sentido material, infra-estrutural e político.

O universo a ser estabelecido (a região a ser estudada) deve apresentar fundamentalmente uma justificativa histórica, pois é a partir das condições históricas de produção deste dado espaço que o delineamento se consubstancia.

Como forma acessória, pode-se trabalhar com algumas variáveis relacionadas com a problemática em questão para pontuar a espaço empírico a ser investigado. Isso pode eventualmente ampliar as possibilidades de generalização para a região.

A cartografia temática se apresenta como instrumental indispensável para monitoramento e representação dos *espaços a serem investigados* (como técnica de localização e contextualização espaciais) e dos *espaços já investigados* (como auxílio didático para a compreensão dos resultados atingidos).

Normalmente o espaço regional² apresenta como unidade quantificável o município. É dele que poderemos, a partir de variáveis compiladas pelos censos ou outras pesquisas institucionais, comparar situações e estabelecer algumas relações, aqui utilizando uma técnica quantitativa.

Notabilizam-se, com este procedimento metodológico, unidades (casos) para serem empiricamente investigadas, investigação esta, agora, de cunho qualitativo. No âmbito das técnicas qualitativas, podem-se utilizar vários tipos de coletas: entrevistas semi-estruturadas ou semi-diretivas, observação participante; história de vida; narração de vida, etc. Neste momento, a partir da compreensão, descrição e interpretação dos objetos da investigação, os indivíduos entrevistados contribuem efetivamente para a construção do trabalho científico, e que conseqüentemente irá, de forma subjacente, teorizar sobre a problemática proposta. A experiência do indivíduo pesquisado a partir de seu microcosmos somada a outros casos investigados, amplifica a capacidade de generalização das informações. Um dos parâmetros para a validade das generalizações é justamente a reincidência de certas explicações e constatações compiladas em trabalho de campo.

Assim, parte-se do geral para o particular e do particular para o geral confirmando ou rejeitando a tese proposta.

A equipe e o compromisso

O desenho de pesquisa aqui proposto requer um trabalho de grupo e deve ser desenvolvido em equipe. A qualidade do trabalho dependerá da qualificação e compromisso dos participantes no processo de coleta, organização, reflexão e conclusão.

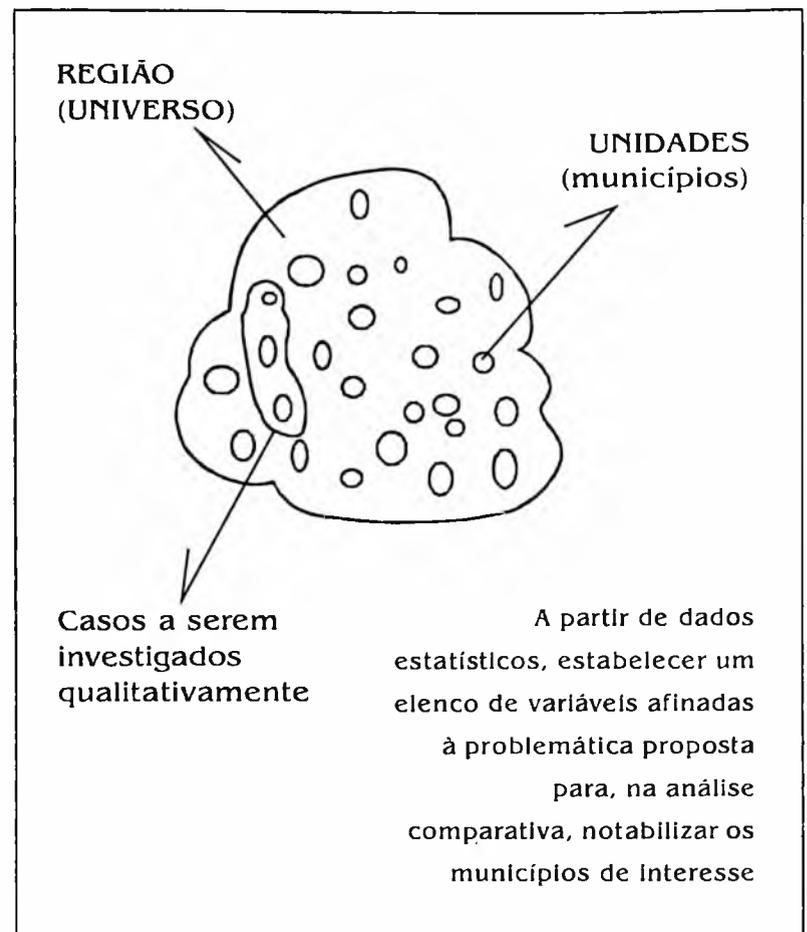


Figura 1 - Esquema gráfico para uso de técnica qualitativa e quantitativa em estudo regional

O caráter qualitativo da investigação requer uma sistemática rigorosa no que tange à coleta das informações com os entrevistados.

Devemos ter cuidado com os vieses passíveis de acontecer nas entrevistas. Como nos ensina Raffestin (1993), as relações apresentam dissimetrias, fruto dos diferenciais de poder entre as partes, sendo que a energia e a informação estabelecem tais diferenciais. No ritual de uma entrevista, o entrevistador deve avaliar as condições para o estabelecimento da relação, estando cômico de sua influência no conteúdo que deverá ser absorvido do entrevistado. Aqui, efetivamente, não existe neutralidade no processo, o que deve ocorrer é o discernimento, por parte do entrevistador, da intervenção que efetivamente não iniba e nem influencia os encadeamentos e reflexões do entrevistado, sempre potenciando os fluxos de informações que fertilizem a compreensão da problemática proposta.

Neste sentido, o compromisso da equipe com a pesquisa deve ir além de um interesse remunerativo.³

O trabalho coletivo, onde pesquisadores aglutinam suas experiências em torno de um grupo, socializando certas tarefas (como o trabalho de campo), politizando suas reflexões (em seminários organizados sistematicamente pelo grupo) e compartilhando resultados, é o lócus ideal para o desenvolvimento das técnicas qualitativas de investigação.

Quando se constitui uma pesquisa, nos termos acima descritos, que apresente um projeto político de ação e que esteja constituída a partir de estruturas organizativas ⁴que potenciem as reflexões e encaminhamentos dos trabalhos desenvolvidos, envolvendo não só o Estado, mas o público e o privado, os resultados serão, certamente, mais satisfatórios.

Considerações finais

Este ensaio reflete uma preocupação com as condições objetivas de trabalho, no âmbito das investigações geográficas.

A redução das verbas para o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil mostra as perspectivas do projeto político veiculado pelas elites dominantes no país.

O projeto privatizante para o ensino e a pesquisa, que o Estado tenta implantar, irá restringir ainda mais o acesso ao ensino e sucatear o que

existe hoje, para privatizar depois. O descaso para com as universidades públicas deve ser combatido com propostas alternativas, com busca de parcerias mas nunca com a privatização. Numa sociedade onde o imperativo tecnológico se postula como condição essencial de autonomia e soberania, não se pode desobrigar o Estado de sua função de estímulo à educação. A universidade deve repensar seu papel, formular uma autocritica aos corporativismos, mandonismos e hermetismos vigentes, em suma, adequar sua intervenção às novas condições de trabalho. Devemos amplificar a participação social da universidade na sociedade. Somente uma ação concreta do saber adquirido pela universidade, em consonância com as contradições postas pelo social vivido, é que trará ou estabelecerá um compromisso efetivo da sociedade com a universidade, o que fortalece sua manutenção.

A organização universitária deve repensar sua estrutura desde suas atividades burocráticas até as atividades acadêmicas e técnico-científicas.

A título de exemplo, o crescimento dos cursos de geografia, com a estruturação das pós-graduações, sem política de contratação de pessoal, é um paradoxo que deve ser gerido de forma inteligente e flexível. Estas sub-condições de trabalho não podem levar a uma banalização dos cursos.

As idéias colocadas neste artigo partem destas condições e tentam “desenhar” uma forma possível de se trabalhar de maneira autônoma, criativa e compromissada com uma universidade livre e afinada com os problemas que afetam nossas populações.

Notas

¹ *Conforme o Dicionário do pensamento marxista (1988), reificação “ é o ato (ou o resultado do ato) de transformação das propriedades, relações e ações humanas em propriedades, relações e ações de coisas produzidas pelo homem que se tornaram independentes (e que são imaginadas como origi-*

nalmente independentes) do homem e governam sua vida. Significa igualmente a transformação dos seres humanos em seres semelhantes a coisas, que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso especial de alienação.”

- ² É importante sinalizar para a questão das discontinuidades no processo de produção do espaço. Os fluxos de informação e de capital de certa forma delinham a paisagem de uma região e o fazem de forma descontínua ou virtual.
- ³ É comum a utilização de estagiários para o desenvolvimento desta fase da pesquisa, estando estes muitas vezes distantes da problemática pro-

posta pelo trabalho, tendo como interesse imediato uma remuneração complementar e também uma pontuação curricular.

- ⁴ É o caso dos Núcleos de Pesquisas; Grupo Pluridisciplinares; ONG's que ultrapassam a rigidez e morosidade burocrática das organizações universitárias, estabelecendo com estas contrapartidas e convênios, quando necessários.

Bibliografia

- BALLESTEROS, Aurora Garcia. *Geografía y Marxismo*. Madrid. Editorial de la Universidad Complutense, 1986.
- BERTAUX, Daniel. *Les recits de vie, perspective ethnosociologique*. Paris, Nathan, 1997. 128 p.
- CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo, Cortez, 1991. 164 p.
- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologia Qualitativa na Sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1987, 163 p.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 1993, 269 p.

- SÁEZ, Horacio Capel. *Filosofia y ciencia en la geografia contemporánea*. Barcelona, Barcanova, 1988.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo, Cortez, 1991. 252 p.
- TRIVIÑOS, N. S. Augusto. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo, Atlas, 1987. 175 p.
- VARET, Louis André Gérard & PASSERON, Jean Claude. *Le modèle et l'enquete: les usages du principe de rationalité dans les sciences sociales*. Paris, Éd. De L'École des hautes études en sciences sociales, 1995. 580 p.



AMAZÔNIA E QUESTÃO REGIONAL. UM REGIONALISMO SUFOCADO

Ricardo José Batista Nogueira

RESUMO:

Uma região que sempre foi pensada em como ser conquistada não poderia deixar de apresentar particularidades frente a outras regiões e mesmo à União. Regionalismo, Federalismo e divisão territorial da Amazônia são alguns temas tratados neste artigo.

PALAVRAS CHAVES:

Regionalismo, Questão regional, Federalismo, Amazônia e Divisão territorial.

ABSTRACT

A region that has always been thought as a region to be conquest couldn't fail in presenting particularities in comparison to other regions and even to the country. Regionalism, federalism and territorial division of Amazon are some subjects discussed in this text.

KEY WORDS:

Regionalism, regional matter, federalism, Amazon, territorial division.

Passados quase quinhentos anos da expedição de Francisco Orellana (1541-1542) descendo o rio Amazonas, a Amazônia brasileira ainda tem por imagem muito mais Natureza que Sociedade, uma natureza cuja imagem é ora de preservação, ora de destruição; uma sociedade que varia da harmonia ao conflito. Procurar-se-á aqui apontar algumas questões para contribuir com o debate sobre a Amazônia, tendo como base as discussões de Região e temas decorrentes desta, como regionalismo e questão regional.

Há, em geral, uma aceitação pacífica acerca das regionalizações instituídas, pouco importando se sua origem é de ordem natural, ou historicamente definida pela sociedade. Fala-se de uma literatura regional, de uma história regional, das culturas regionais, e de uma geografia regional. Esta última, contudo, tem realizado esforços objetivando, se não romper, pelo menos criar al-

ternativas¹ para pensar a região de maneira diferente da tradição francesa do início do século, que elegia um personagem característico para cada paisagem, passando a ser esta uma criação humana. Isto se difunde de tal modo que, ao falarmos de qualquer lugar do mundo, conseguimos imaginar o seu habitante, seja nos pólos, nos trópicos, desertos, selvas, montanhas, litorais etc. Sem dúvida que para isso contribuiu muito a narrativa de viajantes, a escolarização e, particularmente o ensino de geografia, assim como os recentes meios de comunicação, visual principalmente.

Com este modelo de regionalizar, associado à diversidade de paisagem naturais, criaram-se também no Brasil inúmeros "tipos regionais" que estão presentes em revistas, postais, nos livros de geografia, museus ou mesmo na forma de painéis e estátuas em diversas cidades. Se se constitui em expressão histórica e cultural de cada lugar, procu-

rando cunhar uma identidade aos habitantes da região, há outra questão que reside na forma como cada um é visto e vê o outro, resultado de toda uma simbologia criada em torno de cada personagem regional.

Mesmo considerando a existência de fatores, cujo objetivo apontam para a redução dessas diferenças, em que a tendência homogeneizadora parece ter mais força, não deixa de merecer atenção pequenas pontas de resistência e afirmação frente ao já vulgarizado “processo de globalização”

Assim, pode-se ainda facilmente indicar diversos “tipos regionais” para o Brasil, sobressaindo-se, em nosso entender, figuras marcantes como o “gaúcho” o “sertanejo” e o “caboclo” Uma busca na história nos mostraria outros, que hoje quase, ou totalmente, desapareceram como decorrência de mudanças no espaço. O índio, o caçara, o jangadeiro, o bandeirante são elementos do passado. Como se vê, representam, quase que, aos moldes da geografia francesa, o homem do campo, o retrato do meio natural, nunca o homem da cidade.

Num estudo que faz sobre o regionalismo gaúcho, em que procura ressaltar a questão política, de conflito entre região e Estado, LOVE (1975:12)² demonstra como este personagem, que se tornou sinônimo de rio-grandense, é caracterizado ao final do século XIX: roupa colorida, chapéu de aba larga, lenço no pescoço, calças largas, botas de cano alto, esporas e poncho de lã. “Vagueando pela Campanha, escarranchado num cavalo bem ajaezado, o poncho escuro caído em volta de seus ombros, o gaúcho talhava uma nobre e romântica figura” Ao que parece, com esta caracterização, a possibilidade de constituir-se num amálgama social é bem grande.

Já a figura do sertanejo, como típico habitante da caatinga do nordeste brasileiro, montado sobre um cavalo, em trajes de couro para proteger-se dos espinhos dos cactos, tendo ao fundo um ambiente tórrido, é comumente apresentada pela literatura. Contudo, não é este personagem que aparece nas obras de Gilberto Freyre, cuja ênfase é para o patriarcado açucareiro, nem no trabalho de Silveira³, que ao priorizar as relações de produção

opta por uma concepção de região em que seus habitantes ou são dominantes ou dominados, apagando particularidades fundamentais. Talvez porque, ao contrário do gaúcho, a representação do habitante mais desagrega do que une. Daí Nordestino, genericamente.

Ao contrário dos personagens anteriores, cuja representação possui uma delimitação territorial, a histórica figura do bandeirante aparece como o desbravador dos sertões, tendo como lugar de irradiação a capitania de São Vicente e a cidade de São Paulo, estando, assim, vinculado a esta parte do território nacional. Diversos estudos em torno dele construíram a imagem orgulhosa de herói civilizador, caçador de índios e de riquezas. Outros, entretanto, adotam uma postura crítica em virtude das violências cometidas aos indígenas.⁴ De todo modo, foi a sua imagem heróica que predominou, participando cotidianamente na memória paulista a partir da denominação de praças, ruas e estradas que partem principalmente da cidade de São Paulo.

Enfim, o caboclo-ribeirinho, remando em sua canoa numa imensidão de rios e floresta, aparece como o habitante do distante norte do país, do interior da Amazônia, de uma região despovoadas em que a natureza domina o cenário. Vaz num trabalho em que procura mostrar quem são os ribeirinhos da Amazônia, a propósito da expressão ‘caboclo’, radicaliza e propõe que este termo seja banido dos trabalhos acadêmicos. Porque “caboclo são sempre os outros” Ganhou sinônimo de mestiço, “é apresentado como um apático, um indolente, responsável pela sua própria pobreza” (1996:48)⁵ carregando uma forte carga de discriminação. Portanto “sendo um rótulo negativo, caboclo é aquilo que ninguém quer ser”(Idem:49). Apesar da dura crítica, deve-se lembrar que em muitos casos o termo é empregado, regionalmente, de maneira carinhosa. Ora, se ser caboclo significa tudo isto, que dizer de seu ascendente imediato, o índio?

Escravizado por missionários, colonos e funcionários da Coroa portuguesa, obrigados a converterem seu modo de vida original para um outro voltado à produção de mercadorias para ex-

portação, foram dizimados em grande quantidade e em pouco tempo. A implantação em 1757 durante a administração do Marquês de Pombal, do Diretório, estabelecendo para os indígenas o uso da língua portuguesa, habitações como as dos brancos, pagamento de impostos sobre os produtos cultivados e adquiridos, etc, teve como objetivo incorporar o mais rápido possível o índio ao mundo do branco⁶

São reveladores também os inúmeros relatos de cronistas e viajantes que percorreram a Amazônia e deixaram as suas impressões sobre seus lugares e seus primeiros habitantes. La Condamine, que desce o rio Amazonas em 1735, com uma visão etnocêntrica, fala dos índios como inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição de glória, honra ou reconhecimento; (...) incapazes de previdência e reflexão; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados. Para Bates, os índios são como animais anfíbios, dado o extremo vínculo com a água, com os rios. Spix e Martius, que estiveram na região entre os anos de 1817-1820, dizem que “a alma desses homens primitivos decaídos não é imortal; ela apenas se manifesta na existência, não conscientemente, e só a fome e a sede lhes lembram as necessidades da vida”(GONDIN,1994:111)⁷ Enfim, é digno de registro a surpresa que o padre Anselmo Pfunst, um missionário do século XVIII, tem ao ouvir de um índio que o mesmo estava pensando. “Nunca se soube que um Omáqua, ou qualquer outra raça de índios da província do Amazonas fosse capaz de pensar” (idem:214).⁸ Ou seja, foi esta construção que predominou para definir o habitante da região. Diferente de outros, um vencido!

Mas não era apenas o habitante do lugar que deveria ser vencido. Junto com ele, os seus territórios. Territórios inicialmente disputado por portugueses, espanhóis, franceses e holandeses. Definida a posse portuguesa, inúmeras missões religiosas dividiram sua área de atuação, tanto para cristianizar o índio, como para comercializar produtos da floresta, além do próprio índio. Com certeza o produto mais valorizado.

Estas considerações são necessárias para se pensar analisar a relação de uma região com o Estado a qual pertence, que, em geral, é dirigido por grupos oriundos de algumas de suas regiões. Em nosso entendimento, é a reunião de história, economia, natureza e sociedade que pode fornecer elementos para a compreensão dos embates, conflitos, reivindicações autonomistas ou aceitação dos propósitos postos pelo Estado, resultando ou não na formação de movimentos regionalistas, que podem tomar diversos significados. Contudo, é o caráter de diferenciação que predomina. Sendo construído, principalmente, num relacionamento com o Estado, mas também com outras regiões, o regionalismo pode ser considerado um conceito político, constituindo “a expressão das relações políticas entre as regiões ou destas com o poder central, sempre que nessas relações haja opressão política, econômica ou cultural”⁹ Para Navarro de Brito, o regionalismo pode ter o significado de ideologia, pode ser uma plataforma ou programa voltado para programas econômicos ou sociais, porém “o regionalismo é antes de tudo um sentimento, um estado de espírito nascido da combinação de formas físicas e humanas que dão a uma comunidade, num certo quadro territorial, como que uma individualidade psicológica em relação a seus vizinhos”(NAVARRO DE BRITO,1986:44).¹⁰ Portanto, é exatamente em torno destas questões que procuraremos situar historicamente a região amazônica no conjunto do Estado nacional brasileiro, partindo, evidentemente, de suas particularidades econômicas, ambientais e sociais.

Podemos começar argumentando que a produção do espaço na Amazônia, ao longo desses últimos quatro séculos, ao contrário das demais regiões brasileiras, ocorreu sem mudanças sensíveis à sua natureza. Enquanto no nordeste brasileiro, possivelmente pelo fato de ser litoral, de estar mais exposto, ou voltado para fora, já se dinamizava a atividade agrícola, predominando uma cultura voltada para exportação, em que a natureza dava lugar a outra paisagem, em que a população era ampliada com a introdução do escravo negro, engendrando formas específicas de relações sociais, na

Amazônia, apesar dos projetos de colonização lusitanos estimularem a agricultura, o extrativismo terminou por constituir-se a grande atividade econômica da região. No entanto, para que esta atividade se viabilizasse era necessário realizar mudanças substanciais, como alterar completamente a organização sócio-espacial dos povos que aí habitavam. Uma dessas medidas foi a prática dos descimentos, expedições de missionários com o objetivo de trazer índios de suas aldeias de origem para os aldeamentos das missões, sendo em seguida repartidos entre os colonos, os missionários e o serviço real da Coroa Portuguesa. Havia, ainda, os índios escravos, que eram aqueles capturados através de expedições armadas das Tropas de resgates, ou aqueles capturados em "guerras justas"¹¹ Isto implicou numa mudança dos padrões espaciais da demografia, não só pelo deslocamento dos contingentes populacionais indígenas, concentrando-o em alguns pontos do vale, como pela redução via extermínio dos mesmos. É a caça ao índio para o trabalho escravo que empurra Tordesilhas. Ou seja, difundiu-se para a Amazônia uma forma diferenciada de apropriação territorial, pois o extrativismo das drogas do sertão, ao contrário de promover um processo de valorização do espaço, uma vez que não agregava trabalho ao solo, valorizava só o produto, sem remoção da natureza, predominando mais a mobilidade que a fixação, não deixando na paisagem história de tempos passados. Assim, na produção do espaço da Amazônia colonial são os fluxos comerciais e de população que possuem significado.

Esta forma específica, diferenciada, de uso de parte do território colonial, resulta num caráter distinto de relações sociais frente a outras regiões. Enquanto nas capitanias do nordeste e do sudeste do país se consolidava uma elite composta de proprietários rurais, de latifúndios, que já reivindicava poderes frente à Coroa portuguesa visando interferir na política local, na Amazônia, cuja atenção de Portugal culminou com a criação o Estado do Maranhão e depois Grão-Pará, esta questão não estava posta. E não estava posta justamente porque a atividade extrativa, com base no trabalho indíge-

na, não estabeleceu a propriedade privada, não criou uma classe de proprietários fundiários que, a partir dessa condição, constituísse um contra-poder à Coroa de caráter regionalista. Há um episódio de pressão realizada por colonos sobre as Câmaras de Belém e São Luís contra o decreto de El-Rei em 1652, que proibia a escravidão indígena, que passa para história como a revolta dos Beckman. Nem por isso deixou de criar mandatários. Os mandatários imediatos possuem poderes sobre a força de trabalho indígena. São os Capitães de Aldeia, criados pela Carta régia de 1611, morador de bons costumes, que atuava como juiz criminal, juiz civil, e fiscalizava o pagamento dos índios. Com este poder, passaram também a explorar o índio na coleta das drogas do sertão, na construção e no transporte em geral.¹² Em 1686, o Regimento das missões retira dos Capitães de Aldeia este poder e os entrega aos missionários de diversas ordens religiosas, principalmente jesuítas, que vão se tornar os agentes econômicos da Coroa, permanecendo até sua expulsão pelo marquês de Pombal que institui o Diretório em 1755, disciplinando vários aspectos da vida dos índios visando eliminar diferenças culturais inserindo-o no "mundo dos brancos" A partir daí o controle dos índios passa a ser dos diretores, que, em virtude do monopólio que possuíam sobre os mesmos, chegaram a ser acusados de transformarem as aldeias em ducados e condados. A disputa, que se torna acirrada entre colonos e missionários, é mais pelo controle sobre a força de trabalho do que sobre o controle da terra. A riqueza era dada pela posse de braços e não de hectares.

O surgimento de uma série de atividades de direção, controle, proteção e comercialização na Amazônia exigia, evidentemente, a produção de alimentos, realizada pelos colonos, mestiços e indígenas ao longo do vale dos rios. À tradicional prática agrícola dos índios, são acrescentadas outras para dar conta da nova dinâmica instituída na região. Fazendas de gado, pesqueiros-reais, engenhos, incremento à produção do cacau, são algumas mudanças ocorridas, pois não se pode esquecer que havia interesse em expandir a atividade

agrícola. Contudo, a exploração dos recursos naturais nunca fora deixada de lado.

O que se configura na Amazônia é uma outra história, bem distinta do restante da colônia. O Diretório acabou com a escravidão indígena e “a mão de obra livre do índio era um duro golpe aos fazendeiros e à Capitania do Rio Negro marco da produção estatal”(SILVA, 1996:124).¹³ Isto talvez venha explicar a regressão de uma agricultura voltada para a exportação, prevalecendo a organização da produção familiar. Noutras capitanias, seria um grande abalo, àquela altura, acabar com o trabalho escravo. Oligarquias rurais bem estabelecidas, com grande poder político local e mesmo regional, não permitiriam, até porque a produção agrícola, seja de cana, algodão, tabaco e mesmo café, era movida pelos negros.

Decorridos dois séculos de ação colonizadora, de ação missionária, de captura e conversão da população indígena em mestiça, cabocla ou mameluca, de transformação da sociedade originária, constitui-se um campesinato amazônico, disperso ao longo dos rios, e em torno dos pequenos núcleos urbanos, controlado basicamente por comerciantes portugueses de produtos extrativos. As relações com a Coroa eram mais intensas que com a costa brasileira. Silva aponta que quando se constitui o Reino Unido de Portugal e Brasil, com a instalação do centro administrativo no Rio de Janeiro, surgem duas facções na província do Norte. Uma, composta por comerciantes reinóis, defendia a tutela colonial, outra, apesar de composta por fazendeiros e proprietários de engenho, não possuía qualquer poder de intervenção na administração provincial, e propunha autonomia.¹⁴ Para a primeira não havia interesse em subordinar-se ao Rio de Janeiro, daí a defesa da permanência do vínculo colonial. A segunda corrente consegue articular diversos segmentos sociais - de fazendeiros a colonos e índios - contra o domínio português no Pará. Estariam aí as origens de um dos mais intensos movimentos de revolta contra a Corte e o Império brasileiro recém criado, a Cabanagem, que abrigava não só a revolta de amazônidas contra portugueses, mas também, segundo alguns autores, conotações raciais, contra os

brancos, que em função disso, conseguiu reunir caboclos, índios e negros. A forte repressão ao movimento de conteúdo popular culmina com a morte de quase 40 mil pessoas.

Depois desse movimento, que dura mais de uma década, a Amazônia só retorna ao cenário nacional no final do século XIX, quando um artigo da floresta desperta a atenção mundial da indústria. A borracha, produto também do extrativismo, apesar de já ser conhecida regionalmente, não possui expressividade comercial para exportação, pois no ano de 1830 apenas 156 toneladas são remetidas ao exterior. A expansão é gradativa a cada década, à medida que seu uso industrial começa a ser alargado, principalmente após a técnica da vulcanização. Trinta anos depois já atinge 2,6mil toneladas, chegando na primeira década de 1900 à 40 mil toneladas. Este volume de produção passa a ter um significado importante para as exportações brasileiras pois chegaram a representar 28% na mesma década, sendo o segundo maior produto de exportação, atrás do café, que representou 51%, couro e peles com 4,3%, mate 2,9%, cacau 2,8%, algodão com 2,1% e açúcar com 1,2%.¹⁵ Estes dados servem para demonstrar o peso econômico que a borracha representou. Porém, não houve uma correspondência política na participação das províncias da Amazônia junto ao governo da federação. A esta altura o centro para ela não era mais Lisboa, mas o sul do país, embora seu vínculo mais constante fosse com o exterior. Procuraremos, deste modo, levantar algumas questões que venham justificar o por que desta ausência junto ao governo central.

Já apontamos anteriormente que a formação de uma classe de proprietários rurais, com um domínio imediato na escala do poder local, foi a base da formação de contra poderes à Coroa e posteriormente no Império. A denominada oligarquia agrária buscava impor mecanismos que lhes possibilitassem o controle não só da terra, mas também do trabalho (escravidão). Na república, define-se por completo o seu poder político sobre o Estado nacional, dirigido pela oligarquia cafeeira, seguido por pecuaristas mineiros e usineiros nordestinos.

Em nosso entendimento, o fato da predominância da atividade econômica na Amazônia ter sido oriundo do extrativismo, não foi capaz de formar uma elite poderosa. Se no período colonial o poder foi exercido por missionários e depois por emissários da Coroa, com a extração da borracha algo semelhante ocorreu. O poder maior era dos comerciantes e financistas, nem sempre originários da região, do que dos seringalistas. Ainda assim, a elite regional não foi capaz de formular um discurso que articulasse a população para exigir maior atenção do governo central. O mito fundador da região, no caso o índio, não estava vivo! Além disso, uma parte dos trabalhadores nos seringais não era constituída de caboclos, sendo estes menos dependentes da coleta que os oriundos do Nordeste. Ou seja, penso que estas questões são fundamentais para fazer emergir um discurso regionalista, ainda que a partir das elites, para surgir um regionalismo que afirme uma região frente a um Estado nacional. A dificuldade da emergência de um discurso regionalista amazônico passa por essas particularidades e outras que serão postas adiante.

As províncias da Amazônia, até a ascensão da borracha como principal produto econômico, viviam reclamando maior atenção do poder central. Achavam-se desprestigiada em diversos sentidos, principalmente quanto aos gastos do governo com o incentivo à colonização e imigração para o sul do país.

Com a proclamação da república e a implantação de uma nova constituição que destinava aos estados os impostos oriundos da exportação, o estado do Pará viu-se agraciado com um volume enorme de recursos, reduzindo o ressentimento com o governo central.¹⁶ Todavia, não era só o Pará que produzia borracha. O Amazonas vinha expandindo bastante sua produção, principalmente quando houve uma grande corrida dos migrantes nordestinos aos altos rios Madeira, Juruá e Purus. E o governo desta província não mediu esforços para ampliar sua participação. Adotou como medida um incentivo fiscal para quem exportasse borracha a partir do porto de Manaus, criando problemas com a província vizinha que temia uma corrida dos ex-

portadores para Manaus. De nada adiantou os reclamos do Pará ao Império. Com a república, a descentralização tributária põe em questão a fraternidade regional. Isto impediu a formação de um bloco regional que ousasse participar da política nacional.¹⁷ Mesmo assim, é interessante apontar algumas figuras que tiveram uma participação na política nacional. Os expoentes são anti-monarquistas e conhecidos como republicanos históricos: Lauro Sodré, Serzedelo Corrêa e Justo Chermont. Com exceção deste último, que era oriundo de rica família de pecuarista, os outros conseguem posições de destaque a partir da formação profissional e postos em funções burocráticas. Lauro Sodré, engenheiro, ativista republicano e defendendo um partido republicano nacional, é um adversário da política do café com leite, e apoiado pelo deputado paulista Francisco Glicério depois deste ter brigado com o P.R.P., disputa a presidência da república em 1898, sendo fragorosamente derrotado por Campos Sales, pois tinha o apoio dos grandes estados. Conquistou mais de 174 mil votos contra apenas 16 mil de Sodré.¹⁸ Na eleição seguinte é a vez de Justo Chermont, como vice de Quintino Bocaiúva, do Rio de Janeiro, disputar a presidência com Rodrigues Alves. Novo fracasso.

Mas a disputa intrarregional permanece forte. Um outro episódio que demonstra isto é a anexação do território do Acre ao Brasil. O estado do Amazonas tenta torná-lo parte de seu território, o que aumentaria substancialmente suas receitas. O estado do Pará, para não perder sua hegemonia regional consegue fazer com que o governo federal transforme-o em Território Federal, ente federativo inexistente na Constituição, tornando suas rendas apropriadas pela União.

Enquanto Pará e Amazonas disputavam regionalmente rendas oriundas do extrativismo e, em virtude disso, não conseguiam formular projetos para interferir sobre o governo nacional, do outro lado do mundo, na Ásia, a produção de borracha de seringueiras cultivadas dava saltos surpreendentes na primeira década de 1900, jogando o preço da borracha para baixo. Isto quebrou a frágil produção extrativa da Amazônia. O recurso ao gover-

no federal nos primeiros anos do século não foi suficiente para sensibilizar o Congresso Nacional a ajudar a região em plena decadência e bastante endividada. “O decreto 2543 de 1912 estabeleceu medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira (...) ficando o Poder executivo autorizado não só a abrir os créditos necessários à execução de tais medidas, mas ainda a fazer as operações de crédito que para isso fossem necessárias” (PRADO e CAPELLATO, 1975 p. 303).¹⁹ Estabelece-se um debate na Câmara, pois o agora senador Francisco Glicério, que anos antes apoiara o paraense Lauro Sodré à presidência, condena de forma veemente o plano, alegando despesas elevadas. Do outro lado, o deputado amazonense Luciano Pereira, refutou sua argumentação denunciando a força política dos representantes do Sul, em defesa do café, e dizia que “a União era uma mãe para o Sul e madrasta para o Norte”²⁰ A conclusão foi que o projeto não se consolidou.

Em vista de toda esta breve euforia de riqueza que a Amazônia se viu envolvida, retomamos a questão do regionalismo levantando algumas proposições que caminham no sentido de afirmar a dificuldade de sua emergência. Já apontamos que não houve uma apropriação simbólica do elemento regional, em vista de todo preconceito sobre o mesmo. Fazer isto significaria respeitar a diferença cultural e territorial, o que não seria interessante, ainda que fosse reelaborado, como indica Castro²¹ ao analisar o regionalismo no Nordeste. Esta nossa abordagem não poderia deixar de ser relacional na medida em que o caráter próprio do regionalismo surge numa relação, seja frente ao Estado Nacional ou outra região, como dissemos acima.

Outro ponto para discussão do regionalismo amazônico, com certeza mais polêmico que o primeiro, diz respeito a relação existente entre latifundiários, poder local e economia regional. A história da Amazônia mostra que seus mandatários sempre foram alheios à região. Na colônia, missionários; na passagem da independência um discurso regional fora fortemente reprimido; no Império, os governos indicados não possuíam laços locais,

e na República, com a ascensão da borracha, sua elite política não era oriunda da atividade extrativa, e dentre aqueles que acumularam com a borracha, parte era estrangeiro ligado ao setor exportador e a outra sequer formulou projetos de desenvolvimento regional para além do extrativismo. Na outra ponta, o objetivo do seringueiro nordestino era ganhar algum dinheiro com a borracha e retornar ao seu lugar de origem, como todo migrante. Ou seja, predominou o arrivismo.

Fazendo um jogo de relações entre as regiões brasileiras e suas respectivas oligarquias rurais (café, pecuária, cana) na passagem do século XIX ao XX, todas com um certo poder sobre o governo central, na Amazônia, proprietário rural ou latifundiário não possuía a mesma expressividade que aqueles de outras regiões. Queremos argumentar que na base do surgimento dos mais notáveis casos de regionalismo no Brasil há uma relação profunda entre agropecuária, conseqüentemente a propriedade da terra, poder local e poder central. Esta relação na Amazônia sempre foi tênue, porque, primeiro a terra nunca foi sinônimo de valor, sendo mais o seu produto, segundo, nunca houve uma pressão pela terra que confrontasse proprietários e não proprietários, resultando num controle dos primeiros sobre os segundos. Como foi posto acima, era mais importante ter braços para coleta que ser proprietário sem trabalhadores. Não há dúvida de que no ciclo da borracha houve uma corrida à legalização das terras, principalmente por casas avoadoras, visando sua propriedade, o que antes só ocorria com as árvores de seringa. Contudo, a decadência da atividade gomífera torna sem sentido a grande propriedade, ou o latifúndio na Amazônia, fato que só ocorrerá a partir da década de 70 do século XX. Por outro lado, os tradicionais proprietários de terras não extrapolavam o poder local.

Passada a euforia da borracha, a Amazônia regride por completo no cenário federativo. Esta região só volta a despertar a atenção do governo central no período da 2ª guerra mundial. Tenta-se recuperar a produção da borracha em virtude da interdição da produção asiática. Nova euforia, mais migração para a região e criação de fundos especí-

ais para estimular a produção. Outra consequência de 2ª guerra mundial e que muda a configuração político territorial da região é a criação de territórios federais nas áreas de fronteira. Guaporé, desmembrada de Mato Grosso, posteriormente denominada Rondônia, é entregue a um militar do exército; Rio Branco, futuro estado de Roraima pertence a um militar da aeronáutica e o Amapá, desmembrada do Pará, fica com um militar da marinha. Mais do que nunca a Amazônia é comandada de fora, cuja integração é urgente e exige planejamento.

Com o governo militar acelera-se o processo a partir da montagem de uma poderosa estratégia de ocupação, que envolve projetos de colonização, rodovias, exploração de recursos naturais, portos, aeroportos e batalhões de fronteira. É uma região de planejamento que precisa ser desenvolvida. O modelo de planejamento regional implantado no Brasil cria superintendência para reduzir as disparidades frente ao Sudeste brasileiro. Se para o Nordeste o discurso era da recuperação, em virtude da longa decadência da produção açucareira, para a Amazônia o discurso é o da valorização, de integração, segurança e desenvolvimento, além do que havia terras sem homens para homens sem terras. Belém sedia a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que substitui a Spvea, cuja atribuição era de estimular, via incentivos fiscais, a entrada de capitais para investimentos financiados pelo Basa (Banco da Amazônia). Manaus sedia a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), que concede incentivos fiscais para produção industrial, comércio e agricultura.

Como todos os projetos para Amazônia foram de grande porte, exigindo uma grande quantidade de capitais, daí o Estado fazendo parte como grande empresário, seguido ou associado a capitais estrangeiros e nacionais, a elite local, sem nenhuma participação na elaboração dos projetos, estava fora também de sua execução. Para explorar minérios, estrangeiros; para construir hidroelétricas e rodovias, grandes empreiteiras nacionais, para trabalhar tanto na colonização como nas barragens, mineração e rodovias, novamente nordestinos. Para

implantar indústrias eletrônicas na Zona Franca de Manaus, capitais japoneses, americanos, franceses, e algum capital paulista, todos pelas condições vantajosas de produção. Souza fala da participação extremamente reduzida do capital local oriundo do extrativismo na Z.F.M. e usufruindo de seus incentivos, e que "é possível notar grandes comerciantes do extrativismo de outrora hoje atrelados como sócios minoritários, com cargos simbólicos, nas empresas subsidiárias instaladas em Manaus.²²

Hoje é interessante observar a queixa dos comerciantes de importados na Z.F.M. ao governo federal, em virtude da abertura do mercado nacional à globalização, pedindo providências para sobreviver. Ao mesmo tempo vê-se uma Federação das Indústrias do Amazonas sem poder correspondente ao parque industrial, e isto é facilmente explicado porque quem sempre esteve à frente da instituição foram pessoas vinculadas às indústrias extrativas, madeireiros, enquanto os problemas do parque industrial são, em geral, resolvidos em São Paulo, via FIESP, ou Brasília, com a mediação da Suframa. Criada para durar 25 anos, a Z.F.M. teve sua vida prolongada pela Constituição de 1988 até o ano de 2013, cujo relator era o então senador pelo Amazonas, Bernardo Cabral. Duvida-se de sua sobrevivência até lá.

De maneira semelhante o mesmo aconteceu com o Pará, em que o poder dos extrativistas da castanha e comerciantes foi sucumbido com a pesada intervenção estatal e a formação de uma nova classe agrária composta por fazendeiros sulistas, ao longo das rodovias federais.

Toda esta intervenção não poderia deixar de provocar mudanças territoriais em diversas escalas e fazer emergir regionalismos diversificados. No maior estado da federação, entre críticas e elogios, a implantação da Z.F.M. produziu uma grave distorção territorial, uma vez que, ao contrário dos propósitos de irradiação do progresso para o interior do estado, produziu uma concentração sem limites da atividade econômica, sendo Manaus responsável por 99% da arrecadação tributária estadual, e abrigando mais de 60% da população do estado. Isto não poderia deixar de provocar reações

oriunda do interior, que projeta na criação dos Territórios Federais do Rio Negro e Alto Solimões a sua redenção, sem que haja resistência estadual porque estas áreas não produzem renda. Outra mudança que envolve não só o Amazonas, mas também Roraima, é a consolidação da ligação rodoviária com a Venezuela e o Caribe, ampliando laços comerciais. A questão que se levanta aqui é que, sem vínculos rodoviários com o Brasil, toda uma região pode ter seus laços de coesão nacional afrouxado.

Na Amazônia Oriental, as mudanças territoriais passam também pelo movimento de criação de novas unidades federativas como o sul do Pará, com o estado de Carajás, resultado da con-

solidação de uma nova elite que vêm nas rendas dos minérios a fonte de sua manutenção, além do proposto estado do Tapajós. Diferente do Amazonas, o Pará seria o grande perdedor de recursos.

Enfim, percebe-se que a configuração territorial da Amazônia tem tudo para ser alterada, como resultado de todas as políticas destinadas à região. Aos poucos a "bancada da Amazônia" vem ampliando sua representação, com a transformação dos territórios em estados e a criação do Tocantins, distorcendo a proporcionalidade da representação parlamentar²³ E poderá aumentar caso as reivindicações sejam conquistadas, devendo, no entanto, ser questionado as origens desses movimentos autonomistas em virtude de sua diversidade.

Notas

¹ Na França o trabalho de Yves, Lacoste, A geografia serve, antes de tudo para fazer a guerra é um marco. No Brasil há diversos trabalhos sobre o conceito de região.

² LOVE, Joseph. *O Regionalismo gaúcho*. Ed. Perspectiva, SP. 1975.

³ SILVEIRA, Rosa M. *Regionalismo nordestino* Ed. Moderna, S.P. 1986.

⁴ CASSIANO, Ricardo- Marcha para o Oeste; ELLIS, Alfredo- O Bandeirismo Paulista; VIANA, Moog- Bandeirantes e Pioneiros; DAVIDOFF, Carlos- Bandeirantismo: Verso e Reverso.

⁵ VAZ, Florêncio.-*Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na floresta*. Revista de cultura Vozes. nº2, 1996.

⁶ São inúmeras as obras que tratam da dizimação indígena. Freire, J. R. et alli- *Amazônia Colonial (1616-1798)* 5ª Ed. Metro Cúbico, Manaus, 1994, faz um estudo breve com uma bibliografia básica.

⁷ Uma análise da visão da Amazônia pelos cronistas e viajantes pode ser encontrada em GONDIM, Neide- *A invenção da Amazônia*. São Paulo, Ed. Marco Zero, 1994.

⁸ BAUM, Vicki. *A árvore que chora*. Porto Alegre, Globo. Citado por GONDIM, Neide, 1994, pág. 214.

⁹ CASTRO, Iná E.- *O mito da necessidade*. Ed. Bertrand Brasil, R.J. 1992.

¹⁰ NAVARRO de Brito, Luiz- *Política e espaço regional*. Ed Nobel, São Paulo, 1986.

¹¹ Freire et alli. op.cit. pág. 29

¹² Idem. pág. 31.

¹³ SILVA, Marilene C. *O país do Amazonas*. EDUA. Manaus 1996.

¹⁴ Idem, pag.153.

¹⁵ PRADO, Maria L. e CAPELATO, Maria H. "A Borracha na economia brasileira da primeira república" In FAUSTO, B. (ORG) *História geral da civilização brasileira*, Tomo III, 1º vol. Difel, SP. 1975

¹⁶ WEINSTEIN, Bárbara- *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. Hucitec/Edusp, SP. 1993.

¹⁷ Idem pág. 226.

¹⁸ CARONE, Edgard- *A república velha*. Difel, SP, 1971

¹⁹ PRADO e CAPELATO, 1975, pág. 303.

²⁰ Idem pág. 305.

²¹ "A base territorial para a expressão do regionalismo é, necessariamente, a região. Essa se define a partir da relação do homem com o meio e com seus símbolos. A elite se apropria desses símbolos, reelaborando-os ideologicamente na identidade regional, conferindo visibilidade e valor simbólico aos traços singulares da sociedade local, como tipo físico, sotaque, terminologia, hábitos etc." Castro, Iná *Visibilidade da Região e do Regionalismo:*

- A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena (org.) *Integração Região e Regionalismo*. Ed. Bertrand Brasil, R.J. 1994.
- ²² SOUZA, Márcio *Expressão Amazonense*. Ed. Alfa-Ômega, S.P. 1977.
- ²³ O modelo "um homem, um voto" ainda é o mais democrático? O critério demográfico, usado para definir a quantidade de representante da popula-

ção poderia ser repensado, uma vez que há muita polêmica entre os estados, uns sub-representados outros sobre-representados, tanto no senado como na câmara dos deputados. Por que considerar o total de habitantes de uma dada circunscrição eleitoral, ao invés do número de eleitores ou mesmo de votantes? Qual seria a proporcionalidade da representação mais justa?

Bibliografia

- CARONE, Edgard. *A república velha*. Difel, SP, 1971
- CASTRO, Iná E.. *O mito da necessidade*. Ed. Bertrand Brasil, R.J. 1992.
- DAVIDOFF, Carlos *Bandeirantismo: Verso e Reverso*. 5ª Ed. São Paulo, Brasiliense, 1987
- FREIRE, J. R. et alli. *Amazônia Colonial (1616-1798)* 5ª Ed. Metro Cúbico, Manaus, 1994.
- GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo, Ed. Marco Zero, 1994.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia- isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Ed. Papirus, Campinas, 1988.
- LOVE, Joseph. *O Regionalismo gaúcho*. Ed. Perspectiva, SP. 1975.
- NAVARRO DE BRITO, Luiz. *Política e espaço regional*. Ed Nobel, São Paulo, 1986.
- PRADO, Maria L. e CAPELATO, Maria H. "A Borracha na economia brasileira da primeira república" In FAUSTO, B. (ORG) *História geral da civilização brasileira*, Tomo III, 1º vol. Difel, SP. 1975
- SILVA, Marilene C. *O país do Amazonas*. EDUA. Manaus, 1996.
- SILVEIRA, Rosa M. *Regionalismo nordestino* - Ed. Moderna, S.P. 1986.
- SOUZA, Márcio. *Expressão Amazonense*. Ed. Alfa-Ômega, S.P. 1977
- VAZ, Florêncio. *Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na floresta*. Revista de cultura Vozes. nº2, 1996.
- WEINSTEIN, Bárbara- A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920). Hucitec/ Edusp, SP. 1993.





INTERCÂMBIO

GEOGRAFIA E POLÍTICA

Paul Claval

Por que alguém se torna geógrafo ? Sem dúvida, em virtude da atração pelo desconhecido; pelo fascínio de novos mundos e pela paixão por viagens. Mas também, porque se pertence a um país onde se tem prazer em conhecer os contornos, a riqueza e os trunfos sobre o cenário internacional; porque nele se indaga sobre as possibilidades que têm de prosperar e porque inquieta-se com as ameaças que vizinhos e concorrentes fazem pesar sobre si. As preocupações políticas permanecem subjacentes nos propósitos dos geógrafos, mesmo quando eles adotam o tom desapassionado dos professores. Perante muitos, Vidal de la Blache encarna o *parti-pris* acadêmico de neutralidade mas não foi ele mesmo que começou sua carreira com um artigo sobre o impacto da abertura do canal de Suez sobre o Mediterrâneo, a Europa e o cenário político mundial ? Mais do que ninguém, ele contribuiu para a fixação da imagem do território francês com seu *Tableau de la Géographie en France*. Estourou um litígio internacional a propósito das fronteiras da Guiana ? É ele o *expert*. Alguns anos mais tarde, ele enaltece uma reforma regional destinada a favorecer o desenvolvimento econômico do país. Por ocasião da Primeira Guerra mundial, ele se amarra ao destino das províncias anexadas pelo tratado de Frankfurt, a Alsácia e a Lorena, e à fronteira do Sarre. Não seria demais para alguém que às vezes se tentou apresentar como a-político ?

Os políticos vivem na geografia e a aplicam. Se são parlamentares, é preciso que conheçam as atividades de sua circunscrição, que encontrem os notáveis, negociem com os grupos de pressão que aí representam os diferentes interesses econômi-

cos e com todos os componentes da população. Quando um dia chegam à direção de um partido, têm de rever regiões e departamentos para saber se a opinião lhes é favorável ou hostil de designar os candidatos mais aptos a conquistar a vitória e de negociar alianças com outras formações, a fim de assegurar segundos turnos mais fáceis, se o escrutínio ocorrer duas vezes. Os governos seguem a vida interior; preocupam-se com as tensões; tentam acalmá-los e elaboram leis que têm em conta interesses, frequentemente contraditórios, dos diferentes componentes do país. O cenário mundial preocupa-lhes do mesmo modo: com quem aliar-se ? Em caso de guerra ou de tensão internacional, como assegurar a segurança dos aprovisionamentos necessários à alimentação e à atividade do país ? Onde encontrar novas opções às atividades industriais ? Onde instalar os excedentes de população, se o crescimento demográfico ameaçar o nível de vida ? Deve-se buscar uma expansão territorial para recuperar as antigas possessões, consolidar uma fronteira frágil, anexar províncias ricas em solo e subsolo ?

Os governos dos países democráticos avançados não têm a mesma cobiça por terras virgens que aqueles que ocupavam esse lugares há um século. A evolução dos armamentos e os riscos inerentes aos conflitos nucleares aumentaram de tal forma o preço a ser pago por eventuais conquistas, que aprendeu-se a consolidar outras estratégias constituição de conjuntos supranacionais, políticas de abertura econômica etc. Os meios da diplomacia mudaram, mas sua dimensão espacial não desapareceu. Em todos os países, os grandes corpos

que participam da elaboração de estratégias internacionais desenvolvem suas próprias concepções. Os militares tornaram-se mais sensíveis ao equilíbrio das forças e hoje, ao invés da geometria das bases, usam-se vetores¹ e mísseis. Os diplomatas preocupam-se mais em sondar as reações de parceiros ou de eventuais adversários.

As confusões técnicas impuseram, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, uma reavaliação permanente do cenário político internacional. Por quatro décadas, a guerra fria fixou a atenção sobre os efeitos geoestratégicos da aviação, dos foguetes e da arma atômica. A calota polar deixou de ser uma fronteira segura para seus países lindeiros: é pelas altas latitudes que passam os itinerários mais diretos entre os países temperados; é ao longo do círculo Ártico que devem ser localizadas as linhas de vigilância, destinadas a alertar os dispositivos estratégicos, e onde devem ser instalados os meios de réplica, suficientes para interceptar pelo menos uma parte dos aviões e foguetes inimigos. A fabricação de submarinos nucleares armados de foguetes e ogivas atômicas deu um novo valor aos Oceanos e ao conhecimento dos limites que os separam, porque fica muito mais fácil detectar os navios cuja assinatura sonora se viu reduzida a um simples sopro.

A Queda dos Muros inverteu a ordem das prioridades: os armamento nucleares não desapareceram, mas o risco de um confronto entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética já pertence ao passado. A vigilância continua necessária, em vista do número de países que dispõem de armas atômicas e dos que chegarão a possuí-las, num futuro mais ou menos longínquo. A curto prazo, as armas químicas e biológicas parecem mais temíveis, porque podem ser produzidas por países pouco industrializados e com pouco domínio sobre tecnologias sofisticadas.

Apesar dessas inquietações geoestratégicas que permanecem, são os problemas econômicos e culturais que tendem a ocupar o centro das atenções. Os custos de transporte de massa não cessaram de baixar desde a Segunda Guerra Mundial. A revolução do *container* fez desaparecerem as rup-

turas de carga, outrora tão dispendiosas, e tornou inúteis os intermediários que se interpunham entre os produtores e distribuidores finais; a revolução logística que daí resulta, permite às firmas garantirem, elas mesmas, a distribuição dos produtos sobre o conjunto do planeta. Graças aos computadores e às redes de telecomunicação que se acoplam, tornou-se fácil transmitir qualquer volume de informações, a preços baixos, para qualquer parte do mundo. As fases de transformação industrial das fileiras produtivas permaneceram circunscritas em círculos de trezentos ou quatrocentos quilômetros de diâmetro. Hoje elas andam efervescentes, já que uma usina de montagem pode ficar em contacto permanente com seus fornecedores, sejam quais forem suas localizações. Entretanto, permanece uma dificuldade: no momento das decisões importantes, é preciso encontrar-se com os parceiros. As viagens se fazem de avião. Para não se estender, os Estados-maiores, sedes sociais, serviços comerciais e serviços financeiros de firmas se instalam em cidades grandes, equipadas de um aeroporto conectado com todas as aglomerações em nível mundial. A mundialização da economia vai de par em par com o movimento de metropolização.

A globalização da vida econômica fez desaparecer os mercados locais. Os mesmos produtos se impõem por toda parte. As técnicas e o saber desenvolvido para se tirar partido dos recursos locais e responder a demandas específicas são desvalorizados. Como as populações serviam-se, espontaneamente, de tudo o que diferenciava seu *modus vivendi* de seus vizinhos na construção de identidades, elas têm o sentimento de estarem sendo despojadas de uma parte essencial de seu ser, pelo progresso técnico. Buscando evitar perdas, elas valorizam tudo o que, em seu patrimônio, não fica diretamente ameaçado. É com muito respeito que ora se contemplam os testemunhos do passado: quanto mais frágeis e ameaçadas forem as culturas, mais as pessoas a ele se ligam. Movimentos regionalistas ou nacionalistas tiram partido de suas lembranças de uma história dividida, para cimentar a unidade dos grupos de hoje. Em outros lugares, é na fé religiosa não contaminada pela

modernidade que se busca a salvação: é daí que vem o sucesso dos fundamentalistas.

O cenário mundial evolui rapidamente sob impacto da evolução das técnicas de armamentos, de transporte e de comunicação. Será que os políticos esperam que os geógrafos lhes ajudem a compreender o que está acontecendo e a lhes proporem novas estruturas adaptadas às condições atuais? Aparentemente, não. De Hiroshima ao fim da Guerra Fria, os homens de Estado só precisaram, para analisar o equilíbrio das forças presentes no mundo, da opinião de especialistas em armas nucleares, de foguetes e de equipamentos eletrônicos de detecção. Desenvolveram-se, assim, uma geoestratégia e uma geopolítica de militares que construíram todas outras abordagens por mais de uma geração.

De há tempos, os serviços diplomáticos têm o hábito de analisar as relações de um país com seus vizinhos e de levar em conta tudo o que ele pode tirar das relações internacionais que mantêm. Sabem em qual direção convém desenvolver uma política de expansão ou de anexação territorial. Inquietam-se com a reação dos Estados estrangeiros, de sua suscetibilidade e do estado da opinião pública.

O mundo político não esperou o impulso da geografia moderna para analisar as forças existentes nas relações entre os Estados e definir doutrinas de ação: graças à sua experiência, os homens de Estado elaboram idéias sobre as grandes leis da geografia política e aprenderam a praticar a geopolítica, enquanto reflexão sobre estratégias desejáveis, antes de agir. A preocupação de fazer face a novas situações estimula a reflexão nesses campos. As grandes administrações têm, em seu seio, células de análise. Os diplomatas procuram compreender por que seus papéis tendem a diminuir, e a modificarem seus modos de intervenção, para dar mais força à sua ação. Os serviços econômicos se perguntam sobre as consequências da mundialização. Em um mundo onde as desordens territoriais tornaram-se difíceis, os Estados aprenderam a adotar outras estratégias. Unem suas forças para enfrentar as crescen-

tes concorrências, criam zonas de livre troca, de uniões alfandegárias e de mercados comuns. Aprendem a renunciar a frações cada vez mais importantes de soberania para permitir, a cada conjunto territorial, encontrar um lugar no cenário mundial. O fim é proporcionar, às populações que aí vivem, os meios de contribuir, suficientemente, à atividade econômica mundial, para se alimentar, dar trabalho a todos e ver melhorar os níveis de vida.

É dos serviços de coleta de dados e de reflexão que bem frequentemente dependem os Estados ou os organismos supranacionais - tais como a ONU, a UNESCO, a OCDE e a União Européia que os geógrafos colhem dados e explicações, com os quais alimentam seus trabalhos. Quer dizer então que, no mundo atual, os geógrafos nada têm a dizer de pertinente sobre o cenário político, nada a ensinar aos governantes ou aos administradores ?

Os militares, diplomatas ou responsáveis pela economia não costumam ter tempo de recuo face à realidade. Eles procuram soluções de hoje para problemas prementes e logo renunciam a analisar situações, mudando de escala temporal ou espacial. É o que a pesquisa universitária faz à vontade.

Os homens pertencem a grupos enraizados; seus comportamentos não dependem somente de sua situação objetiva e de seus interesses econômicos. Frequentemente, possuem um forte componente local. Este é um dos primeiros resultados obtidos pela geografia política: André Siegfried² demonstrava, desde 1913, a surpreendente permanência de implantação de partidos políticos de direita na França do Oeste. Três quartos de séculos mais tarde, suas observações nunca foram desmentidas, mesmo se a especificidade dessas regiões tenha progressivamente se atenuado. É do lado da história, do choque de época revolucionário e da guerra de Vendée³ que geralmente se volta para compreender a singularidade de atitudes que, aliás, nada justifica. Mas esta história seria logo esquecida se não tivesse permanecido memória viva, se não tivesse suscitado uma desconfiança profun-

da perante todas instituições republicanas, da escola em particular, e não tivesse pactuado com um catolicismo de combate. Num registro vizinho, Emmanuel Todd sublinha um bocado de influência persistente das estruturas familiares sobre os comportamentos políticos, em quase toda Europa.

As pesquisas dos quinze últimos anos retomam, incessantemente, os componentes locais da vida social e política. Mesmo países de sociedade profundamente bem unificada e estandarizada, como os Estados Unidos, não escapam desses efeitos.

Quase todos geógrafos do começo do século achavam que seus papéis consistissem em sublinhar o peso dos revêses naturais na vida social. Ligavam-se à fertilidade do solo e à sua aptidão em garantir a vida de populações numerosas. Inquietavam-se com os recursos minerais, com a abundância de reservas de hulha, com a riqueza das jazidas de ferro. Sabiam que, com certeza, o comércio e as trocas liberam os grupos de uma submissão exagerada das possibilidades do meio onde estão instalados, mas isto não bastava para acalmar suas inquietudes. A guerra pairava sempre ameaçadora. Como um país muito dependente de suas importações poderia sobreviver um longo conflito? Não seria justamente sabedoria dispor, no próprio lugar, de recursos suficientes para permitir à máquina econômica continuar girando, mesmo que num ritmo um pouco reduzido?

Alguns recursos não viajam. Assim acontece com a água quando muito podia-se levar, via canais de irrigação, os caudais alimentados pelas neves das montanhas ou pelas abundantes chuvas dos trópicos úmidos a cinqüenta, cem, duzentos ou trezentos quilômetros do lugar de coleta. Nos países áridos, o imperativo da água parecia sumamente essencial.

Três quartos de século mais tarde, os progressos técnicos em transporte permitiram reduzir a poucas coisas, o peso dos recursos naturais no sucesso econômico. Desfeito pela guerra, o Japão, com uma base agrícola de extensão limitada, pouco carvão ainda por cima de qualidade medíocre e sem petróleo, em vinte e cinco anos tornou-se a

segunda potência econômica do planeta. Seus altos fornos queimam o coque fabricado à partir do carvão importado da Austrália, da África do Sul ou do Canadá e empregam minerais de ferro provenientes da Austrália, da Venezuela, do Brasil, da Libéria ou da Mauritània.

Quer dizer então que os problemas ecológicos desapareceram? Não, mas eles mudaram de tipo. Graças aos transportes, a produtividade dos ecossistemas locais ou a ausência de energia fóssil no subsolo de um país cessam de ser fatores limitantes. Hoje é possível acumular homens, formas de energia concentrada e equipamentos produtivos em qualquer ponto do planeta. O único limite advém da capacidade dos ecossistemas em receber resíduos sólidos a serem reciclados nas águas usadas e o gás emitidos pelas casas, máquinas e veículos. Nas zonas rurais, frequentemente, as atividades fora do solo geram graves poluições. Em quarenta anos, a Bretanha tornou-se uma das partes mais produtivas da França, do ponto de vista agrícola: com suas criações industriais, contribui copiosamente à produção européia de aves, ovos, carne de porco e de bezerro. A abundância de restos, adubo de porco⁴ em particular, traduz-se, infelizmente, por uma concentração de nitrato tão forte nos lençóis dos cursos de água, que todo o sistema de produção é questionado, fazendo com que ocorra um processo de desconcentração de atividades. Há níveis de concentração que não devem ser ultrapassados: os políticos começam a tomar consciência. Os geógrafos podem ajudar a melhor compreender a atual dinâmica e a analisar, ao mesmo tempo, as dimensões sociais, regionais e globais dos atentados aos equilíbrios naturais.

Ainda subsistem certos revêses naturais, de estilo tradicional: em particular, os ligados à raridade da água. Os Estados afetados pela aridez ou ameaças são bem conscientes disso. Os geógrafos podem, inclusive neste campo, adiantar a reflexão em vista da manutenção da paz a longo prazo.

A globalização produz tantos distúrbios encadeados, que nem sempre os políticos conseguem reconhecer à boa medida. A concorrência dos países recentemente industrializados não provém só da

baixa de preço dos fretes, da aceleração das viagens e da eficácia das telecomunicações. Ela não teria sido possível sem a evolução que tornou as técnicas mais científicas. A maior parte das de ontem só podia adquiri-las por aprendizagem, nos contactos com os núcleos onde já existiam fabricações: os países avançados beneficiavam-se de um monopólio do trabalho industrial. Este foi perdido, na medida em que a pesquisa avançava entre si e a instrução se difundia pelo Terceiro Mundo. A nostalgia não é admissível: os produtores europeus, americanos e japoneses não mais conhecerão situações delicadamente protegidas que antes lhes pareciam evidentes. Os políticos deviam compreender que nenhum país pode esquivar-se das novas condições de concorrência.

Graças à revolução dos transportes rápidos e das telecomunicações, as firmas tornaram-se livres para distribuir, à vontade, os estabelecimentos produtores. Elas respondem às pressões que os Estados lhes submetem, deslocando-se. As nações perderam o domínio de suas economias: as medidas que tomam tornam-se contra-produtivas, desde que ameacem o equilíbrio das empresas.

A soberania dos Estados se vê então erodida pelo alto - já que convém criar conjuntos pluri-nacionais mais adaptados às novas condições da concorrência e por baixo, porque cidades e regiões, que as políticas nacionais não protegem mais, lutam pelo direito de praticar políticas de sedução junto aos investidores.

No interior dos Estados, exaurem-se as estruturas regionais hierarquizadas, apoiadas em redes urbanas regulares: desde então, contam apenas as metrópoles suficientemente poderosas para serem conectadas, por voos diretos, com todos os centros de controle e de impulso da economia global e as cidades que lhe são bem religadas, para em torno delas gravitar. As políticas de planejamento, tais como se aprendeu a conceber há uma geração, não mais se adaptam ao mundo atual.

A geografia oferece ainda mais aos políticos: situando-se em outra escala de tempo - a das longas evoluções e buscando a economia-mundo em seu conjunto, ela lembra que o destino das formações

políticas é indissociável de sua contribuição com os circuitos de produção e de troca internacionais. Durante muitos séculos, os Estados instalados no centro do mercado mundial, na Europa e depois na América do Norte e no Japão, puderam se organizar em espaços nacionais, dispor de finanças abundantes, criar exércitos e marinhas eficazes, e assim assegurar seu domínio coletivo global. Na periferia, as condições eram radicalmente diferentes: a mediocridade dos ganhos impedia a realização de retiradas de capital importantes. O Estado não podia reunir os meios necessários para assegurar seu controle no interior (falta de uma administração regular) e sua segurança exterior (falta de poder equipar e pagar regularmente um exército, uma marinha e mais tarde, uma aviação).

As condições nas quais vivemos são diferentes. A metropolização tende a melhor repartir as funções de direção e controle, já que são divididas entre todas as metrópoles do conjunto mundial. Mas a acumulação de homens nas grandes cidades do Terceiro Mundo não as transforma, automaticamente, em organismos urbanos eficazes. Sem um mínimo de serviços públicos e segurança, não é possível desenvolver-se, no entorno, outras produções além de energia e matérias primas.

A mutação em curso vai mais longe: é o funcionamento dos Estados avançados que está ameaçado: as deslocalizações reduzem os impostos que entram; as máquinas administrativas criadas pelos Estados de bem-estar são tão pesadas, que esses são obrigados a suspender suas retiradas de capital a todo momento, acelerando assim o êxodo de empregos. Se renunciaram aos excessos de proteção social, tal como a Grã-Bretanha da Sra. Thatcher ou na Nova Zelândia, são todos os mecanismos de regulação social que entram em pane.

A mundialização tem outras consequências que os geógrafos costumam sublinhar: ela multiplica os contactos diretos entre os povos. As pessoas viajam mais, aprendem a se conhecer mas também, que lâstima, a reforçar os clichês de idéias recebidas. Para uma empresa ou associação fica fácil manter serviços ou antenas no estrangeiro. As relações internacionais pertencem cada vez mais

à esfera do privado. Isto fica bem claro no campo filantrópico ou cultural: os órgãos não governamentais tornaram-se parceiros essenciais de todas as relações entre os países ricos e os que ainda sofrem de pobreza.

O mundo no qual nós entramos se estrutura em torno de redes internacionais. Sempre houve diásporas. As que se multiplicam hoje não são mais feitas de células que mal se comunicam entre si. Visando manter contactos, as comunidades dispersas tiram partido dos voos charters e das telecomunicações. Em um mundo que precisa de intermediários ambivalentes⁵ em muitas áreas culturais ou linguísticas, elas são chamadas a bancar, cada vez mais, o papel de suporte de grandes redes. As minorias estrangeiras sabem, desde então, que podem reivindicar *status* mais vantajosos que os que lhe eram outorgados, quando não participavam tão diretamente da vida internacional.

Deste modo, os geógrafos podem mostrar aos políticos todas as implicações das mutações em curso. As transformações do cenário internacional

lhes dão, ao mesmo tempo, um outro papel: num mundo mais aberto, onde grande parte das interações é negócio de empresas ou associações, os cidadãos participam mais diretamente da vida internacional do que outrora. No passado, eles votavam, depois viam seus eleitos agir. Hoje, eles intervêm diretamente no estrangeiro, tanto no campo econômico como no cultural; as organizações e as empresas que criaram ou nas quais trabalham, podem se desinteressar pelo contexto político dos lugares onde se implantaram. Com frequência e à contravontade, elas se tornam importantes elementos da vida política local.

Os geógrafos já não têm unicamente o dever de esclarecer os responsáveis políticos. Eles devem, cada vez mais, elucidar a população sobre quais são as chances de ação e também suas responsabilidades num mundo ora ampliado. Sem dúvida, é por conta disso tudo que a geografia nunca teve tanta necessidade de ser política.

Tradução de Eduardo Yázigi

Notas

¹ *Vetores* são veículos capazes de transportar carga nuclear. N.T.

² André Siegfried (1875-1959), geógrafo e sociólogo francês, é autor de numerosos trabalhos de sociologia política e de geografia econômica; foi membro da Academia Francesa. N.T.

³ Trata-se de uma insurreição contra-revolucionária ocorrida em 1793, entre os camponeses da Bretanha do Poitou e do Anjou, por uma Constituição civil do clero. Após alguns sucessos em

Fontenay, Cholet e Saumur, os camponeses da Vendée foram encurralados na margem esquerda do Loire. Em 1795 o General Hoche outorgou liberdade de culto, pacificando completamente a região. N.T.

⁴ "Lisier" no original: palavra derivada de um dialeto suíço, significando uma mistura de excrementos de porcos, com os quais se obtém a purina. N.T.

⁵ "Travailler à cheval", no original. Isto é, ter um pé em cada lado. N.T.



REPRESENTACIONES DE LA GLOBALIZACION Y EL PAPEL DEL ESPACIO

José Estébanez

En este trabajo presentamos en primer lugar los cambios más significativos de la llamada economía global, informacional, postindustrial o posfordista, ya que consideramos que toda reflexión geográfica para ser eficaz, debe partir del conocimiento y concientización de la época en que vivimos, lo que supone saber qué es el mundo, cómo se define y funciona, y reconocer el lugar que cada país ocupa en el conjunto del planeta (SANTOS, 1994). Posteriormente analizamos las representaciones más comunes de la globalización, destacando el carácter parcial, interesado y reduccionista de las mismas; y finalmente, señalamos el gran papel que en el momento actual desempeña el espacio, puesto que en él se materializa la memoria histórica, y es el lugar de encuentro del pasado y del futuro a través de las relaciones sociales del presente. Este planteamiento es contrario a las profecías de Toffler (1981) y O' Brien (1992) y se opone también a la alarmante situación de la Geografía fragmentada en infinitos campos sin presentar un núcleo aglutinador, por lo que sigue vigente hoy la caracterización de nuestra disciplina hecha por Santos (1990) de una ciencia "viuda de espacio"

Transformaciones económicas recientes

La economía mundial ha experimentado profundos cambios en los últimos treinta años que pueden resumirse en cinco puntos básicos:

Las fuentes de la productividad depende cada vez más de la aplicación de la ciencia y de la tecnología, así como de la calidad de la información y gestión del proceso de producción, consumo, distribución y comercio. Autores tales como Solow (1957) y Nelson (1981) demostraron que las economías avanzadas, aumentaron su productividad no tanto por la simple adición en el proceso de producción de capital y trabajo, como ocurrió en las primeras fases de la industrialización, sino como resultado de una combinación más eficiente de los factores de producción. E incluso algunos explican el desplome económico de la Unión Soviética por la dificultad e incapacidad de aplicar e desarrollar ciencia y tecnología al proceso de producción (AGENBEYAN, 1988). Es cierto que el conocimiento fue siempre importante en la organización del desarrollo económico, pero al aumentar la complejidad y la productividad de una economía, mayor es su componente informacional y mayor el papel desempeñado por los «nuevos conocimientos», la información y sus aplicaciones a la producción y a la organización de las actividades económicas.

La Segunda característica de la nueva economía, que constituye otra tendencia secular aunque acelerada en los años recientes, es el cambio en las sociedades capitalistas avanzadas de la producción material a actividades relacionadas con procesos de información que tienen cada vez más peso en la formación del PIB y en la absorción del empleo. Este fenómeno parece más relevante que el concepto de transición de la sociedad industrial a la de servicios, ya que este sector incluye actividades muy diversas, siendo las más dinámicas (servicios productivos) parte integral del proceso de producción industrial (COHEN y ZISMAN, 1987). Por ello, la transformación

de la estructura económica de las sociedades avanzadas es la aparición de lo que Porat (1977) llamó economía informacional, jugando un papel esencial la manipulación de símbolos en la organización y aumento de la productividad. En 1990, Castells (1993) estimó que el 47,7% de la población empleada en Estados Unidos, el 45,8% en Reino Unido, el 45,1% en Francia y el 40% en Alemania Occidental se vinculaba a actividades ligadas al mundo de la información.

Profunda transformación en la organización de la producción y de las restantes actividades económicas, lo que en síntesis supone el paso del modelo de producción fordista al de acumulación flexible, bajo la forma de una organización descentralizada y flexible compatible con una fuerte concentración empresarial y un papel cada vez más importante de las grandes corporaciones transnacionales.

La nueva economía es una economía "global", en la que el capital, la producción, la dirección, los mercados, el trabajo, la información y la tecnología operan sin tener en cuenta las fronteras de los países. La competitividad es mundial, tanto en las grandes empresas como en las de tipo medio e incluso modestas. La internacionalización del comercio no es un hecho reciente, sino que se viene produciendo desde los siglos XVI y XVII, pero el hecho de que la economía nacional trabaje como una unidad a nivel mundial en tiempo real resulta nuevo, por ello asistimos no sólo a la internacionalización de la economía, sino también a un proceso de globalización de la misma, es decir, la interpenetración de actividades económicas y de economías nacionales a nivel global.

Finalmente, estas transformaciones económicas y de organización en la economía mundial se producen en medio de una de las revoluciones técnico-científicas de mayor repercusión en la historia de la humanidad (SANTOS, 1994). El núcleo de esa revolución lo constituyen las tecnologías de la información (microelectrónica, informática y telecomunicaciones) y en torno a ellas, una serie de innovaciones relacionadas con la biotecnología, los nuevos materiales, el uso de rayos láseres y el desarrollo de energías renovables, lo que transformó la base material de nuestro mundo en menos de 20 años. Esta revolución técnico-científica fue estimulada en su aplicación por la demanda generada por

la organizaciones económicas y, a su vez, las nuevas tecnologías constituyen un material indispensable para tales transformaciones organizativas. Por lo tanto, la ampliación de las telecomunicaciones creó la infraestructura material necesaria para la formación de la economía global, del mismo modo que actuó el ferrocarril en la formación de mercados nacionales durante el siglo XIX. La nueva economía produce una nueva estructura en la pirámide ocupacional del empleo, registrando una pérdida creciente de los obreros-fábrica y un descenso alarmante del nivel de sindicación, una gran flexibilidad en la producción y dirección de las empresas, ya que pueden funcionar en unidades autónomas e integrarse funcionalmente a través de redes de información, construyendo así un nuevo espacio económico al que Castells (1989) denominó "espacio de flujos" fuera del control de las formaciones sociales locales. Todo ello forma un nuevo tipo de economía que algunos economistas y sociólogos denominan "informacional" (Landau y Rosenberg, 1986, Bermiger, 1988; Castells, 1989).

2. Representaciones de la globalización

Se dice que la Geografía es una ciencia espacial que estudia los lugares en su diversidad, así como las causas que la producen. Los lugares pueden definirse como una parte del mundo social en el que la gente vive, trabaja y se socializa. La interacción de estas actividades a lo largo del tiempo confiere a los lugares su carácter específico y único, y por ello para comprender un lugar es preciso entender las diferentes relaciones en el trabajo, en la vida, en la actividad política que ocurren en ese lugar. Existe además una serie de relaciones sociales que no se confinan al lugar pero que inciden en él y son las que los conectan con otros lugares y otros pueblos. Por lo tanto, para comprender y así poder transformar los lugares, es necesario insertarlos en una red de flujos y conexiones que exceden el lugar objeto de estudio. En el mundo actual, lo que comemos, cómo trabajamos, cómo descansamos está cada vez más ligado a procesos de alcance global. Ahora bien, la globalización, como otros muchos conceptos, es objeto de representaciones y como es sabido, toda representación es parcial, sesgada e interesada. Así

por ejemplo, en 1990 la *National Geographic* publicó lo que pretende ser el mapa más realista, objetivo y "distanciado" de nuestro planeta. El mapa elaborado por San y Lloyd Van Warren se dice que es la imagen del mundo tal y como es, gracias a la tecnología de las imágenes tomadas por los satélites. ¿De qué clase de representación se habla? Wood (1993) hace de este mapa un examen riguroso y crítico e indica que al igual que cualquier otra representación, desde los discarios isidorianos, es una producción, lo que implica un conjunto de decisiones, prioridades e intereses. En el mapa analizado señala:

No es el fruto de una sola fotografía, sino de la división de la superficie terrestre en 35 millones de fragmentos; cada uno de ellos fue registrado individualmente y luego fundidos para componer un solo mapa.

Estos fragmentos o píxeles no son fotografías propiamente dichas, sino registros de scanner convertidos posteriormente en imágenes fotográficas.

La decisión de emplear el scanner en lugar de otras tecnologías disponibles, la decisión sobre la longitud de ondas utilizadas, el nivel de resolución adoptado, todas fueron decisiones influidas por factores sociales, consideraciones militares o simples conveniencias burocráticas.

A la imagen producida por la tecnología del scanner se le aplicó color, fue pintada (Van Sant es un artista y Van Warren un técnico de la NASA). Se seleccionaron los colores considerados más "realistas" pero. ¿qué se quiere decir con ello? No son los colores que se registraron con la toma de las imágenes. El planeta - como se sabe - a diferentes distancias y con diferentes ángulos de toma y con el empleo de diversas tecnologías produce coloraciones muy variadas. Van Sant seleccionó realmente aquellos continentes con diferentes intensidades de verde y ocre, la Antártida en blanco, etc. En suma, después del despliegue de toda la parafernalia tecnológica se produce una representación de la tierra tal y como nos la imaginábamos.

Todas las decisiones descritas reflejan el hecho de que en toda producción social de cualquier representación, se toman unos elementos en cuenta o se subrayan unos más que otros, e incluso algunos se dejan de lado, lo que indica que se opta por una visión dentro de una gama de opciones posibles. La cuestión del punto de vista es más clara al analizar la proyección utilizada. Los satélites captan las imágenes desde un determinado ángulo y de acuerdo a una proyección. En el mapa considerado, se empleó la proyección de Robinson que disminuye considerablemente las regiones ecuatoriales en relación con las polares. Así por ejemplo, Groenlandia aparece un 60% ampliada y el continente africano un 15% reducido. Todo el globo aparece iluminado al mismo tiempo, lo que no es real. No aparecen nubes. Cada uno de los 35 billones de píxeles se seleccionaron durante el período de tres años para conseguir las mejores condiciones de iluminación y de cubierta vegetal. Luego se trata de una representación de la tierra sin noche y sin estaciones. En suma, el proceso de representación no es un hecho erróneo en sí mismo, lo equivocado puede ser el hacer ver que esta representación es la imagen real de la tierra, cuando solo es una imagen socialmente producida, cosa que no puede hacerse de ningún otro modo.

Este ejemplo nos ayuda a comprender el carácter y el alcance de las representaciones que se hacen de la globalización.

¿Qué significa que el mundo es cada vez más global? ¿Cómo se responde a esta pregunta? Una forma de responder es señalar que aparecen cada vez más conexiones entre pueblos y lugares. Millones de personas en México, Brasil, España, o Indonesia percibimos que nuestras culturas y formas de vida están cada vez más influidas por lo que ocurre en otras partes, y en este sentido se dice que el mundo es más global que antaño. Otra forma de responder es constatando que el mundo se hace más global porque conocemos con más rapidez e inmediatez lo que ocurre en otros lugares.

Una imagen que es preciso evitar, por distorsionada, es la que identifica un único proceso

de globalización: el que se produce en los países del norte, ignorando otras globalizaciones como el mundo islámico o la red de relaciones planetarias del mundo chino.

Pero la globalización no es un proceso nuevo. Lo global siempre fue el conjunto de conexiones conocidas y por lo tanto puede hablarse de diferentes fases de globalización a lo largo de la historia: exploraciones, colonialismo, etc. La globalización se refiere al hecho de que la gente de diferentes partes del mundo, que durante un tiempo no estaban influidos por el exterior, se ven partícipes del mismo *espacio social* y regidos por el mismo *tiempo histórico*. Este proceso se hizo paulatinamente y la globalización no debe pensarse como un proceso uniforme, pues de hecho existen diferentes formas de representación de este fenómeno.

Nosotros vamos a analizar la globalización acercándonos más a los tipos de lazos y conexiones entre los lugares, que para muchos son signos inequívocos de la globalización en la que vivimos. Es algo así como si lo que ocurre en nuestra cotidianidad trabajo, ocio, comida estuviera ligado con las cosas que se dan en otras partes del globo. Es decir, el trabajo contenido en los objetos y bienes que adquirimos diariamente se origina en un sinfín de lugares dispersos en el mundo.

Existen diferentes imágenes o formas de representar la globalización, y cada una de ellas constituye sólo una representación parcial y distorsionada del fenómeno. Analizaremos a continuación las tres representaciones más comunes de la globalización: la económica, la cultural y la política. En la económica se nos presenta un mundo de flujos sin fronteras; en la cultural el modo de vida occidental arrastra y se impone a otras culturas; en la política se nos presenta la disolución progresiva del Estado-nación en beneficio del poder de las transnacionales.

La primera imagen, la de un mundo económico, es más un deseo de algunos que una realidad. De hecho, una economía global no es tanto un mundo sin fronteras tal y como lo concibe Ohmae (1991) sino una situación donde las

barreras impuestas por los países para evitar la libre circulación de flujos se han rebajado lo suficiente para posibilitar a las empresas transnacionales establecer negocios en cualquier parte que deseen. Pero en este nuevo mundo se crean nuevas zonas económicas que no siempre coinciden con las fronteras nacionales (Italia del Norte, Alsacia-Lorena, Baden-Würtemberg), y en otros casos se solapan entre dos naciones como ocurre en San Diego-Tijuana (ALLEN, J., 1995). Pero la globalización no se produce de un modo uniforme. En el inicio de la década de los años noventa, los países subdesarrollados que hoy constituyen el Cuarto Mundo, se alejaron aun más del mundo occidental tanto en el espacio económico como en el social; la globalización tiene sentido en los países occidentales, e incluso en éstos, en ciertos grupos sociales de determinadas regiones y ciudades, pero en el resto la destrucción del Estado de Bienestar produce un incremento de la pobreza y un aumento de la polarización socioeconómica entre la clase media suburbana y las clases bajas del centro de las ciudades. De esta forma, las ciudades norteamericanas se describen cada vez más como *donuts urban: Blacks in the industrilized centre, lily-white in the job-rich-rim* (DAVIS, 1992, p.17).

El proceso de comprensión tiempo-espacio no significa que todas las partes se hacen uniformes. Para algunos el mundo es realmente muy pequeño y ningún punto está más alejado de las 24 horas; para otros, la mayor parte de la población mundial, el mundo sigue siendo muy grande, difícil y a veces terrorífico.

Por otra parte, las empresas globales para merecer esta consideración deben tener en cada localización una representación de sus actividades (producción, I+D, dirección de servicios de mercado, distribución y ventas), lo que supone una integración profunda que pocas empresas transnacionales cumplen. Por ejemplo, las multinacionales del automóvil, a pesar de sus recientes intentos de "nacionalizar" sus filiales, siguen reteniendo en el país donde radican sus sedes centrales la parte del león tanto en las inversiones en I+D (90% de la Honda y de la Ford) como de las restantes decisiones estra-

tégicas. Incluso en la IBM, la multinacional más "extranjera" la estrategia de producción, decisiones financieras y organizativas e inversiones en I+D, radican esencialmente en Estados Unidos (CARNOY, 1993). Por otra parte, en países como México y Brasil la sensibilidad descentralizadora de esta multinacional se limita a operaciones de montaje y venta. Algo semejante ocurre con los grandes grupos bancarios que están muy influidos por las condiciones económicas y financieras del país de origen. Por consiguiente, no vivimos en la era de las empresas globales, ni en un mundo de espacios económicos indiferenciados, las multinacionales siguen conservando sus sedes centrales, en tanto que sus filiales se mueven al ritmo marcado por las sedes centrales y en algunos casos por los gobiernos de los países cuando apelan a los "intereses nacionales"

Además no todas las regiones del mundo se insertan en este mapa de la globalización; incluso las escasas empresas globales sólo cuentan con un corto número de emplazamientos, preferentemente en países desarrollados, en tanto que extensas áreas siguen estando desconectadas. Y en cuanto al libre movimiento de la fuerza de trabajo está muy lejos de ser real.

En lo que atañe a la imagen cultural de la globalización, hay que considerar que los efectos de la cultura occidental transmitida por los poderosos medios de comunicación no producen una homogeneización cultural, ya que los diversos pueblos reciben e interpretan los estilos de vida occidentales de un modo particular y propio, muchas veces inesperado en relación con los objetivos de los productores de imágenes. Los mercados de música, alimentación, diseño, etc., se remodelan en una variedad de formas en todo el mundo.

De este modo, la cultura global transforma las culturas locales, pero no unifica el consumo, orientado en cada país a ciertos grupos. Se reúnen productos culturales de todo el mundo y se convierten en objetos para un mercado cosmopolita. Lo local y lo exótico se desprenden del lugar y del tiempo y son envasados para comercializarse

en los países desarrollados. Por consiguiente, la noción de cultural global es una clara distorsión: no hay convergencia de estilos culturales, sino transformaciones mutuas originadas por el capital y también por las migraciones hacia las grandes ciudades globales, ya que los emigrantes llevan con ellos sus modelos culturales e influyen en la sociedad receptora (música, cocina, etc.).

Y en cuanto a la imagen política, lo cierto es que los problemas de contaminación o seguridad exceden las fronteras nacionales, y que la respuesta es una política global. Sin embargo las organizaciones supranacionales. ¿cuánto tienen de global?: en muchos casos sólo se moviliza un grupo de países (contaminación de ríos) y, en otros, el grado de preocupación y motivación es muy diverso. Así que la imagen de una política de cambio global está también sesgada, porque se tiende a presentar el medio ambiente lo mismo que los procesos económicos como si fuesen todos ellos de alcance mundial y de impacto uniforme, olvidando la conexión existente entre el despilfarro de los países occidentales y la pobreza de los que trabajan en el Tercer Mundo para mantener el nivel de consumo de los países ricos. Por tanto, es cierto que muchos procesos globales exceden las posibilidades del Estado-nación, pero diferentes países sufren estos impactos de forma muy desigual.

En suma, las tres representaciones de la globalización son imágenes distorsionadas que atraen nuestra atención hacia ciertos procesos, pero ocultan otros. Y así se presenta una imagen de globalización económica en la que desaparecen las barreras que impiden la libre circulación de dinero, personas y productos pero en la realidad existen pocas empresas realmente globales, una circulación monetaria muy centrada en los países desarrollados y muy escasos movimientos de trabajadores. Se insiste en la ruptura de las barreras culturales y en una cultura global uniforme, cuando lo que ocurre realmente es una acentuación de diferencias culturales y de diversidad estandarizada. Asimismo, se reitera la incapacidad del Estado-nación para controlar ciertos procesos globales, pero se olvida que la

naturaleza y los impactos de los procesos es desigual según los países.

Estas tres imágenes de la globalización son simplificadoras y dejan de lado el carácter desigual de los procesos globales o el hecho de que las gentes no formen parte del mismo espacio global, e incluso en este caso, olvidan que conocen experiencias desiguales (limpiadoras, guardas de seguridad, ejecutivos en un edificio inteligente). La experiencia de la desigualdad sigue ausente, se escamotea y por eso se requiere una geografía global de esta representación, aunque según determinados análisis puede parecer a primera vista que la geografía es ya algo superfluo.

3- La globalización y el espacio

La difuminación de las barreras espaciales y el abaratamiento de los costes de transporte y telecomunicaciones no producen efectos uniformes sobre los lugares, sino que se ven influidos por el desigual desarrollo que previamente tenían estos lugares. Además aunque los lugares estén ligados globalmente no siguen la misma dirección y de hecho incrementan la diversidad y la desigualdad. Por otra parte, dentro de los mismos lugares, especialmente en las grandes ciudades, encontramos grupos de gentes insertos en el mismo proceso de globalización pero con diferentes experiencias y modos de vida.

El concepto de distanciamiento tiempo-espacio de GIDDENS (1990) impide considerar las sociedades como entes discretos y autónomos. Para Giddens la vida social está formada por dos tipos de relaciones; existen por una parte contactos cara a cara que se producen en el desarrollo de la cotidianidad, y por otro, contactos distanciados posibilitados por las nuevas tecnologías aplicadas al transporte y comunicaciones que aceleran la convergencia tiempo-espacio (JANELLE, 1973). Además la llamada por Harvey (1985) "comprensión tiempo-espacio" explica que el mundo se encoja por imperativos del capitalismo que busca nuevos mercados y trata de acelerar el tiempo de rotación del capital. Estos procesos llevan a MacLuhan a hablar

de la "aldea global" y señala que los descubrimientos electromagnéticos han recreado el campo simultáneo en todas las actividades humanas de tal modo que el género humano vive en condiciones de una "aldea global" (MACLUHAN, 1962). Más tarde (1964) señaló que el mundo se comprime y contrae electrónicamente, así que lo global no es más que una aldea en la que se impone la comunicación oral, pero a escala global, sobre el mensaje escrito que apoyaba los conceptos de nacionalismo, autoridad delegada, pensamiento lineal, etc. En la aldea global reina la confusión, la incertidumbre y el miedo.

En suma los medios electrónicos facilitan las relaciones distanciadas y la conexión de lugares alejados generándose una "destradicionalización" y un empequeñecimiento del mundo. Es decir, el espacio se comprime de un modo creciente y llegó a decirse que la geografía, ciencia espacial, perdía su razón de ser; así en 1970 A. Toffler proclamó la "muerte de la geografía" a manos de los nuevos transportes y comunicaciones que despojaron al lugar de su razón de ser como fuente esencial de diversidad. También O'BRIEN, veinte años más tarde (1991) habló del "fin de la geografía" al llegarse "a un estado de desarrollo económico donde la localización geográfica o bien no importa o importa mucho menos que antes"

Ahora bien, la difusión de las comunicaciones no borra las jerarquías, ni las tecnologías impulsan, por el hecho de su existencia, el cambio social (determinismo tecnológico). El poder comunicarse no implica la desaparición de los desequilibrios sociales, por tanto aunque el mundo mengua lo hace más rápidamente para unos que para otros, y por ello la imagen de una organización social y económica en la que el espacio apenas cuenta, se contradice con el grado de concentración de las inversiones e innovaciones en los países del centro que absorben las tres cuartas partes de las inversiones, pero sólo suponen el 14% de la población mundial, y asimismo, son responsables de la mayor parte de las emisiones contaminantes.

En suma, el tejido de relaciones y lazos que se extiende en el globo comunicaciones, flujos financieros y contaminación - genera una geografía

desigual entre y dentro de los países; estos procesos originan formas de desarrollo desigual y operan sobre lugares que ya conocieron los efectos de un desarrollo desigual anterior.

Por otra parte, conforme se contrae el espacio en términos de tiempo, los lugares tienden a hacerse más significativos y la gente es más conciente de la diversidad de otros tiempos y lugares.

Además el desarrollo desigual no afectó sólo a las diferencias y diversidad de los lugares, sino que implicó también una desigualdad geográfica. La desigualdad básica resulta, como hemos visto anteriormente, de estar o no incluido en el mapa de la globalización, e incluso estando incluido existe una amplia gama de resultados. Tampoco la aproximación física de la gente implica mayor acercamiento social: las personas pueden ocupar el mismo lugar de trabajo, vivir en la misma ciudad o en el mismo edificio, pero formar parte de mundos sociales muy alejados. El turismo internacional mezcla visitantes ricos con trabajadores autóctonos, pero eso no supone un acercamiento social (turistas y camareros). Son grupos que se entrecruzan en un mismo lugar pero que apenas mantienen relaciones.

Parece oportuno interrogarse sobre la pertinencia del espacio en general y del espacio urbano en particular en nuestros días, cuando todo parece indicar que caminamos hacia un espacio global e indiferenciado de flujos económicos. ¿Qué sentido tiene estudiar las influencias de la dimensión espacial cuando algunos científicos declaran que la localización concreta de las actividades humanas no cuenta en una economía global? Es decir, anuncian también el fin de la geografía de la misma manera que se decretó no hace mucho el fin de la historia.

Pienso que esta corriente devaluadora del espacio se debe a una cierta propensión manifiesta en las ciencias sociales de subrayar en demasía el factor económico en detrimento de otras dimensiones sociales (políticas y culturales) que muchas veces son factores de gran importancia a la hora de explicar el grado de difusión de las innovaciones sobre un territorio. Por otra parte, la inercia de aferrarse a

un deductivismo de corte economicista, dificulta la investigación empírica o el tratamiento de otras variables explicativas que no sean las estrictamente económicas. Así por ejemplo, para explicar el grado de desarrollo económico regional no parece sensato obviar el espacio, puesto que el desarrollo es un proceso que se propaga y produce en el espacio. Por lo tanto, lejos de avanzar hacia una configuración *aespacial de la sociedad*, es decir, lejos de estar cercano el fin de la geografía, las diferencias espaciales entre las regiones o ciudades son cada vez más notorias, y estas diferencias han de buscarse no sólo en la esfera de lo económico, sino también en las dimensiones política y cultural, ya que a pesar de la globalización patente de los procesos económicos, las diferencias regionales y la personalidad de las ciudades continúan y juegan un papel esencial en la localización de las nuevas actividades económicas. Por lo tanto, aparece una clara contradicción entre, por una parte, el discurso globalizador de los economistas y la terca persistencia de las desigualdades socioespaciales.

Por otra parte, la inercia de aferrarse a un deductivismo ahistórico de corte economicista dificulta la investigación empírica o la inclusión de otras variables explicativas. Un ejemplo notorio del fracaso de la mayor parte de las teorías económicas movilizadas en la explicación de los desequilibrios regionales (teorías del equilibrio y desequilibrio, dependencia, centro-periferia, etc.), son incapaces de explicar la evolución de las disparidades regionales europeas desde el final de la 2ª Guerra Mundial hasta nuestros días. A lo más que llegan es a explicar lo ocurrido en períodos de 10 ó 20 años, pero no logran explicar el auge actual de las regiones que hoy constituyen la banana europea, otrora regiones atrasadas.

Conviene señalar que las tecnologías no originan un único modelo socioterritorial, que depende del modo en que una formación social utilice estas importantes herramientas. Es bien sabido que existen actualmente dos modelos de capitalismo: el llamado germano-nipón y el estadounidense. El primero apuesta por la cualificación de los recursos humanos, fuerte

remuneración, grandes inversiones en el sistema educativo y en I+D, y por las innovaciones tecnológicas aplicadas a los bienes de consumo. El modelo estadounidense se apoyó, hasta la llegada de Clinton, en una "economía de casino" militarización de la economía y precarización del empleo (37 millones sin asistencia médica, incremento de la pobreza, no sólo en la ciudad central, sino en los suburbios).

Asimismo, las teorías del desarrollo regional devaluaron el papel de factores tan importantes como el nacionalismo y fueron incapaces de prever sus efectos, así como el rebrote fascista que aparece en Europa occidental y oriental y los fundamentalismos islámicos (JUILLARD, 1994), manifestados en la xenofobia ante las minorías de inmigrantes o minorías étnicas, limpieza étnica, fanatismo religioso, etc.

La clave explicativa de las desigualdades socioespaciales es probable que se encuentre, no en las teorías deductivas de base marcadamente economicista y con pretensiones de universalidad, sino más bien en las complejas interacciones entre las esferas económica, social y cultural. Toda transformación del espacio es siempre el resultado de una compleja interrelación de las diferentes esferas sociales en un tiempo y espacio concretos.

A todo ello es preciso añadir, que el tiempo de cambio difiere substancialmente según se trate de la esfera económica (cambios rápidos), política (medio plazo) y cultural (muy largo plazo).

Así concebido, el espacio deja de ser un simple receptáculo de elementos que actúan libre y sin traba alguna, un contenedor opaco y neutro; por el contrario, la apariencia y las formas espaciales vienen dadas por el modo en que se han conjugado los diferentes procesos de transformación a lo largo de la historia. El espacio es donde se materializan los distintos ritmos de transformación de las esferas sociales. El espacio es, pues, el resultado de una compleja conjunción de procesos pasados y presentes y por ello la difusión de las innovaciones sobre el territorio se produce siempre de un modo desigual. Por otra parte, el espacio no se modifica solamente por un cambio en el modo

de producción, ya que los procesos sociales se llevan a cabo en un espacio geográficamente diferenciado, lo que afecta a su funcionamiento y evolución (MASSEY, 1985). De este modo, se produce una constante interacción entre los procesos de cambio en una sociedad, y el espacio heredado, entre las fuerzas transformadoras y los elementos previamente existentes, que M.Santos (1990) llama las "rugosidades". El producto de esta interacción constante, de este diálogo entre los elementos que componen la sociedad, es el *espacio vivido* de los geógrafos fenomenólogos franceses o el *lugar* de los geógrafos humanistas anglosajones.

El espacio entendido como lugar, y no como mero contenedor de procesos, es activo y actúa como un filtro adaptador de procesos de origen externo e interno a la realidad y, en consecuencia, se erige en un elemento clave en la reproducción continua de las disparidades regionales o en las especificidades de cada ciudad. Por consiguiente, la dimensión económica, la política y la cultural se combinan en el espacio transformándose en lugar al añadir localización, es decir, al englobarlo en los procesos socioeconómicos y políticos cuyo origen está casi siempre fuera del área concreta objeto de estudio. A todo ello se puede añadir el sentido de pertenencia de los que viven en un espacio concreto.

En la sociedad tradicional, señala Giddens (1990), el espacio y lugar coincidían en gran medida, ya que las dimensiones espaciales de la vida social estaban en la mayoría de los casos dominadas por actividades muy localizadas cuya procedencia era de todos conocida, pero al incorporarse a la modernidad se produce una divergencia creciente entre el espacio y el lugar, ya que la integración en la cotidianidad de procesos ajenos al desarrollo de la comunidad local y la consiguiente pérdida de control sobre sus destinos por parte de los actores, provoca que el lugar resultante difiera cada vez más del espacio inicial.

De este modo, se entiende mejor el carácter único de los lugares, puesto que obedecen a combinaciones únicas en espacios concretos de distintas esferas sociales. Por ello no debe

sobrevalorarse el papel de una sola dimensión por importante que ésta pueda ser (incluso la económica), ya que los lugares son el resultado de una historia dilatada y variada. Diferentes actividades y formas de organización social han transcurrido y establecido una cierta dominación y, en algunos casos, han desaparecido. Cada nuevo lugar ha de comprenderse como la superposición de unos procesos sobre un lugar heredado que tiene sus propias rugosidades como resultado del capital histórico materializado en el territorio, impregnado de símbolos culturales y de poder. Así considerada, la dimensión espacial nos impide caer en la trampa de procesos generales abstraídos del territorio y del tiempo concretos en el que se producen, y en el excepcionalismo de los hechos singulares. Los procesos generales no actúan en el éter, operan sobre espacios concretos ante los que han de adaptarse y transformarse según las características existentes en ese espacio de actuación.

Como conclusión, si el mundo se encoge, no lo hace de manera uniforme y los procesos globales que acercan los lugares y las personas, han acentuado su diversidad y desigualdad. El mundo no se mueve en la misma dirección económica y social, ni avanza hacia la semejanza y la uniformidad. Quiero

señalar que no comparto en absoluto el conformismo que supone la tesis del fin de la historia de Fukuyama (1992), sino que sigo siendo optimista y pienso que la globalización puede significar también el inicio de una nueva era si logramos el matrimonio entre la ciencia y la tecnología con la libertad y la justicia, caminando hacia una pluralidad de niveles de decisión, es decir, hacia la "utopía poliárquica" que propugna Cardoso (1993, p.155). Conceptos como nuevo humanismo, aldea global, globalización se convierten en eslógans vacíos de contenido cuando no se incluye la pobreza, el analfabetismo y las insufribles carencias que padece una gran mayoría de la población mundial. Por otra parte, si el viejo proyecto socialista no da más fruto, será preciso, como nos recuerda Lafontaine (1990) construir uno nuevo que esté animado por la utopía de un orden social más justo, en donde el modelo de democracia liberal capitalista sea superado y no constituya la única meta posible e insuperable como predice Fukuyama (1993). El papel de la geografía, lejos de su muerte, es esencial en la construcción de esta nueva utopía, con tal de que se centre en el espacio (SANTOS, 1988) y no persista en un instrumentalismo ciego o en un revival de lo obsoleto con ropaje postmoderno.

Bibliografía

- AGANBEGYAN, A. *The economic challenge of Perestroika*. Bloomington Indiana University Press, 1988.
- ALLEN, M. "Crossing borders: footloose multinationals?" in: ALLEN, J. & HAMNETT. *A shrinking world?*. Open University y Oxford Press, 1990.
- BENIGER, J. *The Control Revolution. The technological and economic origins of the information society*. Cambridge, Harvard University Press, 1986.
- CARDOSO, F.H. "North-South relations in the present context: a new dependency?" in: CARNOY, M.;

- CASTELLS, M.; COHEN, S. & CARDOSO, F.H. – *The new global economy the information age*. Pennsylvania, The Pennsylvania University Press. University Park, 1993, pp.149-159.
- CASTELLS, M. *The informational city*. Oxford, Blackwell, 1989.
- _____. "The informational economy and the new international division of labour" in: CARNOY, M.; CASTELLS, M.; COHEN, S. & CARDOSO, F.H. – *The new global economy the information age*. Pennsylvania, The Pennsylvania University Press. University Park, 1993, pp.15-45.

- COHEN, S. & ZYSMAN, C. *Manufaeconomy*. New York, Basic Books, 1987.
- DAVIS, M. *City of quartz: evaluating the future in Los Angeles*. London, Verso, 1990.
- FUKUYAMA, F. *El fin de la historia y el último hombre*. Barcelona, Planeta, 1992.
- GIDDENS, A. *The consequences of modernity*. Cambridge, Polity-press, 1990.
- HARVEY, D. *Consciousness and urban experience*. Oxford, Blackwell.
- JANELLE, D.J. "Measuring human extensibility in a shrinking world" *The journal of Geography*, vol.72, 1973, pp.348-364.
- JUILLARD, E. *El fascismo que viene*. Madrid, Ed.Debate.
- LAFONTAINE, O. "El socialismo y los nuevos movimientos sociales" *El socialismo del futuro*. (Madrid), 1, mayo, 1990.
- LANDAU, R. & ROSENBERG, N. (eds.). *The Positive Sum Strategy. Harnessing technology of economy growth*. Washington D.C., National Academy Press, 1986.
- MACLUHAN, M. *The Gutenberg Galaxy. The making of typographic man*. London, Routledge & Keagan Paul, 1962.
- _____. *Understanding media: extensions of man*. London, Routledge & Keagan Paul, 1964.
- MASSEY, D. "New directions in space" in: GREGORY, D. & URRY, J. *Social relations and spatial structures*. London, Macmillan, 1985.
- O'BRIEN, R. *Global financial integration: the end of geography*. London, Royal Institute of International Affairs, 1992.
- OHMAE, K. *El mundo sin fronteras. Poder y estrategia en la economía entrelazada*. Madrid, McGraw Hill, 1991.
- PORAT, M. *The information economy: definitions and measurement*. Special publication 77-12 (1). Washington D.C., Departament of Commerce, Office of Telecommunications, 1977
- SANTOS, M. "Reflexions sur le rôle de la géographie dans le période tecnico-cientifique" *Cahiers de Géographie du Québec*, nº 32, 1988, pp.313-319.
- _____. *Por una geografía nueva*. Madrid, Espasa Calpe.
- _____. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- TOFFLER, A. *Future shock*. London, Pan, 1981.
- WOOD, D. *The power of maps. cturing matters: the myth of the postindustrial*. London, Routledge, 1993.

Revisão de texto por Monica Arroyo, doutoranda do PROLAM/USP.





NOTA DE
PESQUISA DE
CAMPO

TRABALHO DE CAMPO: NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS¹

Denise Elias²

Apresentação

O geógrafo Milton Santos se destaca entre os intelectuais que procuram compreender os impactos da globalização no território, sendo que o conjunto teórico-metodológico por ele produzido, nas últimas quatro décadas, em muito já fez avançar a epistemologia da ciência geográfica. Procuro apresentar, sinteticamente, os fundamentos teóricos e metodológicos que nortearam a estrutura significativa de minha tese de doutorado, embasados em sua vasta obra, realçando a organização prática da pesquisa, em especial a empírica. O objetivo principal do trabalho visava identificar a dinâmica espacial resultante do processo de modernização da atividade agropecuária na região de Ribeirão Preto (SP). Apresento esta discussão, pois acredito que a utilização do conjunto de sua obra e com a força de sua reflexão avançaremos no caminho do exercício da cidadania e da compreensão da empiricização do tempo no espaço.

1. O Meio Técnico-Científico-Informacional

Para Milton Santos, é certo que, para fazer da geografia uma ciência com poder explicativo das transformações espaciais e com algum poder de ação transformadora para a sociedade, devemos tentar destrinchar as categorias capazes de dar conta da análise das novas formas de espacialização

inerentes ao período técnico-científico. Mesmo sendo a totalidade mais do que a soma das partes que a constituem, metodologicamente podemos propor categorias de análise como forma de apreensão da realidade. De outra maneira, tudo seria uma totalidade cega. Para superar o discurso, temos necessidade de separar o todo e, assim, buscar a reconstrução intelectual da totalidade concreta, aquela que inclui o movimento das relações sociais, sem ser vazia de história, lembrando que "a história é uma totalidade em movimento, um processo dinâmico cujas partes colidem continuamente para produzir cada novo momento" (SANTOS, 1985: 53).

Nas últimas décadas, embasado no arsenal de fatos novos do atual sistema temporal, Santos vem realizando um processo de análise do espaço geográfico. O método, a metodologia, os novos conceitos e categorias que vêm sendo propostos em sua vasta obra, composta por mais de 30 livros e cerca de 400 artigos, em muito têm feito avançar a construção epistemológica da geografia.

Segundo este eminente pensador, viveríamos um novo sistema temporal desde a Segunda Guerra Mundial, o qual denomina de *período técnico-científico*², marcado por uma revolução tecnológica que possibilita a globalização da produção e do consumo, resultando, entre outros, uma geografia inteiramente nova. Dentre as mais significativas características deste novo período está a expansão do *meio técnico-científico-informacional*,

conceito que trabalha e aperfeiçoa desde o início da década de 80³

O meio técnico-científico-informacional é justamente a consequência espacial do processo de globalização, ou seja, seu impacto sobre o território. É o resultado da construção e reconstrução permanentes do espaço geográfico com conteúdos crescentes de ciência, tecnologia e informação, que são as bases materiais de toda a vida social e econômica do presente. Poderíamos dizer, então, que o meio técnico-científico é a nova 'cara' do espaço⁴ a materialidade para a e da globalização, ou ainda, sua expressão concreta, cuja expansão se dá com o aumento de *fixos artificiais*⁵ sobre o território⁶

A expansão do meio técnico-científico-informacional é a construção dos sistemas técnicos necessários à realização da produção e do consumo modernos, sua própria base material, por assim dizer. É uma das condições fundamentais para o desenvolvimento do processo de globalização, considerando que este necessita de uma organização funcional e estrutural dos fixos em sistemas de engenharia (dos transportes e das comunicações, em especial), a qual Santos (1994, 1996) classifica de *unicidade técnica*, outra nova realidade do espaço no mundo da globalização.

Há necessidade de considerarmos ainda outros novos fatos do presente sistema temporal, como a *simultaneidade*, que é a interdependência dos eventos incluídos em um mesmo sistema de relações, outro aspecto determinante e característico do presente. Permite a instantaneidade dos eventos e das informações, tornando possível uma relação unitária entre os lugares e os acontecimentos. Por outro lado, a *mais-valia mundializada* por intermédio das firmas e dos bancos multinacionais, constitui, também, uma das bases de explicação do meio técnico-científico-informacional⁷

2. Ordem Global e Ordem Local

Apesar do processo geral e avassalador de globalização que caracteriza o período em curso, como a dialética está presente em tudo e a contradição a rege, 'o mundo da globalização doentia é

contrariado no lugar e o espaço mundial existe apenas como metáfora' (SANTOS, 1993). Assim sendo, apesar da globalização que caracteriza o período em curso, desorganizando as formas de produção e organização social preexistentes, o que se processa é a criação de novas desigualdades.

O novo processo civilizatório acaba por esbarrar nas condições econômicas, sociais, culturais e ecológicas de cada lugar, região ou país, o que torna cada lugar diferente de outro, apresentando um arranjo entre as variáveis modernas e as preexistentes que não será encontrado em outra parte, muito embora existam semelhanças entre várias situações. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares, no sentido de que o arranjo que os elementos componentes do território têm em um determinado lugar, não será encontrado em nenhum outro. A própria globalização acaba por produzir a fragmentação. Daí a força crescente hoje do lugar⁸.

Milton Santos (1994) considera que, dentre os três níveis de análise possíveis -o planetário, o nacional, o regional e local- a escolha do regional e local não significa deixar de adotar uma visão holística, uma vez que não é possível pensar o todo sem o particular, da mesma forma que não é possível pensar o lugar ou a região sem pensar no mundo. O ideal é captar a realidade do lugar a partir de suas interdependências com o país e o mundo, ou seja, de sua inserção na nova divisão nacional e internacional do trabalho, considerando a difusão de fixos e fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ação e, assim, tentando vislumbrar as transformações da produção e a construção do espaço.

Microgeografia e macrogeografia devem andar juntas. O conhecimento do processo de expansão do meio técnico-científico-informacional, a partir da análise do fenômeno espacial no nível regional e local, é uma das mais importantes vias de reconhecimento da sociedade e do território dos Estados nacionais. Cabe destacar que o estudo, seja de um lugar ou de uma região, tem como premissa, que é através da microgeografia o mundo é empiricamente percebido, assim como temos que considerar, conjuntamente para análise,

a macrogeografia, visto que revela as leis gerais do mundo.

Considerando que o mundo se define como um conjunto de possibilidades e que a Formação Econômica e Social dá as condições dessas possibilidades, o estudo de uma região ou de um lugar nos ajuda a revelar a funcionalização do seu conjunto de possibilidades e das relações entre os diferentes pares dialéticos: o externo e o interno; o novo e o velho; o Estado e o mercado; configuração espacial e paisagem (1988); psicosfera e tecnoesfera; horizontalidades e verticalidades; espaço do fazer e espaço do reger; áreas luminosas e áreas opacas (1994); circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação (1986 b, 1994); os dois circuitos da economia urbana: inferior e superior (1979); consumo produtivo e consumptivo (1988, 1993); metro-polização e involução metropolitana; fábrica moderna dispersa e fazenda moderna dispersa (1993), entre tantos outros.

Embora categorias de análise clássicas, mostram-se capazes de revelar a modernização do território, fundamentalmente a expansão do meio técnico-científico-informacional. O conceito de região considerado é o explicitado em Santos (1994), portanto é entendida como fruto de uma solidariedade organizacional e não mais de uma solidariedade orgânica localmente teleguiada. A definição atual das regiões de Santos está longe daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional, uma vez que considera que temos hoje solidariedades organizacionais, uma vez que as regiões existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços.

Diante disso, a região é resultado do impacto das forças externas/modernizantes e da capacidade de suas virtualidades, mero espaço de conveniência, mero lugar funcional do todo; uma fração do espaço total do planeta, cada vez mais aberta às influências exógenas e aos novos signos do período atual. Como objeto e sujeito da econo-

mia globalizada, é um espaço que nada mais tem de autônomo, não se fechando sobre si mesmo de forma independente do resto do mundo, com o qual interage permanentemente para a renovação tecnológica e para a acumulação ampliada do capital.

Com o advento da globalização, não são poucos os pesquisadores que têm afirmado que o tempo da globalização apagou o espaço e que a expansão do capital e da tecnologia teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe. M. Santos (1988, 1994, 1996), muito ao contrário, acredita que nunca os lugares foram tão distintos uns dos outros, uma vez que o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares. Uma vez que o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine e a região e o lugar ganham força como meios para a percepção da globalização, que só se realiza com a fragmentação, recorte horizontal do espaço total.

Segundo Santos (1985: 71) "o estudo das regiões produtivas supõe que partamos do fenômeno que se quer compreender para a realidade social global, de maneira a obter dois resultados paralelos: 1. um melhor conhecimento da parcialidade que é o fenômeno estudado, através do reconhecimento de sua inserção no todo; 2. um melhor conhecimento do todo, graças à melhor compreensão do que é uma de suas partes."

Estudar uma região ou um lugar significa, diante do supracitado, a tentativa de apreender "o conjunto das relações fundamentais, que lhes dão os contornos duradouros em sua gênese e desenvolvimento" (SILVA, 1986: 11), lembrando que, a outra cara do processo de análise é um processo de síntese, sendo "a síntese a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa- que a visão de conjunto proporciona- que é chamada de totalidade" (KONDER, 1982: 37).

A análise de uma região ou de um lugar é, assim, apenas uma delimitação territorial para desvendar o jogo de relações que se estabelecem na

atual fase de desenvolvimento da história do homem. Estudar uma região ou um lugar significa detalhar sua composição enquanto organização social e econômica, na tentativa do reconhecimento do modo que essa área está inserida na nova ordem econômica mundial e as formas de reorganização de seu espaço.

3. Os Indicadores Geográficos da Modernização

Para Milton Santos, uma das ênfases primeiras de uma pesquisa geográfica deve considerar o atual período histórico como algo que pode ser definido como um sistema temporal coerente, cuja explicação exige que se considerem as características dos sistemas técnicos e dos sistemas de ação (1994, 1996). Os primeiros nos dão a expansão da materialidade, dos fixos, e os sistemas de ação nos dão as bases históricas que promovem sua realização. Considera que, para o reconhecimento dos aspectos principais do presente, devemos a modernização e sua realidade espacial concreta em sua existência sistêmica. Devemos, assim, estudar os sistemas técnicos e as suas relações com a realidade histórica.

Cabe destacar, porém, que é impossível abordar todos os problemas decorrentes dessas novas realidades ou todos os seus aspectos, mesmo porque o importante não é realizar um levantamento exaustivo de todas as variáveis que podem ser pesquisadas. Impõe-se a escolha de algumas questões, com as quais seja possível reconhecer 'a especificidade do novo e sua definição estrutural e funcional; as combinações com os fatores herdados e o seu movimento de conjunto, governado pelos fatores novos, presentes localmente ou não e, também, os ritmos de mudanças e suas combinações' (SANTOS, 1994: 129).

Há uma série de variáveis que são interdependentes e que fizeram parte de nossas preocupações. Foram, porém, privilegiados os aspectos que refletiam mais fortemente as condições da modernização atual, aqui entendida como "(...) os processos e situações sociais que incorporem ou mostrem tendência a introduzir algo de novo,

isto é, a inovar" (SÁNCHEZ, 1993: 293). Para Santos (1979: 23-27) as modernizações são uma forma de considerar as implicações temporais da organização do espaço, especialmente no Terceiro Mundo, sendo modernização a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente.

Procuramos mostrar a composição orgânica do território da área escolhida para estudo, ou seja, sua configuração geográfica, em especial a construída com o conjunto técnico inerente ao novo ciclo da civilização mundial, que nos ajuda a compreender as formas de espacialização da produção e das trocas globalizadas. Da mesma forma, os fundamentos sócio-econômicos e políticos, ou seja, os fatos da organização e controle em escala global que têm a intermediação do Estado, que viabiliza, entre outros, a construção das bases técnicas demandadas pela globalização do espaço geográfico.

3.1. Organização da Pesquisa

Agrupamos os temas de nossa investigação em cinco grandes eixos:

3.1.1. Expansão do meio técnico-científico-informacional

Minha preocupação neste item foi a de compreender as novas formas de construção do espaço geográfico que são possíveis com o conjunto técnico inerente ao período atual, que se deu com o estudo da expansão dos fixos artificiais. Estes nos ajudaram a revelar o grau de complexidade alcançado pelos conjuntos técnicos presentes na área de pesquisa. Dessa forma, o estudo do crescimento dos sistemas técnicos, dos fixos artificiais associados aos *transportes* (estradas de rodagem, aeroportos, rodoviárias, estradas vicinais, veículos etc.); às *comunicações* (centrais telefônicas, estações terminais e receptoras, antenas parabólicas, centrais de telex, agências de correios, caixas de coleta de correspondência etc.); à *eletrificação* (centrais de geração e transformação); ao *saneamento*

básico (rede de esgoto, canalização de água, estações de tratamento de esgoto e de lixo etc.); à *habitação* (casas, apartamentos, conjuntos habitacionais); à *assistência médico-hospitalar* (hospitais, centros de saúde etc.); à *educação* e à *pesquisa científica* (instituições de ensino regular e de pesquisa, especialmente de graduação e pós-graduação) etc, mostraram-se de fundamental importância para o escopo da pesquisa como um todo. Tais variáveis nos revelaram a nova composição orgânica do território urbano e rural e sua capacidade de *fluidez*, além de nos auxiliar na compreensão da *unicidade técnica*.

3.1.2. Inovações na produção agropecuária

O estudo do setor agropecuário foi um dos principais pontos trabalhados, considerando que as atividades produtivas hegemônicas da área em questão a ele se associam. Procurei dissertar sobre as formas de difusão de inovações na produção agropecuária, considerando a introdução crescente de capital financeiro, industrial e de tecnologia, uma vez que esta produção também é cada vez mais dependente do saber científico e técnico, não escapando às grandes transformações do período.

Um primeiro item discorreu sobre as mudanças na produção agropecuária com a introdução de tecnologia, que é capaz de reduzir o tempo de produção, até então sempre superior ao tempo de trabalho necessário à realização do ciclo biológico das plantas e dos animais, transformando sua tradicional relação de dependência dos fatores naturais

Enfatizamos a pesquisa da *mudança da base técnica* (inovações químicas, mecânicas e biotecnológicas) da atividade; da *substituição de culturas*, especialmente de alimentos (feijão, arroz e milho) pelas matérias-primas voltadas à demanda das agroindústrias (cana e laranja, principalmente), resultando numa intensa expansão das culturas voltadas à exportação e à produção de energia (álcool combustível). Como consequência, uma tendência crescente à *especialização funcional* da

agropecuária e sua interdependência com os demais setores econômicos, visto que constituem importantes aspectos de sua modernização. Estes itens nos ajudaram a melhor compreender a reorganização do espaço rural da região e suas novas relações com as cidades, especialmente no tocante ao *consumo produtivo* (SANTOS, 1988, 1993).

Os aspectos técnico-econômicos da modernização da produção agropecuária, que são justamente as partes fixas do capital constante (todo tipo de máquinas e implementos, tais como tratores, arados, colheitadeiras, pulverizadores) e a parte circulante do capital constante (uma série de insumos químicos - adubos, agrotóxicos, produtos veterinários etc.) ajudaram a revelar a *mudança da base técnica* desta atividade, já que uma de suas principais características é justamente a crescente substituição dos insumos naturais pelos artificiais, produzidos em escala industrial. Sempre que possível, foi destacada a técnica necessária à produção nova que é produzida na própria região, constituindo-se, assim, uma inovação.

Além das inovações mecânicas e físico-químicas, também as inovações biológicas foram fruto de nossa investigação, uma vez que o desenvolvimento da biotecnologia, em meados da década de 70, propiciou a constituição de um novo paradigma tecnológico para o setor agropecuário e tem sido fundamental à mudança da base técnica e à conseqüente reorganização do espaço rural da região em foco. Ainda quanto à mudança da base técnica, foi interessante, também, observar a expansão da informática e da robótica, permitindo a transformação não apenas da produção propriamente, mas também das formas de gerenciamento e administração do setor, a divisão do trabalho.

Preocupe-me, ainda, com as políticas públicas para o setor agropecuário, ou seja, tais como as de crédito rural, pesquisa tecnológica, do Proálcool, de armazenamento etc.

3.1.3. Especificidade da atividade industrial

O terceiro grande grupo de variáveis pesquisadas versou sobre a produção industrial.

Mostrou-se uma relação intrínseca e histórica com a produção agropecuária, especialmente nas últimas duas décadas, assim como uma obediência à nova lógica de recomposição orgânica da agropecuária. Procurei descrever as características gerais do desenvolvimento industrial da região, considerando o aumento das atividades industriais, bem como sua especialização regional, fundamental para o entendimento do crescimento industrial, uma vez que as *agroindústrias* se destacam dentro do parque industrial regional. Mas, devemos destacar que não são apenas os gêneros comumente classificados de tradicionais (produtos alimentares, bebidas, couros, peles e similares) que vêm crescendo e se modernizando, mas também os gêneros mais dinâmicos têm se instalado e desenvolvido, especialmente os que produzem bens de produção para a agropecuária e para as agroindústrias (indústrias metalúrgicas, mecânicas, químicas, de produtos farmacêuticos e veterinários etc).

Procuramos, também, reconstruir a lógica espacial dos processos técnicos sucessivos dos dois principais setores agroindustriais: da cana-de-açúcar e da laranja. Dessa forma, buscamos descrever os *circuitos espaciais da produção* e os *círculos de cooperação* (Santos, 1986) para a produção de açúcar, álcool e suco de laranja, além de todos os seus subprodutos, incluindo pelos fluxos respectivos das matérias-primas até os realizados para chegar ao local de consumo final.

Segundo Milton Santos (1986, 1988, 1994), os circuitos constituem uma série de fases correspondentes aos distintos processos de transformação por que passa o produto principal da atividade até chegar ao consumo final. Os circuitos espaciais nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração do espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total do país. Para se estudar os circuitos espaciais de uma determinada produção, é necessário considerar todas as relações técnicas e econômicas envolvidas, assim como a interação entre as mesmas.

Os fluxos imateriais também fizeram parte de minhas investigações, uma vez que são capa-

zes de revelar o caminho dos fluxos diretos, de informação e financeiros. Mostraram-se, assim, não apenas as horizontalidades, mas também as verticalidades (Santos, 1996) criadas com a organização dos dois *complexos agroindustriais* supracitados, que determinam os principais aspectos da funcionalidade e da dinâmica do espaço da região. Sempre que possível, destaquei técnicas incorporadas à produção industrial, que são filhas da ciência e produzidas endogenamente.

3.1.4. Expansão da produção não material e do consumo

Com a fluidez possível pela construção dos modernos sistemas de engenharia dos transportes e das comunicações e com a modernização da produção agropecuária e industrial, promovendo um acirramento da divisão sócio-espacial do trabalho agropecuário, intensificaram-se as trocas de todas as naturezas, difundindo o comércio e os serviços, com grandes impactos na vida social e no território. Dessa forma, conhecer a *expansão do consumo e suas formas*; assim como a intensidade, qualidade e natureza dos *fluxos de matéria e de informação* pareceram importantes para indicar uma gama de novas relações interurbanas e de um leque de novas relações entre a cidade e o campo, assim como novas formas de organização interna das cidades.

Pesquisamos *fixos e fluxos* associados à expansão do consumo, sejam ligados à produção ou associados à população: *consumos produtivo e consumptivo* (Santos, 1988, 1993). Destacaria as casas de comércio (de sementes, de máquinas, de agrotóxicos etc) e os serviços especializados para a produção agropecuária (assistência técnica, de administração, de marketing, de emprego temporário etc); os voltados às necessidades da população urbana, cada vez maior, sejam associados à alimentação, ao vestuário, à assistência técnica, ao lazer, à segurança, à cultura etc.

Outros aspectos mostraram-se de fundamental importância à compreensão da reorganiza-

ção da produção e do território da região, tais como os comércios e os serviços que se desenvolvem para suprir à demanda da produção e do consumo modernos, dentre os quais destacaria o de serviços associados à circulação material, informacional e de intercâmbio de pessoas: transportes urbanos e interurbanos, de passageiros e de cargas, e à transmissão das informações (serviços de correio, fax, telex, internet etc). Da mesma forma, os inerentes ao novo nexos financeiro e à monetarização da vida social e da difusão do crédito (agências bancárias, caixas eletrônicos, bolsa de valores, corretoras etc) também mereceram destaque. Neste último caso, as etapas de desenvolvimento da rede bancária e diversificação do setor financeiro, segundo número, nível e distribuição foram itens importantes de nossa investigação.

A partir da abordagem do consumo e de suas formas, procuramos versar sobre a expansão do consumo produtivo da agropecuária, que cresce com a incorporação de ciência, tecnologia e informação ao território rural, obrigando as cidades próximas a suprir suas demandas por insumos materiais e intelectuais (máquinas, componentes diversos, mão-de-obra especializada, crédito, administração pública, pesquisa tecnológica etc).

Por outro lado, no que tange à expansão do consumo consumptivo, associado às necessidades da crescente população urbana, especialmente no que se refere a produtos e serviços sofisticados, inerentes às novas formas de produção, distribuição e consumo, dirigidos à população de alto poder aquisitivo, destaca-se a expansão dos modernos centros comerciais varejistas (supermercados, shoppings-centers, lojas de conveniência, outlet-center etc).

3.1.5. Características da urbanização e do crescimento urbano

Até então, tratamos da produção material e não material, considerando o conhecimento objetivo das atividades produtivas e das suas leis. Outro aspecto a ser tratado era discernir sobre os fun-

damentos da organização do espaço urbano resultante da realização das atividades econômicas desenvolvidas desde que as variáveis inerentes ao processo de aceleração contemporânea e de globalização do espaço passam a ser hegemônicas para a determinação das relações econômicas e sociais na região em estudo. Refere-se, então, à economia política da urbanização e das cidades da região.

Cada vez que o território era reelaborado para atender à produção dos complexos agroindustriais, superpunham-se novos fixos artificiais sobre a natureza. O território da região se tornava cada vez mais rugoso, rigidificado sob encomenda, atendendo às demandas específicas dessas produções, promovendo uma *urbanização corporativa* (SANTOS, 1993), isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas. Diante disso, a evolução da economia e da sociedade não foi indiferente à construção do espaço geográfico, o que fez do estudo da urbanização regional um fenômeno que me ajudou a melhor compreender como agiram os elementos de mudança do território regional, segundo particularidades e singularidades do processo geral de urbanização brasileira.

Realizei pesquisas para observar a divisão social e territorial do trabalho, assim como a repartição do emprego e das pessoas na superfície do território da região em estudo. Para tanto, precepei-me com temáticas tais como a proletarianização do trabalhador agrícola; o êxodo rural; o trabalhador agrícola não rural; a migração urbana-urbana; a estrutura do emprego; o crescimento do trabalho intelectual; o crescimento do consumo produtivo; exemplos de *cidades do campo* (Santos, 1988, 1993) etc.

Sobre a economia política das cidades, destaco os elementos fundamentais para a organização interna das cidades, considerando que as mesmas se tornaram o lugar da regulação da atividade agropecuária moderna, o ponto de interseção entre *verticalidades* e *horizontalidades*. Na área tomada para estudo, mostraram-se cidades que têm se renovado ininterruptamente com a utilização de

ciência e tecnologia para a realização das atividades modernas, seja da produção propriamente ou de seu comando, gerando um espaço de fluidez, adequado à realização dos modernos complexos agroindustriais. Criaram-se espaços funcionais, exclusivos para a realização da produção material ou imaterial e, assim, cidades técnico-científicas-informacionais, com um território adaptado à realização econômica globalizada.

A economia política das cidades refere-se à busca da forma de organização da cidade face à produção e ao modo como os diversos atores da vida urbana encontram seu lugar dentro da cidade a partir da tipologia de cidades e suas funções, visto que cada produto tem seu circuito e suas estações e a cidade é formada pela interseção entre os diferentes circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação.

Procurei observar a lógica geral de organização das cidades que compõem a região e as especializações funcionais de algumas delas, sobre a ótica da expansão do trabalho especializado no campo e na cidade; da migração descendente; do crescimento do pessoal ocupado no comércio, nos serviços e na indústria; do aumento do número de cidades médias e seu novo limiar; da concentração populacional; da nova rede urbana, dada pelas diferentes densidades técnica e informacional das cidades; do crescimento da cidade de Ribeirão Preto, entendida pelo seu papel de comando e sua presença simultânea e muitas vezes instantânea em grande parte da região, especialmente baseada no papel da informação e do sistema bancário, suportes da produção associada ao circuito superior da economia etc.

As observações sobre a economia política das cidades deram-se sobre cinco grandes pilares: o primeiro tratou da expansão das cidades e da urbanização aglomerada e concentrada; o segundo do processo de macroubanização; o terceiro, das relações entre o consumo produtivo e a cidade econômica; o quarto e quinto procuraram mostrar a organização de duas das cidades fortemente associadas à expansão de dois dos mais importantes ramos agroindústrias da região.

4. Metodologia do Trabalho de Campo

Enquanto o método se associa à epistemologia ou à filosofia da ciência, a metodologia é um conjunto de recursos técnicos de apreensão da realidade e nos serve para a obtenção dos dados empíricos e seu processamento, nos auxiliando na mensuração do objeto de estudo. Apesar de não conter a essência deste, é fundamental para poder melhor apreendê-lo.

Para Thiollent (1983: 55), a metodologia pode ser considerada como conhecimento geral e habilidade que são necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados. Santos (1989: 9) considera que, "a metodologia é o resultado da aplicação de um método ou hipótese de trabalho a um objeto previamente definido (mas cujos contornos podem mudar ao longo da pesquisa). O objetivo de pesquisa é, por sua vez, definido por sua realidade empírica e pelos dados de toda natureza, em um dado momento à disposição do pesquisador ou formulados por este."

Para Manuel Correia de Andrade (1997: 77), ao lado da bibliografia "deve-se somar o hábito do trabalho de campo, das pesquisas feitas em contato direto com a paisagem e com a realidade; da leitura da paisagem, cabe ao estudioso, ao pesquisador não só observar como ela se encontra hoje, mas também como se formou e até que ponto se transformou ou se preservou. "

Acreditando nestas orientações, como fator fundamental da metodologia adotada, ressalto a importância da pesquisa empírica, lição que aprendi com Milton Santos, meu orientador na pós-graduação, que não se cansa de repetir sobre a necessidade de que os geógrafos não fiquem somente em seus escritórios e de que tomem contato direto com a realidade pesquisada, contribuindo para uma construção teórica mais consistente, uma vez que a compreensão da lógica de organização do território passa, necessariamente, pelo conhecimento empírico dos processos emergentes. Os contatos, informações e observações realizados

diretamente na área de estudo foram fundamentais para a análise da área tomada como objeto.

O trabalho de campo sempre compôs parte fundamental da metodologia geográfica. Mas diferente da geografia tradicional, que o realizava muito mais com o intuito da descrição da paisagem, o trabalho empírico hoje pode servir justamente para suplantar a forma e alcançar a essência do processo de sua formação, ajudando a reconstruir os processos gerais, ajudando-nos a recuperar a totalidade.

A pesquisa de campo organizou-se em torno de dois eixos práticos a saber: a pesquisa estatística e documental (teses, livros, mapas, censos, anuários, relatórios, atlas, diagnósticos etc), que foi a principal fonte de informações secundárias, e a pesquisa direta na área de estudo, fonte de informações primárias e secundárias.

A pesquisa estatística compreendeu a coleta e organização de séries estatísticas disponíveis produzidas, especialmente, por instituições públicas. sobre a população (total, urbana, rural, segundo sexo e idade); a atividade industrial (número de estabelecimentos, gêneros); a PEA (total, por setor); a produção agropecuária (área plantada, produção, estrutura fundiária, número de estabelecimentos); o comércio e os serviços (número de estabelecimentos, tipos, pessoal empregado); sistema habitacional; sistema bancário etc.

Por sua vez, a pesquisa documental foi realizada através de levantamento bibliográfico e da leitura sistemática de dissertações, teses, artigos de periódicos, jornais diários e livros, além de outros documentos provenientes não só da geografia, como do amplo espectro de outras áreas do conhecimento (economia, biologia, sociologia, agronomia, planejamento urbano e regional, entre outras) e que interessavam pela temática da pesquisa.

Como principais instituições fornecedoras de dados tivemos: o *IBGE* (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); a Secretaria da Agricultura e Abastecimento de São Paulo; a Secretaria de Economia e Planejamento, destacadamente o Seade (Fundação Estadual de Análise de Dados) e

a CAR (Coordenadoria de Ação Regional); a Cepam; o IEA (Instituto de Economia Agrícola); a *Embrapa* (Empresa de Brasileira de Pesquisa Agropecuária) de São Carlos; o *Sebrae*; o Instituto de Economia 'Maurílio Biagi' da Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto; a Coderp (Coordenadoria de Desenvolvimento de Ribeirão Preto); a Dira (Divisão Regional Agrícola) de Ribeirão Preto; as universidades públicas localizadas na região de estudo com destaque no ensino e na pesquisa tecnológica voltada à produção local (USP Ribeirão Preto e São Carlos, Unesp Jaboticabal e UFSCar); Instituto de Pesquisas Meteorológicas (Unesp de Bauru); a Cati (Coordenadoria de Assistência Técnica e Extensão Rural) etc.

Dentre as instituições ou empresas não públicas visitadas destacaríamos as agroindústrias (Usina São Francisco e Santa Elisa, Citrosuco Paulista, Sucocítrico Cutrale, Cervejaria Antarctica Niger); as instituições privadas de pesquisa (Centro de Tecnologia da Copersucar, Fundecitrus, Procitrus); as indústrias metal-mecânicas (Baldan, Marchesan, Bambozzi, Cemibra, Zanini Equipamentos Pesados); as empresas de comércio de insumos e implementos agrícolas (Agroceres, Agrofito, Agrotécnica, Safra); as cooperativas (Coopercitrus, Copersucar,); a Paqtc (Fundação Parque de Alta Tecnologia); a administração de alguns terminais rodoviários (Matão e Ribeirão Preto); os sindicatos de trabalhadores rurais (Matão, Araraquara, Guariba, Barrinha); empresas de recrutamento de emprego temporário (Araraquara, Matão, Ribeirão Preto) etc.

A pesquisa estatística e documental foi realizada na cidade de São Paulo, principalmente, onde se concentram as principais instituições produtoras e centralizadoras das informações secundárias necessárias, mas também visitei várias outras cidades da região que nos serviam de objeto (Ribeirão Preto, Araraquara, Sertãozinho, Matão, São Carlos, Barretos, Jaboticabal, Bebedouro, Batatais, Cravinhos, Descalvado, Guaira, Guariba, Ituverava, Jardinópolis, Serrana, Pontal, Barrinha, entre outras). Nestas cidades, as instituições públicas de planejamento, ensino superior, pesquisa

tecnológica, as secretarias de agricultura, grandes indústrias associadas aos mais destacados complexos agroindustriais, as prefeituras, entre outras, estão entre os locais visitados.

Visitamos, também, algumas feiras associadas à produção agropecuária moderna, que têm o poder de injetar dezenas de milhões de reais na economia das cidades onde ocorrem. Nosso intuito era observar o tipo de produtos e serviços comercializados, a origem das empresas expositoras, a frequência, além da possibilidade de firmar possíveis contatos para futuras visitas ou entrevistas. Destacariamos a Agrishow - Tecnologia Agrícola em Ação (em Ribeirão Preto); a Facira (em Araraquara); a Feira Agropecuária da Alta Mogiana (em Ribeirão Preto) e a Feira Nacional Sucroalcooleira (em Sertãozinho).

Lembraria, também, as visitas à alguns dos locais de oferecimento de serviços associados ao lazer que mais têm se adaptado à nova realidade do consumo de massa, que vêm ganhando relevo pelo número de visitantes, assim como pelo volume de negócios realizados e pela capacidade de movimentar a economia na cidade onde se realizam. Neste particular, destacaria as festas de peão de boiadeiro, que ocorrem de julho a setembro de todos os anos, em 26 das cidades da região, notadamente a que ocorre no município de Barretos, o maior evento do gênero em todo o Brasil.

Considerando a intenção de mostrar um retrato do presente, resultado das ações atuais e de suas interações com as *rugosidades* de sistemas técnicos do passado, os diferentes meios de comunicação (programas de rádio, telejornais e, principalmente, a imprensa escrita) foram fontes valio-

sas de informação, uma vez que a realidade movimenta-se com maior velocidade do que o seu registro escrito e, muito mais, do que a produção científica de sua interpretação.

Os jornais de circulação diária foram fontes valiosíssimas de informações, permitindo uma certa simultaneidade entre os acontecimentos e o seu conhecimento público. Neste particular, destacaríamos o Agrofólia, caderno semanal do jornal Folha de S.Paulo dedicado à agropecuária, cujos números pesquisados foram os de 1989 a 1993, principalmente; o caderno do mesmo jornal dedicado à Região de Ribeirão Preto (inicialmente com o nome de SP Nordeste e, posteriormente, Folha Nordeste), que pesquisamos desde o início de sua circulação, em novembro de 1990, até meados do ano de 1995. Lembrariamos, também, os relatórios da Gazeta Mercantil, o Jornal de Ribeirão, o Jornal da Unesp, entre outros.

O trabalho de campo foi extremamente rico, servindo, também, para tomar contato com a paisagem da região, até então desconhecida, considerando seus componentes históricos e, principalmente, fixos e fluxos atuais, sistemas de objetos e sistemas de ações, objetos e sujeitos das transformações das últimas décadas. Isto permitiu, por outro lado, aprofundar conversas e realizar entrevistas com os agentes sociais e econômicos e, conseqüentemente, realizar uma melhor síntese dos resultados obtidos com a pesquisa documental e estatística. Ressalta-se que a entrevista foi um dos recursos fundamentais da metodologia adotada, uma vez que a consideramos com muito mais possibilidade de revelar o real do que os questionários, frios e estáticos.

Notas

¹ Artigo elaborado em fevereiro de 1997 e rearranjado em junho de 1998.

² Sobre periodização pode ser visto SANTOS: 1978, 1979, 1985, 1988, 1994, 1996.

³ Esta discussão aparece em várias de suas obras,

sendo que em *Espaço é Método* (1985), dá-se um dos primeiros registros importantes sobre o assunto, ganhando grande destaque na década de 90, especialmente com a publicação, em 1994, do livro *Técnica-Espaço-Tempo: Globalização e Meio*

Técnico-científico-informacional e de A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção, em 1996.

⁴ Santos (1988, 1994, 1996) admite três grandes momentos da relação entre a humanidade e a natureza: no primeiro, o homem se defronta com o meio natural; no segundo, cria o meio técnico e, no terceiro momento, que viveríamos desde meados do presente século, constitui-se o meio técnico-científico-informacional.

⁵ *Fixos artificiais* (viadutos, edifícios, estradas de rodagem, hidroelétricas, usinas, portos, centrais de comunicações, silos, trilhos de trem, aeroportos, centros de pesquisa científica etc) são os instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, constituindo verdadeiras próteses da natureza. Hoje, estão presentes também no campo e não somente nas cidades. Os fixos juntamente com os fluxos compoem o espaço. Para um estudo sobre o espaço enquanto conjunto de fixos e fluxos pode ser visto Por uma Geografia Nova (1978), *Metamorfoses do Espaço Habitado* (1988). No aperfeiçoamento da sua construção intelectual, Milton Santos propõe as categorias *sistemas de objetos e sistemas de ação*, que aparecem claramente em *Técnica, Espaço, Tempo* (1994) e em *A Natureza do Espaço* (1996). Nesta penúltima obra citada,

aparecem ainda outras categorias nesta direção que merecem destaque: *horizontalidades e verticalidades, tecnoesfera e psicoesfera.*

⁶ No caso brasileiro, o meio técnico-científico-informacional se encontra mais desenvolvido na 'região concentrada', que Santos (1986, 1993) considera como a área composta pelas grandes regiões Sudeste, Sul e partes do Centro-Oeste. É nesta área que o meio técnico-científico-informacional se dá como área contínua, sendo que se dá como manchas nas outras áreas do território nacional e, ainda, como pontos em todos os Estados e unidades da federação.

⁷ Sobre a unicidade técnica, a simultaneidade e a mais-valia municipalizada poderia ser visto 'O Período Técnico-Científico e os Estudos Geográficos' in *Revista do Departamento de Geografia*, 4. SP: FFLCH/USP, 1985, p. 15-20); *Técnica, Espaço, Tempo*. SP: Hucitec (1994) e *A Natureza do Espaço*. SP: Hucitec, 1996. Neste último livro, Santos já apresenta uma abordagem transformada, considerando que existem três unicidades: a técnica, a do tempo e a do motor da vida econômica e social do planeta.

⁸ Sobre a força que o lugar tem hoje pode ser visto Santos, *A Natureza do Espaço* (1996), especialmente o capítulo 14.

Bibliografia

ELIAS, Denise. *Meio Técnico-Científico-Informacional e Urbanização na Região de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado, Depto de Geografia - FFLCH / USP, 1996.

_____. "Expansão do Meio Técnico-Científico-Informacional" In: CARLOS, A.F.A. *Ensaio de Geografia Contemporânea - Milton Santos: Obra Revisitada*. SP: Hucitec, 1996, p. 210-219.

KONDER, Leandro. *O Que É Dialética*. 5ª ed. SP: Ed. Brasiliense, 1982.

MULLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. SP: Hucitec/Educ, 1989 (Estudos Rurais; 10).

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. "Espacio y Nuevas Tecnologías" *Geocritica*, Barcelona, nº 78, novembro de 1988.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. SP,

Hucitec/Edusp, 1978.

_____. *O Espaço Dividido*. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979 (Coleção Ciências Sociais).

_____. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo,: Hucitec, 1982.

_____. *Espaço e Método*. SP: Nobel, 1985.

_____. "A ideologia da ocupação" *Arquitetura e Urbanismo*, abril de 1985.

_____. "A Região Concentrada e os Circuitos Produtivos" SP, USP, Relatório de Pesquisa para Finep, 1986 (datilografado).

SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. (org). *A Construção do Espaço*. São Paulo: Nobel, 1986b.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo:

- Nobel, 1987(Coleção Espaços).
- _____. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. Fundamentos teóricos e metodo-lógicos da Geografia. SP: Hucitec, 1988 (coleção Geografia: Teoria e Realidade, série Linha de Frente).
- SANTOS, Milton. *Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo, : Nobel e Secretaria de Estado da Cultura, 1990.
- _____. "Flexibilidade Tropical" *Arquitetura e Urbanismo* 38, out/ nov 1991.
- _____. *Meio Técnico-Científico e Urbanização: tendências e perspectivas*. *Revista Resgate* n°3, 1991, p.76-86.
- _____. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- _____. "A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo". In: SANTOS, Milton et alii. *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec Anpur, 1993, p.15-22.
- _____. "Metrópole: a força dos fracos e seu tempo lento" *Revista Ciência & Ambiente*, ano IV, n° 7. julho/dezembro 1993.
- _____. "Espaco, mundo globalizado, pós-modernidade" *Revista Margem*, n° 2, nov, 1993, Faculdade de Ciências Sociais PUC, SP (entrevista).
- _____. *Por Uma Economia Política da Cidade*. São Paulo: Editora Hucitec e Educ, 1994.
- _____. *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SILVA, Armando. "Epistemologia da Geografia Humana" SP, USP, 1986 (digitado).
- THIOLLENT, Michel. "Problemas de Metodologia" In FLEURY, Afonso C. C. e VARGAS, Nilton (orgs). *Organização do Trabalho*. Ed. Atlas, 1983 (p. 54-83).





RESENHAS

SOUZA, Maria Adélia Ap. de; LINS, Sonia Correia; SANTOS, Maria do Pilar Costa; SANTOS, Murilo da Costa (orgs.)

METRÓPOLE E GLOBALIZAÇÃO – CONHECENDO A CIDADE DE SÃO PAULO.

São Paulo, Editora CEDESP, 1999.

Maria Adélia Aparecida de Souza

As metrópoles mundiais, pelas suas características e inserção neste mundo novo, evidentemente irão revelar de forma mais contundente os aspectos advindos do denominado processo de globalização. Nelas, conflitos e contradições estão candentes manifestando-se nos seus limites.

Por produzir no mundo geografias desiguais, esse processo não pode qualificar a sociedade como sendo global. Eventualmente, pode-se falar de um mercado global, pois os mercados estão nos lugares, lá onde os cidadãos cada vez mais são confundidos com consumidores. Então, um desses lugares privilegiados e objeto de operação do denominado processo de globalização, isto é do mercado global, é a metrópole.

São Paulo, uma das maiores metrópoles contemporâneas, constitui-se um excelente laboratório tanto para aprofundar a reflexão sobre o que ela significa nesta contemporaneidade, quanto também, à luz dessa compreensão, verificar de que maneira seu futuro se delinea.

Há tudo por desvendar na metrópole. Diante disso é que novos recortes temáticos vêm sendo propostos pelo CEDESP – Centro de Documentação e Estudos da Cidade de São Paulo, para compreender São Paulo: suas contradições contrapondo abundância e escassez;

sua inserção na chamado mercado global; a diferenciação entre cidadão e consumidor; os efeitos perversos desta contemporaneidade sobre o emprego metropolitano; a manifestação do informal e do ilegal; as novas articulações e formas de pressão da sociedade civil na metrópole; o exercício da justiça e a manifestação da violência; as formas de gestão democrática; o planejamento e os custos da metrópole; as diretrizes estratégicas para o território metropolitano. Estas são algumas dentre as inúmeras possibilidades de abordagem da metrópole de hoje.

O livro *Metrópole e Globalização – Conhecendo a Cidade de São Paulo* procura inovar sobre algumas discussões, trazendo contribuições valiosas para o reconhecimento de São Paulo.

Ele está organizado em cinco partes, cada uma delas constituída por capítulos que procuram suscitar essa nova abordagem aqui referida e sugere ao leitor mergulhar no conhecimento de uma das mais intrigantes metrópoles contemporâneas – a Cidade de São Paulo.

Conhecer e discutir São Paulo é o desafio que estamos propondo realizar com o trabalho do CEDESP. E, este livro é um convite feito ao leitor, chamando a participar desse desafio. Queremos que ele seja irrecusável.

Yázigi, Eduardo

TURISMO – UMA ESPERANÇA CONDICIONAL

São Paulo, Plêiade, 1998, 149 p.

Rita de Cássia Ariza da Cruz

Apesar de há algumas décadas terem surgido os primeiros estudos sobre turismo no âmbito da Geografia brasileira, ainda é bastante raro o número de obras sobre o tema. Mais ainda, há que se lamentar que, desse conjunto, poucos trabalhos se destacam pela originalidade e pela contribuição teórico-metodológica ao avanço da análise do fenômeno turístico sob a óptica da ciência geográfica.

É fato notório, por outro lado, o considerável aumento do interesse de geógrafos por esta temática, o que se comprova pelo crescente número de dissertações e teses sobre turismo defendidas em tempos recentes bem como pelas reuniões científicas que já acontecem com periodicidade anual.

Este aumento do interesse de geógrafos pelo tema turismo parece ter algo de modismo, tal como o que acontece com o tema meio ambiente e já aconteceu com diversos outros temas no passado. Afinal de contas, o vestibular para o curso de turismo da Escola de Comunicações e Artes da USP para 1999 foi o mais concorrido entre todos os outros desta universidade, e os cursos de turismo em instituições particulares de ensino superior multiplicam-se a cada ano.

O professor Yázigi está entre aqueles que pesquisam turismo antes desses modismos mais precisamente desde 1974 quando ainda era professor da FAU/USP. Historiador e urbanista de formação, Eduardo Yázigi é professor

do Departamento de Geografia da F.F.L.C.H. / USP desde 1991 e mostra, nessa publicação, sua forma de pensar o turismo, construída a partir de sua experiência acadêmica e também como planejador urbano.

Este livro está dividido em quatro seções – “Problemas e Fatos Gerais” “A Degradação Ambiental” “Definição do Turismo a ser Perseguido” “O Aparelhamento da Administração” – ao longo das quais o autor discute “questões não resolvidas do turismo” no Brasil, que o levaram a considerar o turismo “uma esperança condicional” e que o inspiraram, inclusive, na concepção da capa que quer dizer que *roupa suja se lava em casa*.

Entre os mais importantes problemas que afetam o desenvolvimento do turismo no país, Yázigi aponta em seu livro:

A inexistência de um projeto nacional integrado (*De que adianta existir uma política formalmente colocada num documento se a meta proposta não conta com qualquer ascendência sobre outros planos setoriais?*, p. 14);

O deficiente controle do processo de urbanização (*...a urbanização litorânea, que não é produto do turismo, acaba lhe hostilizando, por vizinhanças muitas vezes incompatíveis. Em duas palavras, é um problema que conduz, inequivocamente, à severidade de uma política urbana muito bem articulada.* p. 15);

O descaso com o patrimônio ambiental (*Nem cem UNESCOS teriam dinheiro para recuperar*

as zonas de ambiência dos chamados monumentos da humanidade. p. 17);

O uso inadequado de reservas (Enquanto os ecologistas se batem na pureza conceitual dos santuários, a realidade social acaba por liquidar, definitivamente, com reservas da biosfera. p. 19);

A falta de diversificação da oferta (A diversificação da oferta, regional e planetária passa, necessariamente, pela reavaliação da cultura e seus caminhos. Tradições e costumes também se renovam, mas quando, ao invés de passarem pelo cotidiano e pela organização do trabalho locais, cedem na vertente do consumismo ou do espetáculo gratuitamente, aí então cometem suicídio. p. 21);

A carência de pesquisas (Sem subsídios conceituais, sem metodologias ou teorizações específicas, não se tem como definir políticas acertadas. p. 21);

As deficiências em termos da profissionalização para o turismo (Tanto quanto tenha conhecimento, a formação de profissionais do turismo tem se dado, preponderantemente, nos campos da hotelaria – e suas especialidades, do marketing e da produção de eventos. Aliás, a própria acepção de “profissional do turismo” tem se limitado a essas categorias e à dos agentes de viagens. p. 22);

A ausência de sentido de cooperação (A concorrência enérgica é regra do mundo comercial. O campo do turismo, como qualquer outro, ressent-se de falta de solidariedade de classe. Faltam ações de interesse comum, onde todos têm a ganhar. Isto é válido, tanto em nível municipal como empresarial. p. 23);

Os altos preços do turismo (É a soma de todos esses custos – transportes aéreos regionais, hotelaria e alimentação em geral – as vezes altos demais para o padrão do serviço oferecido, que torna o turismo proibitivo para muitos nacionais e estrangeiros. p. 29).

A discussão dos problemas ora apontados é feita através de dez capítulos, distribuídos pelas quatro secções que compõem o livro.

Na primeira secção, estão o capítulo I, onde o autor faz uma “súmula das questões pendentes” e o capítulo II, onde ele introduz e discute um novo conceito, o de “turismo obrigatório” Yázigi lança mão deste conceito para referir-se a um tipo de turismo que acontece à revelia de políticas públicas para a atividade, ou seja, decorrente de motivações que independem dessas políticas, tais como tratamento médico, visitas a parentes, motivos religiosos etc.

Na segunda secção, em torno do tema da degradação ambiental, encontram-se dois outros capítulos. Num deles, Yázigi trata do confinamento territorial do turismo (capítulo III) e no outro do vandalismo paisagístico (capítulo IV).

A terceira secção compõe-se de três capítulos (V, VI, e VII), nos quais o autor discute, respectivamente, a idéia de lugar, o significado do ecoturismo e dois “casos personalíssimos” de turismo no Brasil, a Amazônia e o Pantanal.

Na secção IV estão os três capítulos finais do livro (VIII, IX e X), ao longo dos quais são discutidos o grau de autonomia do planejamento do turismo, a responsabilidade municipal no planejamento do turismo e diretrizes nacionais para a gestão do que o autor chama de “cidade linear atlântica” resultante da conurbação de cidades ao longo da costa. A cidade linear, aponta Yázigi, concentra problemas (urbanos, ambientais) de forma longitudinal e carece de um planejamento apropriado às suas peculiaridades.

O livro do Prof. Yázigi tem, ainda, duas características marcantes: a linguagem didática adotada pelo autor, acessível a leitores dos mais diversos segmentos que se interessam pelo tema, e o enfoque centrado no planejamento integral e como processo.



NOTÍCIA
DE ENCONTRO

TURISMO COM BASE LOCAL. EM BUSCA DE UM QUADRO DE REFERÊNCIA

Fernanda Sánchez

Este breve texto tem um caráter aberto, pois reúne informações acerca de encontro temático de âmbito nacional através de nossa própria leitura do evento, propiciada pela participação nos trabalhos e debates. Realizou-se em Fortaleza - Ceará, de 02 a 05 de novembro de 1998, o II ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL, organizado pelo Mestrado em Geografia e pelo Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos - IEPRO, ambos da Universidade Estadual do Ceará - UECE.

O encontro deu continuidade ao primeiro, com formato semelhante, realizado no ano anterior na Universidade de São Paulo - USP. A proposta de continuidade, reforçada agora pela organização deste evento, tem como objetivo criar uma referência nacional centrada na área de estudos da Geografia do Turismo, mas com importantes interlocuções com pensadores provenientes de áreas afins - antropólogos, sociólogos, economistas, arquitetos, entre outros - que, junto com os geógrafos, têm contribuído para os estudos do turismo com base local, apontado por diversos autores como alternativa potencialmente sustentável, que se constrói como contraponto à tendência de afirmação do turismo globalizado, predominantemente calcado no modelo sol e praia.

Ao tornar público um conjunto vasto de reflexões de pesquisadores especializados no fenômeno do turismo ou interessados em contribuir com o mesmo, o evento evidenciou a repercus-

são que recentemente vem adquirindo o tema no âmbito acadêmico. Com efeito, as discussões mostraram a importância de tão complexo fenômeno em franca expansão, revalorizado pela lógica renovada de produção de mercadorias, lugares luminosos de roteiros globais e imagens sedutoras. Esta produção dos lugares turísticos precisa ser discutida em suas repercussões espaciais, mediadas pelas instâncias sociais, culturais, econômicas e políticas, como mostram alguns dos trabalhos apresentados. E estas repercussões parecem ser maiores em países de economia periférica, o que demanda seriedade e aprofundamento nas pesquisas.

Neste sentido, cabe aplaudir o esforço dos organizadores pois todos os estudiosos do tema central e dos diversos temas correlatos tiveram, neste evento, uma oportunidade de expressão e troca que, certamente, contribuirá para consolidar correntes de pensamento com indicações para serem estendidas em alcance e profundidade. Também é animador vislumbrar a construção de um campo de afinidade temática e de congregação de pesquisadores, pois, de fato, este evento reafirmou um patamar já construído no primeiro encontro, o que pode ser verificado, em alguns casos mais do que em outros, nas numerosas referências e citações do primeiro conjunto de trabalhos, contidas nos que agora foram apresentados.

Como afirma Balastreri Rodrigues (1997), estudos e publicações sobre o fenômeno do turismo no Brasil, que fujam do viés economicista ou mercadológico, são ainda muito escassos. Entretanto, se pudemos constatar através deste segundo encontro, alguns avanços no sentido do alargamento das preocupações formuladas nos trabalhos, parece-nos que muitos deles ainda não conseguem transcender o formato de estudos de caso e contribuir de forma mais efetiva mediante construções teóricas mais consistentes, capazes de criar um quadro de referência para a área.

Se enquanto atividade econômica o turismo está em vertiginoso processo de expansão, segundo por indicadores econômicos internacionais, enquanto objeto de estudo, centrado na discussão de suas conseqüências culturais e espaciais, persistem alguns problemas. Referimo-nos a uma ainda considerável produção pautada no pragmatismo ou nas exaustivas descrições, que, ao nosso ver, pouco ou nada têm a oferecer para a necessária construção de um campo interpretativo consistente, capaz de avaliar criticamente modelos alternativos e impactos sócio-espaciais dos modelos hegemônicos ou mesmo tendências culturais, políticas e econômicas de reorganização do espaço, mediante a implantação de projetos de desenvolvimento do turismo.

Neste sentido, tendo como referencial os trabalhos apresentados, parece-nos que o turismo merece um lugar mais relevante no contexto da reflexão teórica sobre o desenvolvimento. E quando o desenvolvimento ocupa o centro da cena é necessário que os trabalhos explicitem melhor, por um lado, o que entendem por desenvolvimento e, por outro lado, de quais grupos ou segmentos sociais referentes à área de destino turístico se está falando, quando se discute o potencial de desenvolvimento dos projetos. Estes cuidados são importantes, uma vez que parece não haver resposta universal para a grande questão sempre colocada: o turismo contribui, de fato, para o desenvolvimento local?

É possível verificar, em boa parte dos trabalhos, uma certa leitura compartilhada do "turis-

mo alternativo" interpretado como uma saída contraposta às tendências impactantes do ponto de vista cultural e ambiental, e como uma medida compensatória dos efeitos economicamente perversos da globalização. Porém, como afirma Benevides¹ (1998), se há algumas preocupações comuns a muitos dos trabalhos, quais sejam: preservação ambiental, identidade cultural, geração de ocupações produtivas e de renda, desenvolvimento participativo e qualidade de vida, a proposta de sustentabilidade, entretanto, suscita muitas controvérsias, posto que, muitas vezes, tem um tratamento vago. Assim, alguns trabalhos deixam entrever que a interpretação dada ao turismo alternativo como fator de desenvolvimento local responde a uma ideologia que tangencia ou mesmo se nutre do discurso hegemônico, mais do que propriamente dos interesses das populações locais.

Devido à abrangência desta área de estudos, o encontro foi programado de modo que reunisse conferências de interesse do coletivo de estudiosos bem como doze mesas redondas com temas específicos e aproximadamente cem comunicações livres, também sob organização temática.

As conferências foram de natureza diversa, algumas de caráter descritivo ou informativo acerca de políticas e programas institucionais; outras, mais reflexivas, com aportes conceituais e metodológicos orientados ao entendimento das novas territorialidades no uso turístico do espaço, às implicações sócio-espaciais das novas modalidades de turismo e, finalmente, à construção de elos analíticos entre o tema, mais abrangente, do desenvolvimento local e o tema do turismo.

As mesas redondas tiveram como eixos temáticos: Turismo: do local ao global; Turismo Urbano; Turismo, Paisagem e Ambiente; Turismo Rural; Turismo Religioso; Turismo, Cultura e Patrimônio; Turismo e Processo Educativo; Políticas de Turismo e Regiões; Ecoturismo; Turismo e Ética; Turismo, Natureza e Educação Ambiental; O Turismo na Ótica dos Atores Sociais.

De modo geral, pudemos avaliar que as mesas redondas, que provocaram debates mais pro-

fícuos, foram aquelas cujos integrantes e interlocutores transcenderam as apresentações de caráter mais descritivo e conseguiram colocar em evidência a própria fragilidade e elasticidade interpretativa do tema “turismo com base local” o que recoloca o desafio de um maior rigor na abordagem das diversas problemáticas e no seu trato teórico-conceitual. Alguns autores deixaram clara a necessidade de adoção deste caminho para o enfrentamento do tema do turismo.

Um comentário final, contudo, não menos importante é mencionar que o encontro foi assumidamente arejado – em seus múltiplos sentidos - e inclusive pois estimulou bastante interação

com o local-sede e seus entornos, propiciando simultaneamente leituras e desfrutes em diversas atividades afins, o que, sem constrangimentos, contribuiu para o sucesso do encontro bem como para os diversos olhares do/no lugar.

Está prevista a publicação em formato de livro das conferências e dos trabalhos apresentados em mesas redondas. Os estudiosos da área ou interessados em conhecer a produção relativa ao evento poderão se dirigir aos coordenadores do mesmo, professores Luiz Cruz Lima, Fábio Perdigão Vasconcelos e Luzia Neide Teixeira Coriolano, do Mestrado em Geografia da UECE.

Nota

¹ BENEVIDES, Ireleno. *Turismo e Prodetur: dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza, UECE/BN, 1998.





TESES E
DISSERTAÇÕES DE
MESTRADO
DEFENDIDAS

TESES E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO DEFENDIDAS

outubro 98 a abril 99

A estruturação do município de Osasco no contexto da região metropolitana de São Paulo.(DM)

Maria Inês Zampolim Coelho

O espaço, uma vez ocupado pelo homem, adquire formas, funções e estruturas contínuas em direção a um resultado qualquer. Todo o movimento da sociedade faz-se presente no espaço que guarda em seu interior as marcas do tempo.

Neste contexto, o processo de industrialização ganha destaque pela força impulsionadora que representa, ao provocar as maiores alterações nas formas de organização social e espacial, materializadas, sobretudo, pela urbanização.

A Região Metropolitana de São Paulo é o ponto de partida para a análise da área de estudo deste trabalho o Município de Osasco, pois o processo de estruturação espacial da Região repercutiu sobre o Município, em vários aspectos, notadamente o econômico e o demográfico.

Se, no passado, a industrialização foi responsável pela estruturação espacial do município, atualmente a desindustrialização e as mudanças no uso e ocupação do solo, representam uma fase de reestruturação não apenas espacial, mas na distribuição do emprego e na formação da sociedade em geral.

Vive-se, assim, um novo período da História, em que as soluções para os problemas sócio-econômicos estão longe de uma resposta final mas, sem

dúvida, nas mãos de toda a sociedade, independentemente do grau de poder econômico ou político de cada cidadão.

Turismo e Desenvolvimento sócio-espacial - reflexões sobre a experiência do agroturismo no Estado do Espírito Santo.(DM)

Anderson Pereira Portuguese

O turismo é uma das atividades socio-econômicas mais importantes para o Estado do Espírito Santo (Brasil), onde o Governo Estadual e as Prefeituras Municipais estão incentivando essa atividade através de inúmeros processos de fomento ao "turismo alternativo" como forma de promover o desenvolvimento de algumas localidades economicamente modestas, ou até mesmo estagnadas.

Uma das estratégias de maior relevância em fase de implantação é o "Programa do Agroturismo" que pretende promover a interiorização das oportunidades de desenvolvimento, criando possibilidades de geração de ocupação produtiva e renda para a população rural da chamada "região serrana central" do estado.

Com esta pesquisa resgatou-se a idéia de "desenvolvimento sócio-espacial" para avaliar as reais possibilidades de o agroturismo trazer para os municípios envolvidos os resultados práticos previstos na proposta piloto.

Por fim, conclui-se que, na fase atual de implementação do programa, não foi possível ainda

alcançar todos os seus objetivos, sobretudo os que se referem à melhoria da qualidade de vida das localidades, em função de alguns equívocos operacionais, para os quais foram feitas algumas sugestões que se acredita poder vir a otimizar resultados futuros.

O conceito de região aplicado a estados federais: o caso do Rio Grande do Sul. (DM)

Edu Silvestre de Albuquerque

Esta pesquisa concebe a forma espacial "região" enquanto construção social historicamente determinada, a partir da formação de uma identidade regional bem como da criação de instituições político-administrativas regionais relativamente autônomas. A hipótese de trabalho advoga a existência de uma correlação entre solidariedade institucional em torno desses (sub)aparelhos de Estado e a formação de identidades político-culturais regionais, de modo a formar uma identidade territorial especificamente regional.

A análise regional empreendida vai além dos aspectos institucionais e identitários, incluindo as relações sociais, econômicas, culturais e políticas. Portanto, o conceito de formação social regional é empregado como metodologia capaz de pensar os diversos fenômenos sociais regionais enquanto (sub)totalidade. Este aspecto é reforçado pelo fato de uma formação social regional conter e estar contida numa formação social nacional.

A abordagem regional, a partir do conceito de "Estado-Região", possibilita a análise da diversidade das relações sociais em torno de poderes regionais, no interior de estados federais ou homólogos, bem como propicia um melhor entendimento da dinâmica desses sistemas políticos nacionais. O teste empírico se dá através do estudo de caso do Rio Grande do Sul, estado federativo brasileiro dotado de eficazes instituições regionais (com autonomia administrativa e constitucional) e de acentuada identidade regional.

Ecoturismo: uma indústria sem chaminé.(DM)

Paola Verri de Santana

O aparecimento da consciência ecológica é caracterizado pela sua divulgação através da mídia e pelo crescente número de "adeptos" e "voluntários" interessados pela "causa verde". A formação do que se denominou discurso ecológico compõe as mais diferentes posturas governamentais, empresariais, ativistas, científicas. O ecoturismo surge neste horizonte como mais uma atividade econômica de valorização da natureza, uma prática a ser escolhida e incorporada ao cotidiano daqueles que vivem em centros urbanos. Esta dissertação apresenta a idéia central de uma discussão sobre uma crítica ao discurso ecológico disseminado pela iniciativa do setor industrial que, passando a usar a qualificação de produtos "verdes", contribui para o acúmulo de riqueza.

Várzea e Varzeiros: a vida de um lugar no Baixo Amazonas. (DM)

Luís Otávio do Canto Lopes

O presente estudo é uma busca para se compreender como uma comunidade varzeira da Amazônia (re)produz o seu espaço de modo a elaborar a substância da sobrevivência.

Vivendo sobre uma base física complexa, ou seja, sobre as terras e sobre as águas, os "varzeiros" construíram conhecimentos baseados nos "segredos" da natureza, dos índios e da dita sociedade moderna para prover suas necessidades.

Se são brancos, se são índios, se são caboclos ou tapuios, se são negros, se são mestiços, se são uma "forma" de cada, isto pouco importa. O que importa é como vivem, como se relacionam e refazem os seus espaços.

A comunidade estudada - Vila Vieira compreende hoje 311 habitantes que vivem de atividades múltiplas. Estas flexibilizam-se de acordo com

as oportunidades econômicas em nível regional. Portanto, não existe rigidez na maneira de produzir a sua existência. Um único indivíduo pode hoje ser pescador, amanhã agricultor, depois criador, caçador e/ou tudo isso ao mesmo tempo.

A juta, planta têxtil, introduzida na Amazônia na década de 30, foi largamente cultivada pela comunidade até os anos 80. Entretanto, à medida que ocorria seu declínio, a comunidade buscava outras alternativas, dentre elas a pescaria comercial que tem se destacado como principal atividade econômica nesta última década.

 **Ecoturismo no Brasil: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista. (TD)**

Paulo dos Santos Pires

Este estudo adota o ecoturismo com tema central, levado pelo interesse científico em conhecer, entender e analisar a abrangência e a dimensão deste fenômeno na atualidade. Para tanto, o ponto de partida é a identificação de fatos contemporâneos da história do turismo, mais precisamente da emergência e hegemonia do "turismo de massa" e o desdobrar de seus impactos negativos, que ensejaram as aspirações da sociedade por alternativas turísticas, convertidas nas primeiras experiências de viagem na história recente do turismo com características diferenciadas do modelo de turismo dominante, realizadas em destinos turísticos não tradicionais, com enfoque na autenticidade de seu entorno natural e cultural. Uma outra vertente revelada é a do cenário ambientalista contemporâneo, em que emergiram os movimentos ecológicos e seus novos paradigmas, dos quais o turismo de natureza, em pleno crescimento, passou a receber influência, assumindo uma nova dimensão ecológica e conservacionista. Especialmente a partir da conferência Eco-92 esse segmento alternativo do turismo, já identificado pelo neologismo "ecoturismo" tomou novo impulso tanto em escala mundial quan-

to nacional. Sua trajetória no Brasil é exposta desde os fatos que lhe serviram de antecedentes, destacando-se os principais agentes, as ações mais importantes e os cenários mais representativos para os seu desenvolvimento. Sucede-se uma abordagem da inserção do ecoturismo no campo das concepções turísticas alternativas em relação ao turismo convencional de massa, assim como da sua dimensão conceitual, adotando-se discernimentos neste sentido. Por fim, são formuladas reflexões e observações críticas sobre os princípios conservacionistas atribuídos ao ecoturismo, a sua conexão ambientalista e o mérito do atual "discurso ecoturístico da sustentabilidade"

 **A verticalização do espaço urbano de Uberlândia: uma análise da produção e consumo da habitação. (TD)**

Júlio César de Lima Ramires

O objetivo central deste trabalho é analisar as estratégias de construção e o consumo da habitação verticalizada na cidade de Uberlândia nos anos 90, a partir da ação dos atores sociais, vinculados ao setor imobiliário.

Para atingir esse objetivo procurou-se analisar a evolução histórica do processo de verticalização de Uberlândia a partir de meados da década de 50, quando se inicia a construção de edifícios altos na cidade, bem como identificar e compreender o significado das práticas espaciais diferenciadas dos incorporadores imobiliários, visando produzir uma mercadoria (o apartamento) diversificadas no tempo e no espaço.

A hipótese central que norteia o desenvolvimento desta pesquisa é a existência de algumas especificidades no processo de verticalização em cidades de médio porte, tais como a permanência da área central como um local ainda valorizado para moradia das classes de alta renda e a introdução parcial de elementos a práticas sócio-espaciais dos grandes espaços metropolitanos.

 **Um estudo fenomenológico da paisagem do lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. (TD)**

Werther Holzer

O objetivo da tese foi estudar, fenomenologicamente, os conceitos de paisagem e de lugar.

O tema foi abordado a partir de três aspectos distintos:

- 1 Um capítulo dedicado ao aporte teórico-conceitual, onde são investigadas as relações entre a geografia e a fenomenologia, e da Geografia com a ontologia, seguida de uma análise dos procedimentos fenomenológicos aplicáveis na disciplina, e de reflexões sobre a Geografia enquanto ciência essencial e de seu papel no estudo do ser-no-mundo.
- 2- Uma rápida resenha relativa às principais acepções conceituais de "paisagem" e de "lugar" principalmente no que se refere à sua utilização pela Geografia cultural-humanista.
- 3- Um estudo fenomenológico das paisagens e dos lugares nos primórdios da modernidade (século XVI), considerando como tema central a dualidade entre Velho e Novo Mundo como se configurou no Brasil deste período, onde são avaliadas as experiências espaciais dos nativos, dos viajantes e dos primeiros ocupantes europeus.

 **Organização mediática do espaço: o meio comunicacional. (TD)**

Sérgio Gertel

Esta tese quer apresentar a transformação ocorrida no meio técnico-científico, resultado que traduz um estado em movimento, um meio comunicacional. Essa problemática na atualidade está no espaço geográfico, possuindo como característica principal a ingente e inebriante força da informação na vida cotidiana dos seres humanos e da comunidade humana. Os intermediários promovidos com o conceito, ou seja, a informação e os

meios de comunicação, constituem a contingência do meio no sujeito do presente, através da comunicação em seu fim. O espaço mediático é o das mídias como resultado da comunicação na cotidianidade humana, questionando a partir da reflexão teórica sobre os conceitos geográficos nas relações humanas e no meio como intermediário tecnológico. É o intelecto o principal instrumento técnico desta relação, responsável pela intervenção dos intermediários produzidos no meio técnico-científico e em seu conteúdo, como movimento ou na forma comunicacional através de dois modos: primeiro, interpretando a linguagem e suas formas de efetuação como intermediação intelectual, introduzindo-a como uma multiplicação de próteses do tempo para intermediação da imagem na comunicação; depois, realçando a imagem urbana como o conteúdo do meio na forma comunicacional através das cidades. O território da urbanidade viabilizando o meio comunicacional à organização mediática do espaço geográfico.

 **Desenvolvimento econômico, modelo federativo e município no Brasil. Análise de estratégias de desenvolvimento econômico local nas gestões municipais de Ribeirão Preto (SP) na década de noventa. (TD)**

Claudete de Castro Silva

Objetiva discutir estratégias de desenvolvimento econômico local ocorridas no município de Ribeirão Preto a partir de 1993 no contexto da crise do modelo de desenvolvimento e do federalismo brasileiros, como uma contribuição ao estudo sobre município no Brasil. Inicialmente faz um questionamento da imagem de município próspero. Em segundo lugar, discute as bases da acumulação da riqueza, apoiada na agroindústria sucroalcooleira, de cítricos e no setor terciário. Em terceiro lugar, mostra e discute alguns indicadores de qualidade de vida do município como elementos do desenvolvimento. Em quarto lugar, faz um diagnóstico e uma análise dos principais componentes

do desenvolvimento econômico local (infra-estrutura produtiva, formação de mão-de-obra, geração de conhecimento, fluxos de informação e instituições de apoio ao desenvolvimento econômico local). Por fim, analisa as estratégias de desenvolvimento econômico adotadas nas duas últimas gestões municipais (1993-96 e 1997-2000), em nível de discurso e de práticas adotadas. Os resultados da pesquisa indicaram que desenvolvimento econômico local tem sido um tema discutido nas últimas gestões. No entanto, aparece mais nos discursos do que nas práticas efetivas. Há apenas ações pontuais e algumas inovações ocorrendo, mas não a adoção de um modelo estratégico de desenvolvimento econômico local. Conclui afirmando que a imagem de município próspero não é resultante de estratégias de um modelo de desenvolvimento econômico e de marketing público locais. A imagem positiva deve-se ao efeito inercial de políticas econômicas implantadas pelos governos federal e estadual nas décadas de setenta e oitenta que aprofundaram as disparidades sócio-econômicas existentes entre as diversas localidades brasileiras. As políticas econômicas dinamizaram a agroindústria da região de Ribeirão Preto, o que, por sua vez, impactou positivamente o setor terciário que apresenta formas de consumo modernas. Assim, Ribeirão Preto, por meio do mito da "Califórnia Paulista" é visto como uma "ilha" de prosperidade brasileira, projetando uma imagem construída que mescla dinamismo econômico e valores de uma cultura "interiorana"

 **Geografia da escola e lugar. Violência, tensão e conflito. (TD)**

Shoko Kimura

Esta tese analisa duas escolas públicas, uma estadual e outra municipal, localizadas em bairros distintos da periferia do município de São Paulo, nas relações estabelecidas pelos seus freqüentadores/circundantes (alunos, professores, funcionários, pais de alunos e pessoas das vizinhanças) com seus lugares cotidianos. Referem-se prin-

cipalmente às situações de violência, tensão e conflito, tanto como comportamentos rotineiros quanto como atos de transgressão legal que, segundo os casos abordados, são praticados ou são analisados por eles.

Dentre os freqüentadores escolares, os alunos merecem uma análise especial, portadores de um discurso expressivo da periferia da cidade e de descendentes de migrantes nordestinos que se consideram a classe média dos bairros onde moram.

As situações de violência, tensão e conflito não são a ótica exclusiva para a abordagem dos espaços vividos no dia-a-dia pelos freqüentadores/circundantes escolares, porém marcam profundamente a maneira apreciarem seus lugares de vida e o mundo em geral contribuem para a constituição de sua subjetividade específica. Esta, juntamente com as condições objetivas dos bairros onde estão esses lugares, explicam seu comportamento geográfico no ato de tentarem o acesso à escola enquanto, um equipamento urbano de oferta e demanda de um serviço público.

 **A política educacional no Brasil e o ensino de Geografia: caminhos e descaminhos. (TD)**

Delacir Aparecida Ramos Poloni

"Na corrida de nosso tempo-espaço a subjetividade e a objetividade tendem a convergir em direção ao futuro" (Corrêa da Silva, 1994).

A polêmica em torno da política educacional e da questão curricular no país é de tamanha ordem que vale a pena enfrentá-la, embora saibamos que é quase impossível transpô-la.

Estudar a política educacional, a escola, a questão curricular e o ensino de Geografia, no 1º e 2º graus remete-nos a investigar o passado, pois este pode revelar a problemática do presente. Estudar a Geografia como disciplina escolar implica, por exemplo, rever a elaboração de documentos curriculares e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), sendo que alguns destes foram impostos sem a legitimação dos educadores, da escola e da sociedade.

Neste trabalho, o ponto de partida está na concepção de escola, de currículo e de ensino de Geografia no processo de investigação da manifestação dos aspectos relacionados aos dispositivos legais e às contradições geradas por estes, que implicam nas questões teórico-metodológicas do ensinar e do aprender.

A política educacional hoje dissocia conteúdo de método e teoria da prática. Concebemos o processo educativo enquanto fenômeno social e, em consequência, o ensino de Geografia, com indissociabilidade entre teoria e prática, entre conhecimento e existência, entre realidade, ciência e consciência, que não tenha apenas a dimensão de uma disciplina de erudição informativa.

Para o ensino de Geografia, temos que ter uma perspectiva curricular que seja democrática e atenda aos desejos dos educandos e que eles possam interpretar a realidade e pensar o mundo de maneira a transformá-los. Gostaríamos de estar contribuindo com um ensino que construa e liberte, lutando por uma educação que respeite as diferenças e o pensar de cada cidadão de modo a construir a sua humanidade.

Planejamento regional no Estado de São Paulo - a experiência do Vale do Ribeira nas décadas de 1970 e 1980. (TD)

Roberto Braga

O trabalho tem como objetivo analisar a experiência do planejamento regional no Vale do Ribeira, nas décadas de 1970 e 1980, desenvolvida pela Superintendência do Planejamento Regional do Litoral Paulista - SUDELPA, autarquia criada em 1969 e extinta em 1993.

A primeira parte do trabalho trata da questão do desenvolvimento do Vale do Ribeira, sua inserção na economia paulista e as causas de sua estagnação econômica e social. A segunda parte trata de analisar a experiência de planejamento desenvolvida na região pela SUDELPA, os modelos de planejamento e regionalização adotados e sua atuação no decorrer dos diversos governos estaduais, durante e após o regime militar. Além disso, são avaliados os resultados do planejamento na região através da análise do comportamento de indicadores econômicos e sociais durante o período focado.



Normas de Publicação

A revista GEOPUSP destina-se, prioritariamente, à publicação acadêmica produzida pelos alunos de pós-graduação do Departamento de Geografia da FFLCH/USP.

1. Tipos de trabalhos publicados:

Artigos que tratem de temas definidos por uma abordagem geográfica;

Notas de Pesquisas que exponham vivências e discutam metodologias de trabalho de campo em Geografia;

Resenhas Críticas que analisem as contribuições e as limitações da obra em questão;

Notícias de encontro que informem criticamente sobre reuniões científicas acontecidas.

2. Extensão dos textos: os artigos deverão Ter, no mínimo, 18 laudas (tamanho A4); as Notas de Pesquisa, no máximo 10 laudas; as Resenhas, no máximo 3 laudas e as Notícias de Encontro duas laudas.

3. Forma de apresentação: todo artigo deverá ser encaminhado à Redação em disquete acompanhado de duas cópias impressas. O autor deve indicar sua filiação acadêmica, a data de elaboração do artigo e seu endereço para correspondência, que será publicado visando eventuais contatos por parte dos outros pesquisadores. Todo artigo deverá estar acompanhado por um resumo (em português e inglês ou francês) de aproximadamente 10 linhas e por 5 palavras-chave (em português e inglês ou francês). O original deverá ser digitado em *word for windows* preferencialmente *word 95*, em letra número 09, espaço simples, e devidamente revisto pelo autor.

4. Citações: devem aparecer no corpo do texto entre parênteses, indicando sobrenome do autor, data da publicação, páginas(s) citada(s). No caso de diferentes títulos do mesmo ano, o dado diferencial será uma letra após a data, conforme exemplo:

(SOJA, 1989, p. 32) ou (HARVEY, 1985a, p. 77-78). As citações abreviadas enviam à bibliografia no final do artigo.

5. Bibliografia: deve apresentar indicações completas das obras utilizadas, como segue:

Livro:

SOBRENOME, Nome do Autor. *Título do Livro*. Edição. Local de publicação.

Artigo de revista:

SOBRENOME, Nome do Autor. "Título do Artigo" *Título do Periódico*, Número do Volume, data do Volume, Páginas (inicial e final).

Artigo de Coletânea:

SOBRENOME, Nome do Autor. "Título do Trabalho" In: SOBRENOME, Nome do Organizador. *Título da Coletânea*. Local de Publicação: Editora, Data, Páginas (inicial e final).

6. Destaques:

Deve ser utilizado *itálico* toda vez que for necessário ressaltar palavra(s) ou frase(s) do texto, bem como palavras de origem estrangeira. Quando de citações de livros utilizados, estas devem vir entre aspas.

7 Ilustrações: devem ser utilizadas quando importantes para o entendimento do texto, pedindo-se que fotos, mapas, gráficos ou tabelas tenham boa resolução visual, de forma a permitir uma reprodução de qualidade.

8. Aprovação dos originais: os textos encaminhados à GEOUSP serão apreciados por pelo menos um membro da Comissão da Revista.

9. Exemplares do Autor: serão enviados a cada autor três exemplares, em caso de artigo, e um exemplar em caso de Nota de Pesquisa, de Resenha Crítica e de Notícias de Encontro, do número em que estiver publicada sua colaboração, cujos direitos autorais pertencerão ao Departamento de Geografia FFLCH/USP. No caso de Artigo, ele receberá, ainda, dez separatas de seu trabalho.

10. Restrições: todo material encaminhado à revista GEOUSP deve ser inédito no Brasil e estar rigorosamente de acordo com as Normas de Publicação. Caso contrário, não serão apreciados. Os dados e conceitos apresentados são de exclusiva responsabilidade do autor.

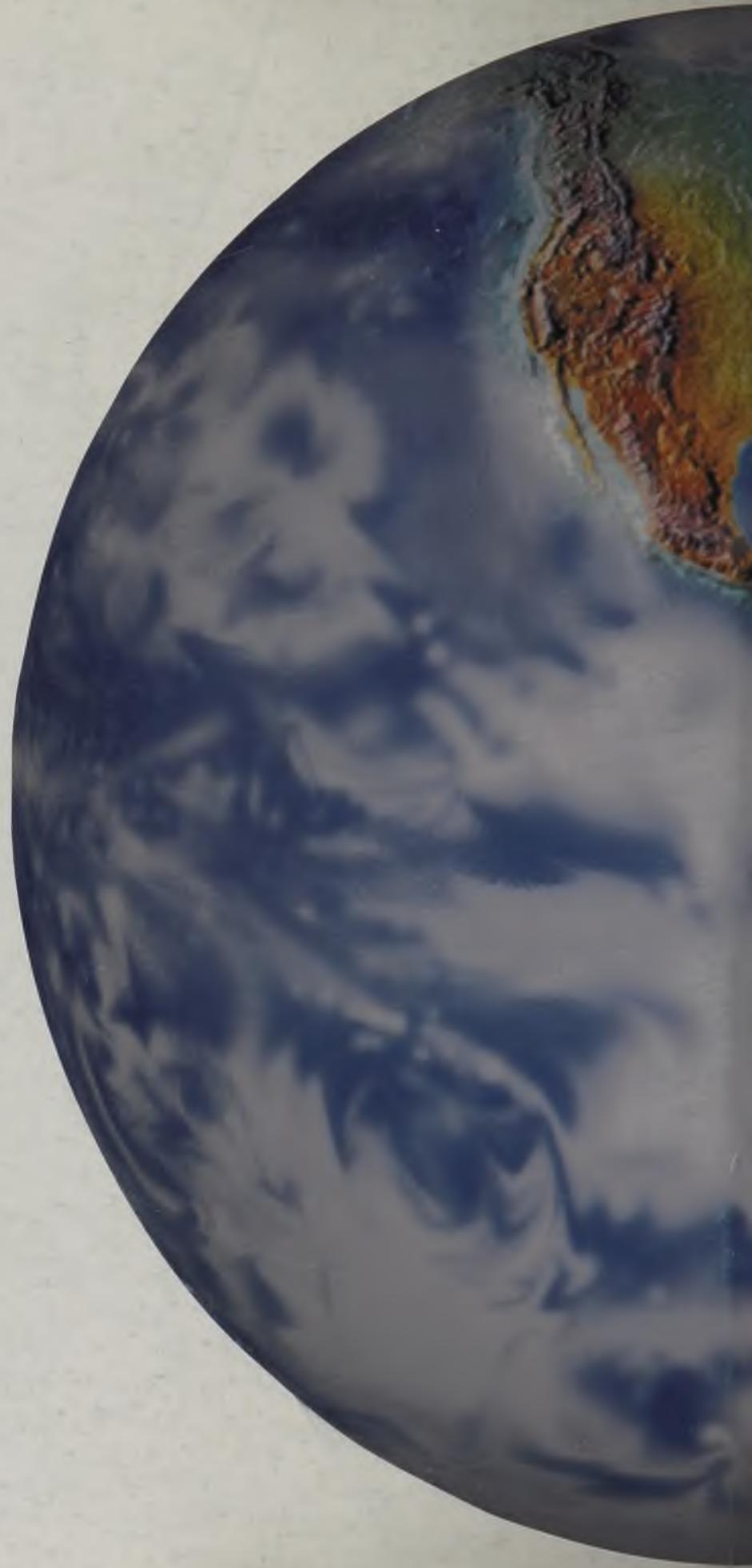
Endereços para correspondência

COMISSÃO EDITORIAL
Geosp - Revista da pós graduação do
Departamento de Geografia - FFLCH/USP
Caixa Postal 2530 - CEP 01060-970
São Paulo - SP - Brasil
Fax (011) 818-3159
e-mail: geofflch@usp.br

COMPRAS E/OU ASSINATURAS
Humanitas Livraria - FFLCH/USP
Rua do Lago, 117 - Cidade Universitária
CEP 05508 - São Paulo - SP - Brasil
Fonefax (011) 818-4589
e-mail: publch@edu.usp.br
<http://www.usp.br/fflch/fflch.html>

Título GEOUSP n°5
Capa e Projeto Gráfico Eduardo Yázlgi
Diagramação/Editoração/Ilustração Sérgio Sdrous
Revisão Ireleno Porto Benevides
Montagem Charles de Oliveira / Marcelo Domingues
Divulgação Humanitas Livraria - FFLCH/USP
Formato 20 X 23cm
Mancha 17,4 x 19,7cm
Tipo Benguiat
Papel Off-set 75g/m² (miolo)
Couchê 240/m² (capa)
Impressão da capa Quadricromia
N° de páginas 130
Tiragem 500 exemplares

ISSN - 1414-7416



USP